

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SOCIO – ECONÔMICO**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA JOVEM**

**TRABALHADOR – IDES/PROMENOR**

CARLA VIEIRA

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL

DEFENDIDO E APROVADO

EM: 09/07/2004

  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**

**CARLA VIEIRA**

**AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA JOVEM  
TRABALHADOR - IDES/PROMENOR**

**Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-  
Econômico da Universidade Federal de Santa  
Catarina para obtenção do Título de Bacharel em  
Serviço Social, orientado pela Professora Adriana  
Mueller.**

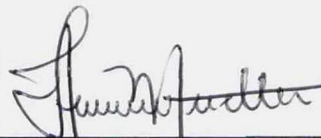
**FLORIANÓPOLIS (SC)  
2004**



**CARLA VIEIRA**

**AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA JOVEM  
TRABALHADOR - IDES/PROMENOR**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:

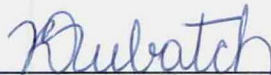


---

**Profª. Adriana Mueller**  
**Orientadora**

---

**Profª. Luciana de Abreu Ronconi**  
**1º Examinadora**



---

**Assistente Social Karine Oara Zubatch**  
**2º Examinador**

**Florianópolis, Julho, 2004.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que compartilharam desta etapa de aprendizado e de realização deste trabalho, em especial a minha família, pelo amor, carinho, educação, e estímulo.

Aos meus sobrinhos (Luiza, Matheus, Bruno, Julia e Paula) pela constante alegria que me proporcionaram.

A meu namorado, “Heverton” que pelo pouco tempo de convivência, me fez sentir a pessoa mais importante do mundo, recebendo constantemente força e ânimo para concluir este trabalho.

Agradeço também “todos” meus amigos pelo apoio, compreensão e grandes momentos de descontração.

Aos professores, supervisores e aos funcionários da IDES/PROMENOR, que por um grande período, me deram forças para continuar o caminho.

Um agradecimento especial a minha orientadora e amiga Adriana Mueller, que por um longo período teve que suportar as inacabáveis dúvidas e esclarecimentos sobre o trabalho realizado.

Enfim, agradeço a todos que mesmo de uma forma indireta contribuíram para essa vitória.

A todos vocês, o meu muito obrigada.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal avaliar o impacto social que o Programa Jovem Trabalhador da Instituição IDES/PROMENOR vem desencadeando na sociedade Florianopolitana, na qual está inserido. Este trabalho por sua vez, busca resgatar a trajetória histórica do Programa Jovem Trabalhador, contextualizando-o com algumas categorias pertinentes ao assunto, como a citar: trabalho, trabalho infantil e trabalho na adolescência. Outro aspecto abordado neste trabalho foram conceitos sobre avaliação e avaliação de impacto, demonstrando a importância e a relevância de se realizar uma avaliação de impacto social. Descreve-se ainda na elaboração deste estudo, a metodologia da pesquisa, assim como, o tipo de pesquisa e trajetória da mesma. Nesta pesquisa, os métodos de abordagem foram o quantitativo e o qualitativo, com vistas, a obtenção de uma visão mais ampla do processo da pesquisa, dando ao resultado maior amplitude e fidedignidade, frente à realidade analisada. Para atender as necessidades da pesquisa, adotou-se o estudo exploratório e descritivo, a fim de possibilitar um maior detalhamento das características e resultados obtidos. Os instrumentos utilizados para a coleta de informações foram dois: a pesquisa documental e as entrevistas. Quanto aos documentos foram resgatados os dados que constavam nos cadastros dos jovens que trabalharam no período de 1999 a 2001 e supervisores desta mesma época. Foram entrevistados os responsáveis pelos jovens trabalhadores, no sentido de identificar o entendimento destes, frente o trabalho desenvolvido pelos jovens, e apontar as contribuições dos mesmos para a empresa e conseqüentemente para a sociedade. Além dos supervisores, foram entrevistados os jovens, com intuito de visualizar as mudanças geradas em suas vidas após sua passagem pelo Programa Jovem Trabalhador. Outro dado relevante da pesquisa foi os resultados encontrados, que por sua vez, comprovou em dados empíricos a real contribuição do Programa Jovem Trabalhador para a vida dos adolescentes, bem como, para a sociedade, chegando em análise final, a atingir um percentual de 88% de ex-jovem que estão atualmente empregados. E isto nos remete contraditoriamente a real situação do Brasil, onde a cada dia mais o índice de desemprego cresce. Ao final, após a análise da pesquisa, são abordadas algumas considerações finais sobre a temática estudada, tentando através dos instrumentais teóricos contribuir com a Instituição e com o Programa Jovem Trabalhador.

**Palavras-Chave:** Mercado de Trabalho, Trabalho na Adolescência, Avaliação de Impacto Social.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1-Sexo dos Adolescentes</b>	<b>81</b>
<b>Ilustração 2: Estado Civil dos Adolescentes</b>	<b>83</b>
<b>Ilustração 3: Local de Moradia dos Adolescentes</b>	<b>86</b>
<b>Ilustração 4: Com Quem Residem</b>	<b>87</b>
<b>Ilustração 5: Número de jovens atualmente empregados</b>	<b>90</b>
<b>Ilustração 6: Tempo para entrar no Mercado de Trabalho</b>	<b>93</b>
<b>Ilustração 7: Tipo de trabalho</b>	<b>94</b>
<b>Ilustração 8: Rendimento mensal dos jovens</b>	<b>95</b>
<b>Ilustração 9: Aperfeiçoamento profissional.</b>	<b>95</b>
<b>Ilustração 10: Possui outro registro na carteira profissional.</b>	<b>96</b>
<b>Ilustração 11: Relacionamento familiar do jovem pesquisado.</b>	<b>96</b>
<b>Ilustração 12: Consequências (positivas ou negativas) que trouxe o Programa Jovem Trabalhador na sua vida.</b>	<b>101</b>
<b>Ilustração 13: Como o Jovem percebe sua vida após a experiência do PJT</b>	<b>102</b>
<b>Ilustração 14: Indicaria O Programa Jovem Trabalhador a outros jovens?</b>	<b>104</b>
<b>Ilustração 15: Dados de identificação pessoal dos supervisores</b>	<b>105</b>
<b>Ilustração 16: Escolaridade dos supervisores</b>	<b>107</b>
<b>Ilustração 17: Pesquisados por empresas</b>	<b>107</b>
<b>Ilustração 18: Tempo de Trabalha na empresa</b>	<b>108</b>
<b>Ilustração 19: Política do Programa Jovem Trabalhador</b>	<b>108</b>
<b>Ilustração 20: Contribuições do Programa Jovem Trabalhador para a empresa.</b>	<b>111</b>
<b>Ilustração 21: Contribuição e/ou perdas o jovem desencadeou na empresa</b>	<b>113</b>
<b>Ilustração 22: Contribuições do trabalho e dos cursos para a formação e futura inserção dos jovens no mercado de trabalho.</b>	<b>115</b>
<b>Ilustração 23: Sugestões para o Programa Jovem Trabalhador.</b>	<b>117</b>
<b>Ilustração 24: Contribuição da empresa para os jovens.</b>	<b>118</b>
<b>Ilustração 25: Indicaria o Programa Jovem Trabalhador</b>	<b>119</b>
<b>Ilustração 26: Indicaria o Programa Jovem Trabalhador</b>	<b>119</b>

“A questão do trabalho, a questão da empregabilidade, não são questões econômicas. Pelo menos, não são questões somente econômicas. São questões sociais, culturais, interpessoais, pessoais, que apenas mostram com mais facilidade a sua cara econômica. Tudo o que se discute, inclusive aqui, tem a ver com destinos de povos, destinos da vida e do planeta, o futuro das múltiplas esferas de relacionamento entre nós. Tem a ver com a realização e a felicidade das pessoas”.

**(Carlos Rodrigues Brandão)**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>5</b>
<b>1 SERVIÇO SOCIAL, INSTITUIÇÃO E PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR.....</b>	<b>11</b>
1.1 Trajetória Histórica da Instituição Pesquisada e do Programa Jovem Trabalhador .....	11
1.2. Breve Panorama Social Sobre a Questão Trabalho, Trabalho Infantil e Adolescência.....	20
1.3. O Ingresso e o Processo de Formação e Capacitação Profissional Possibilitado ao Adolescente Inserido no Programa Jovem Trabalhador .....	39
1.4. As Parcerias .....	44
1.5. O Serviço Social Na Instituição.....	46
<b>2 AVALIAÇÃO DE IMPACTO, ESTRATÉGIAS E RELEVÂNCIAS.....</b>	<b>54</b>
2.1 Breve Conceituação sobre Avaliação e Avaliação de Impacto .....	54
2.2 A Relevância de se Realizar uma Avaliação de Impacto Social. ....	60
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>64</b>
3.2 Natureza e Caracterização da Pesquisa.....	66
3.3 População/sujeitos .....	70
3.4 Amostra.....	70
3.5 Trajetória da Pesquisa.....	71
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA EMPÍRICA.....</b>	<b>77</b>
4.1 Interpretação dos Dados.....	80
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>133</b>



## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a importância de se realizar uma Avaliação de Impacto Social de um dado Programa, relatando em sua construção os reais e diversos avanços pelo qual vem passando a sociedade, tendo como reflexos as diferentes características e influências geradas pelo mercado de trabalho.

Tendo em vista, os atuais avanços científicos e tecnológicos, constata-se que muitas das mudanças geradas por estes acabam refletindo nos modos de produção de bens materiais e na organização da sociedade. Devido a estes fatos houve o reordenamento da economia em nível mundial, provocando mudanças no mercado de trabalho, que passou a exigir do trabalhador nova formação para atuar. Esta formação deve abranger o desenvolvimento humano integral, incluindo níveis intelectuais, emocionais, sociais, políticos e comportamentais.

O interesse pelo tema decorre da experiência enquanto estagiária de serviço social no Programa Jovem Trabalhador, vivenciada no período de fevereiro de 2003 a julho de 2004, em conversas informais com jovens desligados, profissionais da própria instituição e principalmente por considerar o tema altamente relevante para analisar a real efetividade do programa, tendo em vista que este já existe na sociedade florianopolitana desde os anos de 1971, ou seja, existe a mais de 33 anos, e isto por sua vez, acabou gerando uma certa curiosidade e interesse na pesquisadora para qualificar e apontar as verdadeiras contribuições deste para a sociedade.

As constantes transformações que as organizações têm passado nas últimas décadas, decorrentes principalmente da globalização, do aumento da competitividade no mercado e da desregulamentação do trabalho, têm levado-as a buscarem novas técnicas, novos procedimentos, novos instrumentos de gestão. Tais iniciativas visam proporcionar maior qualidade e produtividade para as organizações sobreviverem na atual conjuntura.

Neste contexto, no Brasil, a indústria manufatureira vem investindo em novos sistemas de gerenciamento e técnicas para melhorar a qualidade de seus produtos. Em decorrência desse investimento há um crescente número de organizações alcançando certificados de qualidade, segundo normas internacionais, como as da Série ISSO 9000, recebendo Prêmios Nacionais de Qualidade e demonstrando fidelidade à postura de garantir a satisfação de seus usuários. Já o setor terciário, que corresponde ao setor de serviços, apresenta apenas esforços pontuais, destacando apenas algumas organizações (CÉSAR, 1996, p. 36). Isto por sua vez, acaba dando a real relevância de se realizar uma Avaliação de Impacto, tendo em vista que atualmente as organizações prestadoras de serviços precisam estar adequadas aos novos requisitos, desenvolvendo novos instrumentos de gestão. Para alcançar este resultado, é necessário avaliar as ações até o momento desenvolvidas, para que em caso de alguma necessidade sejam revistos e readequadas as reais exigências do mercado.

Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso objetiva realizar uma Avaliação de Impacto Social do Programa Jovem Trabalhador desenvolvido pela Instituição IDES/PROMENOR, almejando através desta, relatar e apontar as reais contribuições e também perdas causadas na sociedade em que está inserido.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo descreve a trajetória histórica do Programa Jovem Trabalhador, contextualizando-o com alguns temas pertinentes ao assunto, como: trabalho, trabalho infantil e trabalho na adolescência.



O segundo capítulo consiste na apresentação de alguns conceitos sobre avaliação e avaliação de impacto, demonstrando a importância e a relevância de realizar uma avaliação de impacto social.

O terceiro capítulo aborda a metodologia da pesquisa, bem como, a natureza e caracterização da mesma, apresentando de forma clara a população abordada, trajetória e amostra utilizada.

No quarto e último capítulo é abordado a apresentação e análise da pesquisa empírica, contendo neste a interpretação de todos os dados obtidos com a mesma.

Por fim, são apresentadas as considerações finais obtidas ao longo do desenvolvimento do trabalho e as referências bibliográficas utilizadas para a construção do mesmo.

## **1 SERVIÇO SOCIAL, INSTITUIÇÃO E PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR**

Inicialmente, o presente capítulo contempla questões relativas à trajetória histórica e a caracterização da Instituição-IDES/PROMENOR, tendo como enfoque central o “Programa Jovem Trabalhador”. Em seguida, relata o panorama social sobre a questão trabalho, o trabalho infantil e a adolescência. O próximo tópico refere-se ao ingresso e ao processo de formação e capacitação profissional dentro do Programa Jovem Trabalhador. Já os últimos pontos trabalhados neste capítulo, referem-se à caracterização das parcerias firmadas entre Instituição e Empresas, bem como, a atuação do Serviço Social dentro da organização mencionada.

### **1.1 Trajetória Histórica da Instituição Pesquisada e do Programa Jovem Trabalhador**

A Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES, fundada no século XVIII, mais precisamente no ano de 1773, é uma Organização Filantrópica, ligada a Igreja Católica, assistencial e sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Florianópolis. Em 1910 iniciou suas atividades sociais, com o Abrigo, denominado Lar São Vicente de Paulo.

A PROMENOR, por sua vez, começa a ser pensada em 1969 através da Diretoria de Assistência Social (DAS), quando se formou a Comissão do “Menor” com a participação de instituições de assistência à criança. Essa comissão formulou o Projeto do Menor Trabalhador que, em 1971, após muitas dificuldades, foi concretizado. A primeira dama estadual Dayse Werner Salles, como presidente, foi responsável pela estruturação do projeto, que se

transformou numa sociedade de Proteção ao Menor e foi denominada Sociedade Promocional do Menor Trabalhador – PROMENOR.

A PROMENOR foi fundada com o objetivo de “promover e estimular o menor economicamente necessitado, disciplinando, organizando, orientando, dirigindo sua atividade laboriosa, mantendo para tais, serviços que realizem seus objetivos” (ESTATUTO DA PROMENOR, 1971).

Em 1977, a Irmandade do Divino Espírito Santo, criou outro Programa, este chamado Jardim de Infância Girassol, passando ainda neste mesmo ano, a incorporar a Sociedade Promocional do Menor Trabalhador – PROMENOR. Esta incorporação ocorreu, mais precisamente por questões de ordem financeira. Vale registrar que, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, o leitor encontrará maiores informações a respeito desta incorporação.

Todavia, pode-se afirmar de antemão que essa incorporação permitiu dar segmento aos trabalhos realizados, cujo enfoque direcionou-se para a questão da promoção humana e do processo de conscientização dos usuários como sujeitos de direitos, objetivando despertar nas crianças e adolescentes à participação e o resgate da cidadania.

A IDES/PROMENOR é gerenciada por uma diretoria executiva de voluntários, comprometida com fortes princípios éticos, solidários e com responsabilidade social. Ambas têm a missão de “atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social” (ESTATUTO DA INSTITUIÇÃO).

A PROMENOR (Sociedade Promocional do Menor Trabalhador), teve suas atividades iniciadas em setembro de 1971 com 10 adolescentes (todos do sexo masculino) integrantes do Programa de Engraxates da Prefeitura Municipal de Florianópolis, e tinha por principal



objetivo a prevenção da “marginalização do menor”<sup>1</sup>. Buscava-se oferecer oportunidades de desenvolvimento integral aos adolescentes, não apenas através do atendimento voltado para a educação e saúde, mas havia também preocupação em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Na verdade, o programa já estava sendo aplicado pela Prefeitura da época, porém a PROMENOR surge neste processo visando promover a capacitação e a qualificação dos jovens trabalhadores. Baseado neste fato ocorreu a implantação do Programa do Menor Engraxate, desenvolvido a partir desta época pela PROMENOR.

No início de sua criação, a PROMENOR não possuía espaço próprio para realizar suas atividades, assim foi preciso ocupar, por algumas horas semanais, a sala de uma sauna, localizada no Quartel da Polícia Militar do Estado. Apesar do local ser considerado impróprio, a PROMENOR atendeu as crianças e adolescentes até novembro de 1971 neste local, realizando reuniões para orientação sobre os objetivos da instituição, obtenção de documentos (carteira de identidade, Carteira de Trabalho, Alvará de Licença), exames médicos e odontológicos.

Em 16 de novembro de 1971, a PROMENOR deslocou-se para a Avenida Beira Mar Norte, vindo a ocupar uma garagem de barco cedida por um membro da Comissão do Setor Menor da Capital, a qual foi devidamente reformada e mobiliada com doações de móveis do Juizado de Menores<sup>2</sup> e de pessoas da comunidade florianopolitana.

A nova sede, apesar da limitação do espaço, proporcionou melhores condições de atendimento e acompanhamento das necessidades dos adolescentes, das quais pode-se citar atenção, escolarização, alimentação, material escolar e de trabalho entre outras. Nesse momento a PROMENOR já atendia 35 adolescentes.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado na época pela Instituição (1971).

<sup>2</sup> Nomenclatura utilizada na época. Atualmente é conhecido como Juizado da Infância e da Juventude.

A PROMENOR utilizou no início de seus trabalhos (ano 1971), o encaminhamento de adolescentes para trabalharem como jornaleiros. Além disso, foi oferecido um curso de jardinagem, porém ambas as tentativas não despertaram o interesse dos adolescentes, e segundo documentos da Instituição, isto ocorreu devido à baixa remuneração que iriam receber para desenvolver estas atividades.

Em 09 de dezembro de 1971 a PROMENOR foi reconhecida como de utilidade pública municipal (Lei 1048) e, em 1º de abril de 1972, como de utilidade pública estadual (Lei 4.705), o que contribuiu para a realização das atividades da instituição frente às diversas instâncias de poder que se apresentavam.

Em 1972, foi encaminhado pela PROMENOR, ao mercado de trabalho, o primeiro jovem como office-boy para o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC.

Com o projeto que encaminhava adolescentes para atuar como office-boys e engraxates, houve um aumento na procura dos mesmos para serem inseridos nesta instituição, isto, porém, implicou na necessidade de obter-se uma nova sede para assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento.

Cabe ressaltar que a inserção de jovens, via programas sociais, são ações que buscam evitar o agravamento da exclusão social. Souza (1999, p. 74) faz uma importante observação:

Iniciativas inovadoras e originais de trabalho juvenil por organizações não-governamentais e também por governos locais, têm sido bem sucedidas e devem ser levados em conta o seu caráter participativo e a preocupação com relação psicossocial que envolve o jovem e dá credibilidade e proposta de formação.



Em 30 de junho de 1972, de acordo com a Lei 4.742, a PROMENOR recebeu como doação do Governo do Estado de Santa Catarina, um terreno próximo ao Palácio do Governo, localizado no Bairro Agrônômica, que por sua vez, foi utilizado para a construção da primeira sede própria da Instituição. Devido à demora e contratempos da obra, a instalação da instituição ocorreu somente em março de 1973, o que por sua vez, possibilitou o atendimento de 60 crianças e adolescentes.

Nessa época, a PROMENOR funcionava em regime de semi-internato, com realização de atividades no horário de 7 às 18 horas, para crianças e adolescentes entre 07 e 18 anos, sendo estes em sua grande maioria extremamente necessitados economicamente.

Apesar da crise instaurada na PROMENOR, vários programas e projetos estavam sendo desenvolvidos graças à busca de alternativas financeiras, como por exemplo, a captação de recursos com a própria sociedade florianopolitana e parcerias com empresas da região. Neste período, a ênfase era dada aos seguintes Programas:

\* Programa Educação, \* Programa Saúde, \* Programa Recreação e \* Programa Trabalho.

Durante o ano de 1975, iniciou-se uma fase de maior dificuldade para a Instituição. O fim do mandato do governador vigente resultou em grande corte de verbas, surgindo sérias dificuldades para sua manutenção.

Ainda no ano de 1975, mais precisamente em dezembro, a PROMENOR encerrou suas atividades e somente pôde reiniciá-las em março de 1976, após o lançamento de campanhas de sócios destinadas a angariar fundos para a sua manutenção. Estas campanhas ocorreram com a colaboração de pessoas da sociedade, e propiciaram a PROMENOR a garantia de ter mais autonomia e respaldo institucional frente a empresas e órgãos públicos, tendo como intuito conseguir recursos para a própria manutenção e ampliação da Instituição.

Já em 1977 a crise financeira pela qual passava a instituição tornou-se insustentável, considerando que havia muitos Programas e poucos recursos para mantê-los. Diante deste fato, a diretora da PROMENOR, a Sra. Maria Tereza Bandeira Maia, procurou a Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES, instituição civil de caráter religioso e assistencial, mantenedora de outros dois programas: Jardim Girassol e o Lar São Vicente de Paulo, e colocou a situação em que a instituição encontrava-se. Em função desta iniciativa, em maio do mesmo ano, como já mencionado anteriormente, a PROMENOR passou a ser mantida e administrada pela IDES que se comprometeu a investir e dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela PROMENOR.

Analisando sua trajetória institucional pode-se afirmar que as mudanças ocorridas foram sempre na tentativa de melhorar a qualidade dos serviços prestados, assim como o processo de construção de cidadania de seus usuários.

No que se refere à questão do Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente destina o capítulo V, artigos 60 a 69 para abordar estas questões e determinar prioridades e requisitos a serem cumpridos, conforme se verifica a seguir.

Art. 60º - É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 69º - O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observando os seguintes aspectos, entre outros:

- I – Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II – capacitação profissional adequada no mercado de trabalho.

É justamente com bases nestes artigos, que a atuação profissional da Promenor pauta-se, buscando instrumentais legais para efetivar as atuações e ações institucionais.



Ao longo dos anos, a PROMENOR continuou sua trajetória no atendimento de crianças e adolescentes, sempre voltada e alicerçada pelo que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição Federal Brasileira e a Consolidação das Leis Trabalhistas, objetivando cada vez mais a garantia e melhora nas condições de vida dos sujeitos atendidos.

Faz-se necessário salientar que, em 1991, iniciou-se uma grande reforma no espaço físico da instituição que ficou provisoriamente instalada num prédio cedido pela Fundação Vidal Ramos na rua Victor Konder, 321, no centro da cidade. Dois anos depois, em 1993, a PROMENOR retornou a sua sede e já atendia um total de 300 crianças e adolescentes.

Atualmente, a IDES/PROMENOR vem desenvolvendo vários programas de atendimento à criança e ao adolescente, sendo eles:

- ***Abrigo Lar São Vicente de Paulo:*** São atendidas crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, abandono, crueldade e opressão encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Infância e Juventude, prestando atendimento 24 horas diárias.
- ***Centro de Educação Infantil Girassol (CEIG):*** Presta atendimento a criança na faixa etária de 2 a 6 anos, visando contribuir com sua formação pessoal, psicossocial e educativa, através de vivências pedagógicas que despertem 'para sua descoberta.
- ***Programa Espaço Alternativo do Saber (PEAS):*** Atende crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos no período contrário ao da escola, cujo objetivo é construir um ambiente cultural de constantes releituras da realidade que possibilite a formação de pessoas críticas, criativas, ativas,



cooperativas e construtoras de um mundo justo, por meio de ações que visem a inclusão social.

- ***Centro de Aprendizagem Profissional (CEAP):*** São oferecidos cursos de qualificação profissional para adolescentes, adultos e familiares, para sua posterior inserção no mercado de trabalho. Os cursos oferecidos são: Informática, Inglês, Espanhol, Montagem e Manutenção de Computadores, Empreendedorismo, e Capacitação para o primeiro Emprego.
- ***Programa Jovem Trabalhador (PJT):*** Presta atendimento a adolescentes de 16 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes a capacitação, a inserção e o acompanhamento no mercado de trabalho. Esta inserção se dá através de parcerias firmadas com algumas Empresas Públicas e Privadas. O PJT visa também a garantia dos direitos trabalhistas, o crescimento, a melhoria das condições de vida e de cidadania dos jovens envolvidos no programa.

Vale registrar, que foi neste programa especificamente, que se desenvolveu a prática de estágio curricular, e, portanto, toda a construção deste trabalho baseia-se no referido Programa, em especial no que diz respeito a sua Avaliação do Impacto Social na Comunidade.

E, de acordo com (BURIOLLA apud KAIR, 2001, p. 37),

O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do serviço social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação.

Considerando que o Programa Jovem Trabalhador é foco deste estudo, convém reafirmar que o mesmo atende adolescentes de ambos os sexos, provenientes da Grande

Florianópolis e que possui convênio com empresas de economia mista, pública e privada, local onde os adolescentes prestam serviços como office-boys/girls. Os adolescentes encaminhados possuem algum curso de Capacitação Profissional, podendo ser estes desenvolvidos pelas instituições: CIEE, SENAC, e outros, ou o curso de Preparação para o Primeiro Emprego, sendo o segundo, promovido pela própria instituição, mais precisamente pelo Programa Centro de Aprendizagem Profissional (CEAP).

Nestes cursos, os adolescentes recebem treinamentos e capacitação profissional antes de serem admitidos e, após a admissão são avaliados periodicamente no seu local de trabalho. Além disso, os adolescentes participam de encontros de formação, no sentido de ampliar sua capacitação, postura e relacionamento, bem como de atividades esportivas, recreativas e de lazer. À propósito, a escolaridade é obrigatória até completar o ensino médio, e a desistência escolar implica em desligamento do programa.

Realizam-se ainda, encontros com os familiares desses adolescentes, a fim de buscar com esta relação (Instituição/Família e Adolescente) uma maior compreensão da importância destes vínculos o que implica, por sua vez, que os pais ou responsáveis participem da fase de desenvolvimento profissional destes jovens. Estes encontros ocorrem semestralmente.

Todas as propostas até agora apresentadas, vão de encontro ao objetivo central do programa, e este nada mais é do que: “Inserir o adolescente no mercado de trabalho, acompanhando-o e orientando-o, contribuindo para sua formação”<sup>3</sup>.

Outra proposta da Instituição destina-se a promover cursos paralelos ao período do contrato de trabalho, ou seja, promovem-se cursos de informática, inglês, eco-empREENDEDORISMO, empreendedorismo e desenvolvimento do plano de negócios, ficando a

---

<sup>3</sup> Objetivo do Programa Jovem Trabalhador/PROMENOR.



escolha, por determinado curso, a critério de cada jovem. Estes cursos são promovidos pelo Centro de Aprendizagem Profissional (CEAP).

A seguir, é apresentado um breve panorama social sobre a questão trabalho, trabalho infantil e trabalho na adolescência. Acredita-se, que os temas abordados são de extrema relevância para a discussão que seguirá ao longo da realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Cabe registrar que os conceitos retratados servirão para melhor entender as questões que permeiam a temática central ora pesquisada.

## **1.2. Breve Panorama Social Sobre a Questão Trabalho, Trabalho Infantil e Adolescência.**

A exploração do trabalho infantil vem sendo uma constante na história do desenvolvimento econômico no Brasil. As primeiras regulamentações do trabalho de “menores” datam de 1920, as quais estabeleciam a proibição do trabalho noturno aos “menores” de 18 anos e proibiam todo e qualquer trabalho noturno aos “menores” de 14 anos. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, vem confirmar as legislações anteriores, acrescentando a proibição de contratação dos serviços de “menores” em condições insalubres ou perigosas (WERNECK, 1985 p.32).

Segundo dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico) 2000-2001, há um alto índice de crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho, tanto no setor agrícola como no não agrícola, que influem em um alto índice de evasão escolar. Por isto e também por outras situações, é que se percebe o quão válido são os estudos, programas e projetos que tenham como foco principal esta categoria social, sendo que muitas vezes é através destes (Estudos, Programas e Projetos), e de todo o seu instrumental

técnico-operativo (conhecimentos, competências e habilidades), que se consegue viabilizar aos adolescentes, todos ou uma grande maioria de seus direitos trabalhistas e de proteção, enquanto merecedores de respeito e de efetivação de sua cidadania.

Embora a grande incidência de trabalho infantil encontre-se na Ásia, África e América Latina, os países desenvolvidos não são imunes ao problema. Sobretudo, o trabalho infantil não é um fenômeno moderno, porém, até recentemente havia uma tendência de sua extinção, especialmente onde vigoravam condições de trabalho humanos resultantes de anos de lutas dos trabalhadores. Esta tendência pode se dizer, baseia-se na questão de que, pelo menos hoje em dia, o trabalho infantil começou a ser visto como desumano e impróprio, coisa que antes (séc XVIII e XIX) era tido como normal e necessário para a sociedade, não causando em várias situações, nenhum tipo de espanto e indignação. Hoje ao contrário, o trabalho infantil, mesmo em países em desenvolvimento busca ser exterminado, pois vem discutindo-se muito sobre suas causas maléficas e das pouquíssimas contribuições que trazem ao país.

Hoje, em toda parte, o crescimento do setor de serviços, dos empregos de meio expediente e de relações de trabalho precarizadas, ou de mão-de-obra flexível, como muitos preferem chamar, facilita a entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Preocupado com essas novas formas de trabalho e de emprego, o movimento sindical brasileiro, ao lado de outros setores da sociedade, tem procurado soluções para eliminar essa que é uma das faces mais perversas do mundo do trabalho contemporâneo.

Algumas entidades sindicais têm desenvolvido ações, várias delas com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), que incluem investigações e pesquisas para conhecer a realidade e formular propostas de políticas para erradicação do trabalho infantil. Dentro desse contexto, o CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) em 1992, encomendou ao



DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-econômico) uma pesquisa com o objetivo de, ao mesmo tempo, colher e analisar dados sobre a realidade do trabalho infantil em grandes cidades e sensibilizar e mobilizar a família, a escola, professores e a sociedade em geral para a solução do problema.

Esta pesquisa, realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico) buscava analisar as condições de trabalho e educação de crianças de sete a catorze anos, em seis capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Cuiabá), com o objetivo de subsidiar a reflexão sobre as conseqüências da convivência de trabalho e estudo na infância para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social delas. Um segundo objetivo específico foi o de reunir, sistematizar e analisar dados sobre o trabalho infantil que permitissem elaborar propostas para sua erradicação no país.

A fim de aumentar a eficácia da Organização Internacional do Trabalho no estudo de todos os aspectos do trabalho infantil, para melhor combater o fenômeno em causa, esta entidade formulou um projeto interdepartamental de "Eliminação do Trabalho Infantil". Este projeto todavia, foi elaborado para atingir objetivos específicos e concretos sobre a prática do trabalho infantil. Destinava-se a ser executado conjuntamente pelo Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil/IPEC (International Program for the Elimination of Child Labour) da OIT e com o apoio financeiro do Governo Alemão. O IPEC foi lançado em simultâneo com o projeto interdepartamental, visando auxiliar os países na formulação e realização de programas de ação nacionais na luta contra o trabalho infantil.

Vale lembrar que, o problema do trabalho infantil não se resolve em si mesmo. Ele deve ser tratado como parte das graves questões que o país enfrenta em termos de renda, emprego e precarização do trabalho, políticas educacionais, de saúde e cultura. Mas, o

fundamental é partir do princípio de que o trabalho de crianças não é solução para qualquer problema. O trabalho infantil é em si um problema.

Os projetos políticos e sociais que surgem como respostas ao problema do “Trabalho Infantil” são respostas que apresentam em sua maioria, um pequeno resultado, tentando resolver questões muito mais de ordem econômica, e acabam por ignorar a pressão do econômico sobre o social. Assim, tem-se uma população cada vez mais pressionada pelas dificuldades financeiras, perdendo dia a dia o seu poder aquisitivo e tendo que desistir de projetos pessoais como “Saúde, Alimentação, Lazer e Educação”, e enfim, desistir das condições básicas para uma vida produtiva. No entanto, esta mesma população vem sendo obrigada, gradativamente, a abrir mão de suas necessidades básicas porque não dispõe de recursos, uma vez que muitos encontram-se excluídos do mercado de trabalho.

Como consequência deste processo, percebe-se a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, tornando-os muitas vezes co-responsáveis pela renda familiar.

Contudo, apesar da ratificação de diversas normas internacionais, a exemplo, a convenção 138 de 1973, que trata sobre a idade mínima para a admissão ao emprego e a convenção 182 de 1999 que trata sobre as piores formas de trabalho infantil, a prática do “trabalho infantil” persiste. Atualmente, centenas de milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo labutam em trabalho não escolar, grande parte dele executado em condições difíceis e perigosas, prejudiciais à saúde, à educação e ao desenvolvimento integral preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Cabe salientar que, apesar do fenômeno do trabalho infantil continuar a existir e tenha tornado-se uma preocupação constante em diversos países e na comunidade internacional, não se conhece inteiramente,



tanto a nível nacional, como regional ou global, a presente dimensão, natureza, causas e consequências desta prática.

No Brasil, o Ministério da Saúde considera trabalho infantil,

[...] todo o trabalho que de acordo com a legislação brasileira deve ser erradicado, ou seja, todo o trabalho de crianças menores de 13 anos, o trabalho de adolescentes de 14 e 15 anos com exceção daqueles que estão na condição de aprendiz e o trabalho perigoso de adolescentes de 16 e 17 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 2).

Nesse sentido, a integridade da criança e do adolescente deve ser preservada, a fim de garantir um crescimento saudável e um futuro próspero, onde os frutos da escolarização e do seu aprendizado serão colhidos na forma de trabalho, trabalhos livres, dignos e, sobretudo, de grande valor.

O trabalho precoce priva tanto a criança como o adolescente de seu direito à educação, ao convívio familiar, à saúde e o lazer. Por isso, precisa ser eliminado, pois prejudica o desenvolvimento físico, mental e emocional, privando-os de desfrutar plenamente de etapas da vida como a fase da infância e da adolescência.

[...], ou seja, o fato de trabalhar e ter de submeter-se, inibe seus anseios naturais de brincar e expressar seus desejos e interesses. Como brincar cumpre na infância um papel muito maior do que a busca do prazer e diversão, fornecendo a oportunidade de reviver, entender e assimilar os mais diversos modelos e conteúdos das relações afetivas e cognitivas, e como passa a temer ser punida por expressar-se livremente, ocorre um empobrecimento tanto no que se refere à sua capacidade de expressão quanto de compreensão. Isso, aliado ao prosaico mais esmagador cansaço físico pode ser determinante de um baixo rendimento escolar ou de dificuldade de aprendizagem [...] (LIMA, 2001, p. 20).

Em concordância com Iamamoto (1997) sustenta-se que um dos desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver a capacidade de construir propostas de trabalho que visem efetivar direitos, partindo de demandas do cotidiano. Neste sentido, faz-se necessário romper com a idéia do Assistente Social como mero executor de políticas públicas, o qual exerce atividades meramente burocráticas e rotineiras. O momento exige profissionais propositivos, capazes de decifrar a realidade para que assim possam realizar não só um trabalho limitado à esfera da execução, mas também a formulação e gestão de políticas sociais.

Por estes e outros vários motivos, é que se considera extremamente importante à atuação do profissional do Serviço Social neste processo, particularmente no que diz respeito ao estudo proposto, considerando que ao Assistente Social cabe a tarefa de através de sua instrumentalização teórica e prática, viabilizar direitos e garantias a esta categoria social (adolescente trabalhador), ainda tão estigmatizada e desacreditada em relação a sua atuação profissional. A saber, o Serviço Social visa nestas áreas buscar uma maior inserção destes sujeitos no mercado de trabalho, garantindo-lhes sempre seus direitos (e também deveres) frente à situação de empregabilidade, tendo como bases norteadoras as Legislações vigentes, como a Consolidação das Leis Trabalhistas, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

E, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 69 (1990, p. 122):

O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observando os seguintes aspectos, entre outros:

- I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

De acordo com que trata este artigo, vale reforçar que é baseado nesta Lei (8.069/90) que o profissional se pauta, para assim, garantir de uma forma mais eficaz a efetividade destes



direitos acima mencionados.

A atuação profissional se pauta também, no projeto Ético Político do Serviço Social, no que tange a construção e consolidação da cidadania com a efetivação das políticas públicas, haja vista que o profissional tem o compromisso de promover ações que visem a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais. Sendo assim, a cidadania só é conquistada a partir do momento que o indivíduo se vê como sujeito de direitos, exercendo-os, influenciando e delimitando as funções do Estado.

Dentro desta perspectiva a estratégia é buscar a ampliação e consolidação da cidadania visando à garantia dos direitos políticos, civis e sociais que permeiam o Código de Ética da profissão e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo Peres (2002, p. 17),

A legislação brasileira é considerada uma das mais completas – e avançadas – no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência. O trabalho infanto-juvenil é regulamentado por três dispositivos: A Constituição Federal, a Consolidação das Leis do trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No entanto, nem sempre a questão do trabalho infantil foi tratada como objeto de intervenção pelos diversos segmentos da sociedade e do Estado. Apenas no final do século XIX e início do século XX que começam a tramitar pelo Brasil decretos visando normalizar e estabelecer limites de idade para o início no trabalho. Mas, a regulamentação do trabalho infantil só ocorreu em outubro de 1927, como se vê a seguir.

De acordo com Cardoso (2001), em 1891 o Governo Federal edita o Decreto 1313 que instituía a fiscalização permanente de todos os estabelecimentos industriais da Capital Federal,

definia a idade mínima de 12 anos para o início ao trabalho, permitindo a “título de aprendiz” nas fábricas de tecidos a admissão de crianças de 8 a 12 anos, proibindo operações que colocavam em risco a vida dos trabalhadores com 12 anos de idade como: limpeza e direção de máquinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens e correias, a manipulação de alguns produtos e substâncias, e o trabalho em determinados locais. O Decreto 1313 de 17 de janeiro de 1891, apesar de representar uma lei avançada para a época, jamais saiu do papel.

Algumas décadas depois, surgia o Código de Menores de 1927 tendo como principais aspectos de proteção ao trabalhador infantil:

[...] a idade de 14 anos para ingresso ao trabalho; limite à jornada de trabalho á seis horas por dia com intervalo de uma hora para repouso; proibição de trabalho para menores de 18 anos em atividades insalubres e excessivamente fatigantes; proibição de trabalho noturno e exigência para admissão no emprego de apresentação do certificado escolar de curso elementar e atestado de aptidão física (CARDOSO, 2001, p. 13).

Percebe-se que a lei trazia em seu texto a concepção dominante na época, da criança e do adolescente pobre, como em privação material e moral e como elemento de ameaça à sociedade.

A primeira versão da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943 definiu como 14 anos a idade mínima para o ingresso no trabalho, o que foi mantido pela Constituição de 1988. Em julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente permitiu o trabalho de aprendiz para adolescentes de 12 a 14 anos.



Oito anos depois, a Emenda Constitucional nº 20 alterou o a Constituição elevando a idade mínima para o trabalho de 14 para 16 anos. Determinou também que a partir dos 14 anos o adolescente pode ingressar numa atividade remunerada, mas apenas como aprendiz. Com a Emenda, todas as disposições da CLT a esse respeito foram automaticamente modificadas, assim como as do Estatuto<sup>4</sup>.

Para ser considerado aprendiz, o adolescente deve estar matriculado e vinculado a um curso técnico, o que inclui um processo de profissionalização em ambiente adequado. A Lei 10.097 de 2000<sup>5</sup> traz o seguinte conceito:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Ainda, de acordo com o artigo 67º do Estatuto,

Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

- I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte;
- II – perigoso, insalubre ou penoso;
- III - Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- IV – realizado em horário e locais que não permitam a frequência à escola.

---

<sup>4</sup> Segundo o artigo 60º do Estatuto da Criança e do Adolescente “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

Vale registrar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) proclamou o dia 12 de junho como o Dia Internacional contra o Trabalho Infantil. A Lei brasileira condiciona como sendo trabalho infantil, todo aquele exercido por menores de 16 anos de idade, permitindo que um jovem trabalhe como aprendiz a partir dos 14 anos.

Dados estatísticos indicam que o Brasil é o segundo país da América Latina que mais explora o trabalho infantil, perdendo, apenas, para a Nicarágua. Em 1998, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4,5 milhões de crianças e adolescentes, entre cinco e 15 anos, trabalhavam, o que corresponde a 12,5% do total nessa faixa etária, sendo que 53,8% estão em áreas rurais, agricultura familiar, e dois terços delas não recebem remuneração.

Nos últimos anos a insegurança em relação a estatística no emprego vem aumentando a cada dia. O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa nesta década, por uma implacável demolição. Os vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Crescem o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a crescente ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta cada vez mais a margem dos vulneráveis.

Os jovens com idade entre 16 e 24 anos também enfrentam dificuldades, como mostra a pesquisa realizada pela PED - Pesquisas de Emprego e Desemprego no conjunto das seis regiões, eles correspondem a 27% da população economicamente ativa com mais de 16 anos,

---

<sup>5</sup> Lei nº 10.097 de 16 de dezembro de 2000. Altera os dispositivos da CLT. Fundamentada nos artigos 428 e 433 da CLT.



mas são quase a metade (45,2%) dos desempregados. Grande parte desse desemprego está concentrada entre os mais novos (entre 16 e 17 anos), cuja taxa de desemprego chega, em algumas regiões a superar 50% da PEA (Pesquisa de Estatística Aplicada) da faixa etária. Para aqueles que conquistam uma ocupação, esta ocorre, com frequência em funções mais instáveis, sem proteção de leis trabalhistas e com rendimento extremamente baixo. Além disso, estes jovens trabalhadores têm que acumular as tarefas profissionais em paralelo com a educação, que, no entanto, não será garantia futura de bons empregos. As melhores oportunidades ficam reservadas para aqueles que conseguem frequentar boas escolas e que, seguramente, constituem a minoria. Os jovens de famílias de menor renda tendem a se transformar em adultos que estarão nos patamares mais baixos da distribuição de renda.

Contrariando a legislação, inúmeras crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos encontram-se hoje no mercado de trabalho. Na verdade, muitos começam suas atividades laborais, muito antes desta margem de idade. Tanto que, em 1999, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística) indicavam que quase 9% das crianças com idade de 5 a 14 anos trabalhavam, 65% delas na área rural e, muitas vezes, sem remuneração. Nos grandes pólos urbanos também há parcelas variáveis de crianças e adolescentes trabalhando, em sua grande maioria como assalariados, mas, invariavelmente, em condições precárias, uma vez que a situação é sempre irregular. Este trabalho infantil tem como raiz, a pobreza, pois as baixíssimas remunerações das famílias levam mais crianças e adolescentes a trabalharem, devido principalmente ao crescente desemprego dos pais, ainda que a remuneração dos mesmos seja ínfima, esta pequena contribuição muitas vezes é considerada necessária. Para as famílias mais pobres e mais dependentes pode-se afirmar que o trabalho infantil serve para resolver seu problema imediato de renda. Como este trabalho é, muitas vezes, realizado em

detrimento da educação, ou, no mínimo, prejudicando o aprendizado, torna-se uma forma de reprodução e aprofundamento da desigualdade social existente.

A sociedade tolera o trabalho infantil partindo da premissa de que o trabalho faz distanciar as crianças e os adolescentes da vadiagem, da drogadição e da prostituição. É preciso criar, então, uma terceira alternativa: a da criança que frequenta a escola, que brinca de boneca e carrinho, de esconder, de jogo da amarelinha e que vai cantar cantigas de roda; é preciso ler revistinhas infantis e se encantar com o mundo de Monteiro Lobato. É urgente e imprescindível que toda criança volte a ser criança, e que viva como se fosse tal, esquecendo um pouco às mudanças e exigências da sociedade atual. Ou seja, exigência esta que os faz, a cada dia, se distanciar das melhores e mais simples coisas da vida.

As pessoas, no entanto, têm que ser visionárias e devem construir novas utopias, para que assim, possam entrar na luta e no combate a essa cruel realidade denominada “trabalho infantil”. Parte da sociedade está estagnada atuando como meros observadores de uma situação cômoda que não os atinge, porque seus filhos estudam, têm fluência de línguas estrangeiras, frequentam academias e podem até se quiserem trabalhar, mas, certamente, não em serviços inadequados ou perigosos (como guardas-mirins controlando veículos nas ruas, engraxates e vendedores de balas entre outros exemplos). É preciso ter consciência de que o trabalho só confere caráter se atrelado a bem-estar, lazer, higiene, educação, estudo e todos os princípios garantidos na Constituição Federal. A grande verdade que se ignora é que o trabalho infantil é atraente para o mercado, por ser menos oneroso para o empregador. E, mais do que isto, a criança não tem medo e se submete a situações de risco que comprometem sua saúde e segurança; a criança não tem sindicatos que lhes defendam e assegurem os seus direitos. Enfim, a criança faz muitas vezes o que o adulto se recusa fazer.



Por certo, a exploração da mão-de-obra infantil é um fenômeno histórico ainda não superado pela humanidade. Embora, atualmente, fatores conjunturais diversos o condicionem, verifica-se a manutenção de um degradante sistema que amplia a desigualdade e a exclusão social.

No decorrer do ano de 1994, foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FNPETI), que contou com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Cabe salientar que a criação deste Fórum foi extremamente necessária, pois a esta altura constatava-se no Brasil a ausência de uma instância que possibilitasse a articulação dos diferentes setores da sociedade e que evitasse a duplicação de esforço na busca da solução do problema do trabalho infantil.

O Fórum tem como objetivo promover a erradicação do trabalho da criança e a proteção do trabalhador adolescente, por meio do esforço conjunto de organizações governamentais, não-governamentais, entidades públicas e privadas comprometidas com a presente temática.

Em 24 de março do corrente ano, as entidades públicas e privadas discutiram e aprovaram o Regimento Interno do Fórum, deliberando sobre a sua composição que, inicialmente, abrange: o Coordenador-Geral, o Secretário Geral e os Coordenadores das Comissões Permanentes de Comunicação e Divulgação, de Bases de Dados e de Justiça.

Relevante mencionar dentro deste contexto, que além da importância de se ter políticas voltadas para esta população, faz-se necessário também, que ocorra a mobilização da

sociedade civil e das respectivas famílias das crianças e adolescentes envolvidos diretamente com o trabalho e as influências acarretadas pelo trabalho infantil ou adolescente.

Todavia, a família e a sociedade inseridas neste processo devem ter a consciência das reais perdas que pode gerar o trabalho precoce, agravando-se ainda mais, diante da negação de quaisquer dos direitos expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal Brasileira.

Foi baseada neste entendimento ao qual reporta-se a Constituição Federal, em seu art. 227 e no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 88, que:

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente, expressamente enfatizando a proteção da idade mínima de admissão ao trabalho ou ao emprego e os direitos trabalhistas e previdenciários (art. 227).

A participação da sociedade no combate ao trabalho infantil se faz através de conselhos de direito e tutelares criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Art. 88).

Os conselhos de direito de âmbito nacional, estadual e municipal são órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas fixadas em leis.

No caso do conselho tutelar, sabe-se que os membros são eleitos pela comunidade e o processo para a escolha dos membros será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público. Vale registrar, porém, que este é órgão municipal



permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Todos os casos de suspeita ou continuação de violência contra criança ou adolescente deverão ser comunicados ao Conselho Tutelar, de acordo com o Art. 135 - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Cabe também mencionar as atribuições Do Conselho Tutelar que prevê em seu Art.

136:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no Art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no Art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar perante a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, entre as previstas no Art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no Art. 220, § 39, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Isto reforça por sua vez, a teoria de que toda Criança e Adolescente é sujeito de direito, sendo responsabilidade de todos colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade, e opressão.

Convém mencionar ainda que é da competência do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão de composição paritária composto por entidades governamentais e não governamentais, presidido pelo Ministro da Justiça, fixar as diretrizes nacionais de planos de ações em favor da criança e do adolescente para todo o país. Entre suas diretrizes destaca-se o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Entidades não governamentais, paralelamente ou em conjunto com a atuação destes conselhos, têm-se empenhado, com total ou parcial sucesso na erradicação do trabalho infantil em suas áreas geográficas. Nesta ampla mobilização merece destaque a participação do Brasil na Marcha Global contra o trabalho infantil, com desdobramentos em marchas “regionais”.

Foi esta união de forças (Entidades Governamentais e Não-Governamentais), que impulsionou a mobilização política e que levou o país ao enfrentamento a resistência ao trabalho infantil, possibilitando, por conseguinte a ratificação da Convenção 138 e, posteriormente, a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho.

Vale explicar quais as garantias que ambas Convenções proporcionam. A primeira, a Convenção 138 de 1973, trata sobre a idade mínima para a admissão ao emprego, e a



Convenção 182 de 1999, trata sobre as piores formas de trabalho infantil. Essas convenções são tratados internacionais, sendo que ao serem ratificadas por um estado membro, implicam um compromisso com a adaptação das leis.

Após a justificativa pela importância de se estar trabalhando na perspectiva de interação com os diferentes setores da sociedade (Governamental ou Não Governamental, familiares, amigos, etc), vale apontar o quanto esta interação contribuirá para que um dia consiga-se reduzir ou quem sabe eliminar a questão do Trabalho Infantil. Esta abordagem faz-se necessária, pois como se pode observar ao longo dos estudos realizados com os jovens, constata-se que estes, muitas vezes, vivem em uma **composição** familiar diferente das que se acreditava ser a mais “natural”, onde a família era composta por um pai e uma mãe. Hoje, o conceito de família vem carregado de outros entendimentos, como afirma Miotto (2002, p. 120), quando menciona que, “a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos”.

Vale lembrar que quando o termo família é utilizado de maneira geral, se visualiza um grupo de pessoas cujo relacionamento está determinado por laços de parentesco. A família é mais do que isso: é um sistema intercomunicante onde o comportamento de um indivíduo só pode ser entendido a partir do contexto de todo sistema grupal e do meio onde está inserido. “É composta por elementos em interação biunívoca, de tal forma que o todo é mais do que a soma de suas partes. É um supra-sistema composto por muitos subsistemas” (Engli 1993 apud Bellkiss 1999). A família por sua vez, segue leis próprias, que regem seu funcionamento e lhe são específicas. Esse movimento, todavia, é chamado de dinâmica familiar, no qual o homem ingressa ao nascer.

Para reforçar esta reflexão cita-se o autor Box (1994, p. 91),

Neste momento, soma-se à composição antiga mais um integrante, que vem modificar a dinâmica anterior. Isso significa que novos padrões de relacionamentos, permanentes e específicos, têm início: ciúmes, vitimização, competição, exclusão, predileção, são vivenciadas neste núcleo.

Antes de concluir este assunto, ou seja, a discussão a respeito do trabalho infantil, entende-se de extrema relevância abordar a Emenda Constitucional nº 20, que alterou a idade mínima para admissão ao trabalho. Esta Emenda sinaliza que o adolescente pode começar a trabalhar a partir dos 14 anos, desde que em um processo de profissionalização, o que lhe dará oportunidades de mais tarde não compor os excluídos do mercado de trabalho por deficiência profissional. Porém, percebe-se que esta Emenda implica em um desafio, que é dar uma resposta urgente a milhões de adolescentes entre 14 e 16 anos que querem trabalhar, ainda que seja só para manter atualizada a chamada “experiência profissional”, ou como forma de adquirir bens materiais, ou ainda, como forma de adquirir certa “autonomia financeira”.

Cabe, todavia, alguns questionamentos a respeito da Emenda Constitucional nº 20. Até que ponto esta redução da idade para o trabalho é positiva para estes jovens? Será que após a qualificação profissional obtida na adolescência, a mesma será suficiente para posteriormente inseri-los no mercado de trabalho? Estas, na verdade, são perguntas difíceis de serem respondidas, até mesmo porque se sabe que a questão do desemprego crescente em nosso país pouco tem haver com a questão de capacitação profissional. A causa deste problema é muito mais de ordem econômica e política, uma vez que o país vivencia momentos de dificuldades



para a classe trabalhadora diante da crescente taxa de desemprego registradas nos últimos meses.

Todavia, os projetos políticos e sociais que são elaborados, muitas vezes constituem-se respostas imediatistas aos problemas que surgem na sociedade, objetivando resolver as questões de ordem econômica, e que, portanto, acabam por ignorar a pressão do econômico sobre o social. Assim, tem-se uma população cada vez mais pressionada pelas dificuldades e pelos problemas financeiros, perdendo dia a dia o seu poder aquisitivo, e mais do que isto, tendo que desistir de seus projetos pessoais.

Surge então a necessidade de trabalhar na forma de rede de atendimento, atendendo por sua vez todos os envolvidos neste processo, cada qual com suas particularidades.

No trabalho ora apresentado busca-se trabalhar com as políticas públicas envolvidas com a criança e o adolescente, a sociedade e familiares, tendo em vista que o trabalho em rede é uma possibilidade de ampliação das formas de intervenção com famílias no atendimento a diversidade de demandas presentes no cotidiano dos serviços prestados pelos profissionais da área. A propósito, neste trabalho apreende-se redes como um conjunto de vínculos estabelecidos entre pessoas, definidos a partir da importância e do significado que cada uma tem nas relações interpessoais.

Por fim, busca-se através desta interação, uma maior satisfação no entendimento da questão apontada como foco central do presente estudo. Isto porque, dificilmente se entenderia a realidade dos jovens trabalhadores atendidos pelo Programa Jovem Trabalhador sem compreender a realidade social dos mesmos. Enfim, todos os detalhes são ricos para uma melhor interpretação da questão abordada.

A seguir, aborda-se a respeito do funcionamento e do desenvolvimento das atividades realizadas no Programa Jovem Trabalhador, foco do estágio obrigatório supervisionado.

### **1.3. O Ingresso e o Processo de Formação e Capacitação Profissional Possibilitado ao Adolescente Inserido no Programa Jovem Trabalhador**

O Programa Jovem Trabalhador está inserido no município de Florianópolis, cidade que possui aproximadamente 380.000 habitantes, e segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2001), a cidade é composta por 30 % de pessoas na faixa etária de 0 a 17 anos.

Mais especificamente, o Programa está localizado na avenida Hercílio Luz, 1249 A, bairro Centro/ Florianópolis. Atualmente o Programa atende 259 adolescentes (16 a 17 anos e onze meses), sendo que os principais motivos que acarretam o atendimento decorrem pelo fato de que a grande maioria encontra-se em situação de vulnerabilidade social. Ao reportarmo-nos à situação de vulnerabilidade social, cabe salientar que esta não refere-se somente à vulnerabilidade econômica, mas sim, a outros tipos de vulnerabilidade, como por exemplo: a familiar, pessoal e a social. Todavia, o atendimento prestado pela IDES/PROMENOR se faz possível, devido às parcerias firmadas entre a Instituição e Empresas de Economia Mista, Pública ou Privada, com as quais estabelece-se convênio.

Para fazer a inscrição no Programa Jovem Trabalhador o adolescente precisa realizar o curso “Capacitando para o Primeiro Emprego”, que é oferecido pela PROMENOR, ou outro que seja similar. Após a realização do curso, que tem a duração de 1 mês num total de 42



horas/aulas, o adolescente pode comparecer ao Serviço Social do PJT, para realizar sua inscrição no referido Programa.

Para tanto, existem alguns pré-requisitos que constituem a inscrição, considerando que o jovem deve apresentar alguns documentos, tais como: 02 cópias da carteira de identidade, 02 cópias do CPF, 02 cópias da Certidão de Nascimento, 02 cópias das duas primeiras páginas da Carteira de Trabalho, atestado de matrícula e/ou frequência escolar, último boletim, cópia do certificado do curso “Capacitação para o Iº Emprego”, 02 fotos 3x4, exame do tipo sanguíneo, comprovante de renda dos pais ou responsável, comprovante de endereço e telefone para contato.

Após a conferência dos documentos necessários, a inscrição do adolescente no Programa Jovem Trabalhador, implica necessariamente na realização de entrevista e no preenchimento da ficha de inscrição (Anexo A). Estes procedimentos na maioria das vezes são realizados pelas estagiárias de Serviço Social. Além disso, faz-se necessário anexar a documentação acima citada. Após a inscrição, os adolescentes são selecionados e, neste momento, leva-se em conta principalmente a sua situação sócio-econômica ou alguma outra situação de vulnerabilidade que se faça presente, para que posteriormente os adolescentes participem do treinamento para o trabalho.

Este treinamento para o trabalho consiste num encontro, realizado em uma única tarde, geralmente nos horários das 14:00 as 17:00h, com um grupo de 20 a 30 adolescentes, sendo que é geralmente coordenado pela equipe de estagiárias do Programa. No início do treinamento, são apresentados os participantes, tanto as estagiárias como os adolescentes, para somente depois iniciarem as atividades. Em seguida, são realizadas dinâmicas que permitam

aos adolescentes expressarem-se<sup>6</sup>. Neste treinamento é também informado, o regulamento do PJT e revisado algum conteúdo importante do curso de capacitação.

Outro passo que antecede a inserção destes jovens ao mercado de trabalho é o exame admissional. Este exame por sua vez, é obrigatório de acordo com as normas de segurança de trabalho, a qualquer trabalhador antes de ser inserido no emprego, permitindo caso seja identificado algum problema de saúde, o encaminhamento adequado destes. Este é utilizado também, para eximir a empresa contratante de problema já anteriormente existente. Além destas atribuições, o exame admissional serve para que o programa encaminhe este sujeito à algum setor ou empresa condizente com suas condições físicas ou biológicas. Cabe mencionar que são realizados exames periódicos para acompanhamento das condições de saúde do trabalhador.

Se houver a possibilidade do adolescente ser encaminhado ao trabalho, a próxima etapa destina-se à admissão, a qual consiste numa entrevista (Anexo B) mais detalhada realizada com o adolescente e seu responsável. Esse momento também é muito importante para reforçar o esclarecimento em relação ao trabalho e ao regulamento do Programa.

Durante toda a permanência do jovem no Programa é realizado um acompanhamento escolar mensal através da frequência escolar de cada adolescente. Para que este procedimento seja realizado, os adolescentes apresentam mensalmente o atestado de frequência escolar e boletim (no final de cada bimestre, trimestre ou semestre, isto por sua vez, vai depender da política interna de cada escola). Por meio deste procedimento, é verificado o rendimento e

---

<sup>6</sup> Esta expressão se refere a toda e qualquer forma que o próprio jovem tem em se comunicar, colocando seu ponto de vista referente aos assuntos trabalhados no Treinamento. Bem como também, expressão de suas reflexões pessoais.



freqüência escolar. Quando verificadas algumas dificuldades, realiza-se atendimento individual e os devidos encaminhamentos.

Os Encontros de Formação são realizados duas vezes por semestre. Estes por sua vez, constituem-se em espaços de formação e informação para os adolescentes, cujo objetivo é o aprimoramento dos adolescentes por meio dos temas trabalhados. Os temas destes encontros são sugeridos pelos próprios adolescentes, além de serem incluídos outros, de acordo com a necessidade avaliada pela equipe de Serviço Social.

Frente a esta temática, cabe registrar o entendimento sobre a conceituação que se apresenta sobre “formação”. Pode-se, então, segundo Monteiro (1998, p. 60) assim defini-la:

A formação é entendida como um conjunto de ações que visam a orientação e a integração do homem ao contexto social, envolvendo fatos referentes ao conjunto da vida, a totalidade das relações sociais. Caracteriza-se como uma atividade social de transmissão e aquisição de conhecimentos, comportamentos e atitudes que não se restringem apenas à escola, mas está associado a fatos e mudanças estruturais e conjunturais nos níveis econômico, político e social.

Outros autores também reforçam a importância e relevância de se realizar formação profissional durante todo o processo de aprendizado, tanto de adultos como de jovens.

Desaulniers (1993, p. 96), em sua teoria registra que “Formação”:

Constitui-se de um conjunto de medidas e de métodos colocados em ação para desenvolver o saber-ser e o saber-fazer que são exigidos por uma determinada profissão. É possível aprender a formação como sendo um dos aspectos do processo de socialização, orientado mais precisamente para uma integração do assalariado e cumprindo também outras funções sociais, além daquelas relativas ao trabalho socialmente necessário.

Outra atividade realizada no Programa Jovem Trabalhador são as Avaliações dos jovens nas empresas, sendo que estas ocorrem da seguinte forma: realizada quadrimestralmente uma entrevista<sup>7</sup> (Anexo C), com a presença do adolescente, do supervisor e da estagiária de Serviço Social da PROMENOR, objetivando avaliar o desempenho do adolescente, as contribuições que a empresa / setor vem acrescentando a sua formação, bem como a verificação das condições adequadas de trabalhos. Em relação a este sistema de avaliação, a equipe técnica (Assistentes Sociais e estagiárias) conclui ao longo da existência do referido Programa, que a mesma serve para facilitar a expressão de opiniões dos jovens sobre as expectativas em relação às atividades que desenvolve na empresa, bem como, possibilitando ao adolescente realizar uma avaliação de seu desenvolvimento e o enfrentamento de suas dificuldades, bem como, proporcionar o aprimoramento da relação instituição-adolescente-empresa e a verificação de que os objetivos do programa vem sendo alcançados ou não.

Em alguns casos, faz-se necessário atendimentos individuais e ou familiares, podendo o mesmo ser solicitado pelo adolescente, pelo supervisor, ou ainda de acordo com a necessidade verificada pela equipe de Serviço Social do Programa. Este atendimento individual e ou familiar busca possibilitar a superação da dificuldade apresentada.

O Programa Jovem Trabalhador visa, também, realizar atividades desportivas e culturais, com o objetivo de promover a socialização e a integração do grupo, atividades estas sugeridas pelos adolescentes, tais como: campeonatos, passeios ecológicos, passeios culturais e viagens.

---

<sup>7</sup> A entrevista foi elaborada pela própria equipe do programa Jovem Trabalhador (estagiárias e assistentes sociais), estas podem ser alteradas mediante necessidades apresentadas.



Sendo assim, os encontros promovidos com os adolescentes inscritos no Programa Jovem Trabalhador almejam resgatar a noção e fortalecer a importância do esporte, lazer e cultura na vida dos jovens e crianças, baseado principalmente no capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente que prescreve O Direito à Educação, à Cultura ao Esporte e ao Lazer.

Como demonstrado até aqui, os trabalhos desenvolvidos pelo Programa Jovem Trabalhador são viabilizados através de várias parcerias, detalhadas a seguir.

#### **1.4. As Parcerias**

É importante ressaltar que a IDES/PROMENOR é uma organização não governamental, filantrópica, católica, assistencial, sem fins lucrativos, administrada por uma diretoria de voluntários e obtém recursos financeiros para a sua manutenção através de doações, convênios com empresas de economia mista, pública ou privada, Prefeitura Municipal de Florianópolis, campanhas, eventos, donativos, contribuições na conta de luz, comercialização de produtos, Festa do Divino Espírito Santo, entre outros.

Antes de entrar no tema propriamente, vale registrar o que significa para a Instituição estas parcerias. Neste caso específico, parceria significa a consolidação de um acordo de cooperação entre as partes (Empresas e Programa), que buscam a concretização e efetivação de interesses afins.

O Programa Jovem Trabalhador objetiva efetivar diferentes parcerias, buscando uma forma de agir integrada com os vários órgãos que atuam na construção e efetivação dos direitos dos adolescentes inseridos no programa.

O Programa tem como entidades parceiras o total de vinte Empresas Conveniadas, dentre elas destaca-se as seguintes: CASAN – Companhia de Água e Esgoto de Santa Catarina; ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil; UNICRED – Coopereativa de Crédito Mutuo dos Médicos de Florianópolis; BESC – Banco do Estado de Santa Catarina; HOLCIM BRASIL SA; DERMUS – Farmácia Dermatológica e Cosmética Ltda; CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina; FUCAS – Fundação CASAN; CAIXA ECONOMICA FEDERAL; UNIMED – Cooperativa do Trabalho Médico; SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; HOTEL PARTENON; TRACTEBEL ENERGIA SA, ETC.

Vale lembrar, que este é o único programa da instituição que é auto-sustentável, ou seja, o desenvolvimento de suas atividades é realizado através de suas próprias arrecadações e parcerias com as Empresas acima mencionadas. À propósito, as empresas em seu contrato de adesão das parcerias, assumem o cumprimento das várias Cláusulas Contratuais (Anexo D), como por exemplo, o repasse das taxas de impostos, taxas e demais encargos ou despesas pertinentes ao contratado, assim como zelar pela observância do disposto na legislação Federal, Estadual e Municipal relativas ao que versa esta avença. Estas taxas são repassadas para a Instituição que, administra os pagamentos e garantias dos direitos dos adolescentes trabalhadores. Cabe também a Instituição fiscalizar se todos os recolhimentos das taxas contratuais estão sendo pagos regularmente, é também de sua competência, acompanhar o desempenho profissional e pessoal dos jovens trabalhadores.



### 1.5. O Serviço Social Na Instituição

Em toda história da humanidade sempre existiram as classes menos favorecidas. Da mesma forma, sabe-se que em todos os povos, desde a história antiga, indivíduos em melhores condições de vida prestam assistência aos necessitados. No decorrer da história, essa “ajuda” prestada foi adquirindo caráter religioso e ajudar aos desfavorecidos tornou-se premissa para o bom cristão.

A assistência passou a ser definitivamente firmada e amparada nos dogmas cristãos. Mas, no final do século XIX e início do século XX, ocorreram drásticas e relevantes mudanças na sociedade, advindas do processo de industrialização, dentre elas o crescimento do proletariado e a urbanização das cidades. As mudanças sociais geraram novas demandas para a assistência, surgindo, nesse momento, a necessidade de pessoas especializadas para o atendimento das classes menos favorecidas. Dessa necessidade origina-se a profissão de assistente social “inscrita no ideário burguês do século XX, que prevê a constituição de uma esfera especial, nem pública, nem privada, mas **social** (grifo nosso), portanto, destinada a garantir o equilíbrio do sistema capitalista” (KARSCH, 1987, p.172).

A atual conjuntura econômica global impõe mudanças nos processos de produção e, conseqüentemente, na organização do trabalho e da sociedade. A reorganização no sistema produtivo requer um novo perfil do trabalhador e também novas formas de gerenciamento. Assim, a reestruturação do mercado de trabalho trás novas demandas ao assistente social.

De acordo com Iamamoto, (1998, p. 21),

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Hoje, existem novos espaços de trabalho para o profissional de Serviço Social e, para ocupá-los, ele precisa ter elementos que lhe permitam, primeiramente, visualizá-los e, posteriormente, formular ações que possibilitem incluir a nova demanda no âmbito da profissão.

O Serviço Social tem alargado seus horizontes de atuação, especialmente em direção aos setores de serviços. O profissional deixa de ser caracterizado como unicamente executor e passa a participar da elaboração e gerenciamento de planos e projetos, tanto na área pública como privada, assumindo, assim, um espaço de formulação.

Para reforçar esta afirmação, vale citar Iamamoto (1997, p. 08),

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executor.

Após esta breve explanação a respeito da temática “Serviço Social”, convém neste momento focar o relato que segue sobre a formação e a atuação desta profissão no espaço organizacional da IDES/PROMENOR.

A saber, o Serviço Social na PROMENOR desenvolve atividades desde a data de sua fundação em 1971, sendo que as práticas profissionais na época tinham como objetivo proporcionar ocupação ao adolescente atendido no intuito de evitar a sua marginalização. “Desta forma, as relações e as orientações pedagógicas, estabelecidas ao longo do processo de formação, nem sempre estiveram voltadas ao exercício da cidadania” (PANCERI, 1995, p.



173). Tais práticas, na verdade, reproduzem a concepção da sociedade da época relativas à assistência.

Ao longo dos anos vem se percebendo importante alteração do Serviço Social dentro da instituição IDES/PROMENOR. Nos últimos anos, criou-se a Coordenação Técnica na instituição, com o intuito de re-dividir as atividades, e centralizar esforços para a efetivação das políticas centrais de cada programa. A responsabilidade por este setor foi conferida a uma assistente social. O planejamento estratégico e operacional, bem como a avaliação e o retorno dos resultados obtidos nos programas e projetos para a Diretoria já presente na instituição foram intensificados. Uma outra mudança implementada refere-se ao aumento da participação do Assistente Social nos Conselhos e Fóruns, além disso, os campos de estágio foram ampliados. Sobretudo, o Serviço Social tem demonstrado a importância de sua atuação nos espaços de gerenciamento, superando a mera execução, bem como a visão assistencialista.

Sabe-se que os objetos de trabalho do Serviço Social são as particularidades da questão social, destacando-se, as que se relacionam à vulnerabilidade, ao desemprego, desamparo das crianças, a formação pessoal e profissional, o trabalho infantil, ao relacionamento interpessoal, as relações familiares, a manutenção de crianças e adolescentes na escola entre outras.

Já em relação aos objetivos do Serviço Social desenvolvido na instituição, pode-se afirmar que estão concentrados na melhoria contínua; no atendimento de qualidade; na formação das crianças e dos adolescentes; no exercício da cidadania; no desenvolvimento do ser humano, visando um processo de formação para a vida e que lhes possibilite a autodeterminação; inserção no mundo do trabalho em condições de igualdade perante outros adolescentes com melhores condições financeiras; na elevação da auto-estima e no aproveitamento de oportunidades.

De acordo com a afirmação acima, vale citar Faleiros (1997, p. 8) “hoje a profissão de Serviço Social assume um papel preponderante na promoção de condições que atendam a essas necessidades e visem a integração do homem como agente participante na sociedade onde está situado”. Por isso, o novo pensar e fazer do profissional de Serviço Social revela-se sob bases que requerem competências teórico-metodológicas, técnica-operativas, ético-políticas, compromisso com o usuário e com o código de ética, voltados à socialização de direitos e informações, referentes ao próprio cidadão, baseado na construção da cidadania.

Neste sentido, a participação do profissional de Serviço Social na instituição é de suma importância, pois é ele quem formula, avalia, implementa e altera os projetos vinculados aos programas, tendo como referência às mudanças no contexto social.

Atualmente a instituição – IDES/PROMENOR, vê no profissional de Serviço Social um facilitador do desenvolvimento de todos os objetivos institucionais e socializador de informações, tanto para os usuários como para a própria instituição.

No que diz respeito à relação usuário-instituição, percebe-se que o Serviço Social estabelece com os usuários da instituição um contato direto, pois na maioria das vezes é o profissional desta área que coordena os programas existentes. Quanto aos usuários, exceto no Abrigo Lar São Vicente de Paulo, verifica-se que as famílias e os adolescentes procuram espontaneamente os programas e passam a ser conhecidos pela instituição desde o momento da inscrição. Enfim, a relação com os usuários é a mais próxima possível, até porque a maioria dos programas é de atendimento direto e, na medida em que os usuários começam a ser atendidos, estabelece-se uma relação de proximidade e de conhecimento mútuo.

As ações desenvolvidas pelo profissional de Serviço Social dentro da instituição, devem priorizar principalmente a participação do indivíduo em processo de reflexão e ação, despertando potencialidades que muitas vezes ficam esquecidas e inexploradas. O que para



Neto (1999, p.105) significa:

[...] se posicionar em favor da qualidade e da justiça, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais: a ampliação para a garantia da cidadania, é posta explicitamente, como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

No Programa Jovem Trabalhador todos os encaminhamentos e orientações necessários, aos adolescentes, famílias ou empresas, são realizados pelo assistente social. A formação do adolescente de acordo com as exigências do mercado de trabalho, e nele, proporcionar sua inclusão, é objetivo constante do Serviço Social na instituição. Vale lembrar, todavia, que esta posição em propor novas formas para atender às exigências do mercado de trabalho, demonstra a capacidade do profissional de fazer uma análise constante da realidade e propor novas alternativas que possibilitem transformá-la. Para reforçar esta argumentação, cita-se Iamamoto, (1998, p.21): “O profissional deve ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional”.

Acredita-se assim, que através desta prática e atuação profissional, o mesmo acabe garantindo com muito mais eficácia e eficiência, seu espaço dentro da profissão.

A respeito dos documentos e registros profissionais mais utilizados na instituição, pode-se citar: ficha de inscrição, de admissão, de desligamento, de acompanhamento, planejamento operacional semestral, seminário de avaliação semestral com entrega de relatório, registro de reuniões, relatórios semestrais para a Diretoria, elaboração de projetos e

efetivação de novos convênios. Cada programa realiza registros específicos de acordo com suas necessidades, e estes são transformados em dados para os relatórios institucionais internos e externos.

Da mesma forma, sabe-se que os instrumentos utilizados são bastante variados: entrevista, visitas, avaliações de desempenho, reuniões, eventos, encontros de formação, treinamento, participação em seminários, etc.

Faz-se necessário salientar que atualmente o assistente social tem um papel fundamental na instituição, tanto na área de coordenação como na de educador, de socializador de informações e de formação necessárias ao desenvolvimento da cidadania. A trajetória realizada pelo Serviço Social na instituição também está relacionada ao desenvolvimento da profissão como categoria, a reformulação constante de sua prática e a incorporação de novos papéis e espaços de trabalho.

No caso específico do Programa Jovem Trabalhador, o assistente social tem sua prática centrada na socialização da informação para a formação de adolescentes que serão os “futuros trabalhadores”. A formação dos adolescentes é um processo amplo que a instituição sozinha não tem condições de construir, necessitando, portanto, de outros elementos como a família, a escola e a própria comunidade, os quais devem estar envolvidos neste processo. Pode se dizer, todavia, que um dos papéis do assistente social na instituição é o de sistematizar informações e repassar aos adolescentes, que vão utilizá-las em seu processo de aprendizado na empresa, bem como em suas próprias vidas.

Este processo de formação é realizado em conjunto, PROMENOR e Empresas Conveniadas, e a atuação do assistente social dá direcionamento e encaminhamento à sua realização. O adolescente não é apenas sujeito da formação, é participante e definidor do seu resultado, à medida que processa e utiliza as informações recebidas e no desenvolvimento de



seu aprendizado no trabalho, transformando-as em conhecimento para si próprio.

Esta formação não se dá apenas no âmbito do trabalho, mas, também na efetivação e na garantia dos seus direitos sociais. Em relação a grande importância que se percebe nesta prática profissional voltada à “socialização de informações”, cabe mencionar SILVA (1997, p. 114):

A socialização das informações, referente aos direitos sociais é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania.

Para tanto, esta socialização define-se para o usuário como um processo democrático e político que propicia a participação e o fortalecimento do indivíduo enquanto sujeito político.

Não se pode deixar de considerar a instabilidade política e econômica que incidem sobre o social, mas atuar sobre este campo é fundamental para implementar mudanças futuras, minimizando a exclusão e a pobreza.

Tem-se que apostar no potencial humano e atuar no sentido de prepará-los para a sociedade do conhecimento, que exclui justamente aqueles que tem menos qualificação e escolaridade.

Por fim, convém mencionar que o Programa Jovem Trabalhador conta atualmente com um quadro funcional formado por duas Assistentes Sociais e cinco estagiárias, que realizam e dão suporte a todas as atividades desenvolvidas no programa. As estagiárias realizam encaminhamentos e o acompanhamento dos adolescentes no seu local de trabalho e recebem apoio de todas as pessoas envolvidas, tanto da instituição como das empresas conveniadas, e

ainda dos diferentes órgãos que se fazem necessários contactar ao longo do desenvolvimento do programa.

Neste processo, a colaboração de todos é de fundamental relevância, sendo que é preciso destacar a colaboração dos respectivos supervisores<sup>8</sup> das empresas conveniadas, que em sua maioria entendem e facilitam o processo de desenvolvimento dos jovens trabalhadores. E, objetivando esclarecer possíveis dúvidas e conscientizá-los de seu importante papel, a instituição realiza periodicamente encontros e palestras com os respectivos supervisores. Buscando a cada dia, uma melhor compreensão de seus papéis e de seus deveres enquanto formadores e construtores de capacitação profissional dos jovens envolvidos.

O item abaixo tratará de explicar e demonstrar através de conceitos e teorias, os reais e relevantes fatores de se aplicar uma Avaliação de Impacto Social, principalmente para uma organização do porte da Promenor, levando em conta também, que a mesma já está presente na sociedade “florianópolis” por um período bastante significativas, mais precisamente 33 anos.

---

<sup>8</sup> Supervisor: pessoa responsável e encarregada de dar o suporte técnico operativo ao adolescente na empresa.



## **2 AVALIAÇÃO DE IMPACTO, ESTRATÉGIAS E RELEVÂNCIAS.**

Este capítulo contempla uma breve conceituação do tema Avaliação e Avaliação de Impacto, demonstrando em sua trajetória a real relevância em trabalhar com este tema.

### **2.1 Breve Conceituação sobre Avaliação e Avaliação de Impacto**

Em tese, a avaliação das ações desenvolvidas pelas organizações, sejam elas públicas, privadas ou sem fins lucrativos, começou a ganhar visibilidade na sociedade apenas nos últimos anos. Esta preocupação é, portanto, recente. Com certeza, em função da forte pressão em prol de transparência das ações, exigiu-se das organizações informações mais concisas e bem mais complexas. Hoje, tais organizações precisam apresentar à sociedade o resultado, o produto de suas ações.

Atualmente, todo Programa ou Projeto deve passar necessariamente por três momentos: o planejamento, a implementação e a avaliação. Essas etapas estão intimamente relacionadas, possuindo o mesmo grau de importância. São momentos que se inter-relacionam, vão e voltam em um movimento dinâmico, não linear.

A avaliação segundo Cury (2001, p. 40, In: Célia M. de Ávila), começa logo que uma proposta de projeto ou programa é esboçada, esta fase, é intitulada avaliação *ex-ante*, e tem por objetivo analisar o ambiente social, econômico e político do local. Já, no momento da implementação, no monitoramento sistemático das atividades e custos, o projeto e/ou programa fornece as informações necessárias não só para o momento da avaliação final, mas

para todos os níveis gerenciais, possibilitando o controle efetivo das ações em sua relação com os objetivos, prazos e resultados, em ligação direta com os planejamentos anteriores, possibilitando assim, corrigir os rumos, apontando ações corretivas necessárias, possibilitando, no entanto, que seja possível um replanejamento que, não raro, afetará os custos, prazos e o próprio desenvolvimento do projeto e/ou programa.

Em suma, ter em conta a existência dessas interdependências entre planejamento, implementação e avaliação é, portanto, não só desejável, mas absolutamente necessário à eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento do próprio projeto ou programa.

Importante registrar que a demanda por informações sociais implica em realizar avaliações de impacto. A propósito, a avaliação de impacto corresponde à chamada avaliação pós-facto, e considera-se fundamental sua aplicação, pois nem sempre os impactos da ação social são perceptíveis e mensuráveis imediatamente após o término da ação. “A avaliação de impacto concentra-se em aferir se os beneficiários diretos e a própria organização gestora experimentaram mudanças efetivas em sua situação como consequência do projeto realizado” (CARVALHO, 2001, P. 65).

Pode-se dizer então que, quando se objetiva aferir efetividade ou impactos, é necessário proceder à avaliação após algum tempo de desenvolvimento de programas ou projetos. Isto porque, este procedimento permite que se possa ter uma base do que inicialmente constitui-se como objetivo a ser alcançado e o que realmente, após um período de desenvolvimento e implementação do mesmo, tenha sido atingido. Este período, todavia, acaba ampliando as condições de avaliação, proporcionando-lhes após um determinado período de atuação do programa, maiores subsídios teóricos e empíricos, para analisar e comparar os resultados atingidos, com aqueles antes almejados. Dando-lhes ainda, condições de aferir os resultados desencadeados na sociedade.



Em concordância a esta afirmação, vale citar Baptista (2002, p. 115):

O exercício da avaliação busca assegurar uma permanente adequação do planejamento e do executado à intencionalidade do planejamento, considerando a dinâmica das variações e desafios permanentes postos na situação enfrentada.

A avaliação é um instrumento imprescindível também, para a captação de novos recursos e comprovação da importância e eficácia frente à opinião pública, podendo a organização executora do programa avaliado utilizar-se de seus resultados, tanto para readequar sua atuação, como para sensibilizar os empresários ou até mesmo o governo a investirem em seus trabalhos. Para reforçar esta afirmação pode-se reportar a ONG Paz no Coração (2001), a qual afirma que, o Marketing Social é a promoção de atuação e ações sociais no mercado social, visando atrair investidores sociais.

Neste sentido, é preciso sensibilizar o empresariado e o governo diante de problemas sociais existentes no Brasil, uma vez que se confere dia após dia a responsabilidade de interagir no panorama social às organizações sem fins lucrativos.

Desta forma, entende-se que a avaliação de impacto é um importante instrumento para estas organizações. E, segundo Reis (1999), a avaliação deve ser utilizada como meio de melhorar os programas e projetos existentes, aprimorar o conhecimento sobre sua execução e contribuir para seu futuro planejamento, tendo como pano de fundo sua contribuição aos objetivos institucionais. Sendo assim, é um exercício permanente e, acima de tudo, uma prática comprometida com as repercussões de um programa ou projeto ao longo de sua realização e implementação.

Para que a avaliação se torne um instrumento efetivo de gestão é preciso que se analise em que contexto é realizada. Pois se esta for realizada como uma rotina de caráter meramente burocrático, para cumprir requisitos internos, sem maiores implicações institucionais, poderá servir como instrumento gerencial, no entanto estará condicionada a fatores que, eventualmente, trazem poucas contribuições à organização como um todo.

Por ser um campo que abrange temas amplos, como por exemplo, qualidade de vida, conquistas de direitos, promoção da cidadania e promoção da conscientização, determinar parâmetros de julgamento adequados constitui-se o primeiro desafio. Enfrentá-los, contudo, pode-se revelar um processo de aprendizagem. Para tanto, torna-se necessária à criação de uma cultura institucional que não pare como ameaça, mas seja encarada como um aspecto que auxilie na tomada de decisões e que beneficie tanto a organização quanto os outros atores envolvidos nos programas e projetos.

Mas avaliar só para constatar uma realidade não é avaliar, é medir, é levantar dados. E dados são úteis quando se convertem em informações, ou seja, significam uma qualificação que permite o diagnóstico de uma situação e a orientação da ação, propiciando, assim, a possibilidade de correção de deficiências, por meio de eliminação ou modificação de processos indesejáveis.

Frente a isto, Aguilar e Ander-Egg (1994, p.31 – 32), em seu livro Avaliação de serviços e projetos, fornece uma definição bastante detalhada sobre o tema:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa e projeto (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou em um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a



extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racionais e inteligentes entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados.

Em linhas gerais, pode-se concluir que os objetivos da avaliação são conhecer, através de comprovação objetiva e sistemática, o andamento de um programa/projeto, e saber se os objetivos e metas estão sendo alcançados e se a situação por ora considerada “problema”, ou seja, foco de intervenção, está sendo modificado.

A Avaliação de Projetos Sociais, no entanto, propõe abordar a importância do acompanhamento das ações sociais para subsidiar as constantes decisões sobre os rumos dos projetos em uma organização, de forma a, trabalhar sempre com as questões pautadas nos fundamentos da ética profissional, do respeito com o público foco de atuação e a sociedade como um todo.

Para melhor entender a questão “avaliação de impacto”, cabe comentar a grande confusão que se criou em relação a esta temática, pois muitos profissionais a confundem com o conceito de análise financeira, e este na verdade, relaciona-se com apenas uma parte do processo. Ou seja, análise financeira representa um componente do processo integral de avaliação de impacto, e a avaliação de impacto por sua vez, se refere à análise final dos trabalhos, ou pelo menos de um tempo de atuação do programa/projeto. Além disso, segundo Ávila (2001), a análise financeira apenas demonstra a efetividade dos produtos sociais ofertados por um agente de mudança, não levando em consideração o valor da adoção do produto social e o impacto na sociedade. Já a avaliação traz consigo uma dimensão mais ampla no reconhecimento do valor de um investimento social.

Frente a esta confusão existente a respeito de avaliação de impacto e análise financeira, cabe acrescentar um esclarecimento sobre suas reais diferenças, pois é importante registrar que na dinâmica de mercado social, a definição de avaliação de impacto refere-se a um processo integral de demonstração de resultados, composto de diferentes níveis de análise com o intuito de medir, efetivamente, o valor (lucro social) e impacto gerado por um investimento social. Isso por sua vez, pode ser aferido segundo Ávila (2001), com técnicas de correlação direta entre os resultados obtidos por uma determinada intervenção social com dados macrosociais e econômicos.

Visando entender melhor a realização de uma avaliação social, faz-se necessário entender os três níveis de análise de intervenção no âmbito do mercado social: o primeiro deles refere-se à análise financeira (custo efetividade)<sup>9</sup>, o segundo refere-se à análise econômica (custo benefício)<sup>10</sup> e o terceiro e, último a ser analisado, é a análise social (redução das diferenças sociais)<sup>11</sup>. Esses três subcomponentes constituem um processo integral de avaliação de impacto social.

---

<sup>9</sup> Este é analisado em relação à efetividade alcançada pelo programa/projeto social com base nas informações sobre os resultados do programa, a geração do capital social, a sustentabilidade financeira, e a eficiência do monitoramento de programas.

<sup>10</sup> Este é analisado de acordo com o aumento de produtividade econômica de acordo com cada programa, e a redução de perdas econômicas ocasionadas pelos programas.

<sup>11</sup> Este por sua vez, será analisado em relação a sua elasticidade de investimento para o aumento das oportunidades oferecidas à população em condições sócio-econômicas mais desfavoráveis.



## **2.2 A Relevância de se Realizar uma Avaliação de Impacto Social.**

Tendo em vista a relevância de se realizar a avaliação de programas ou projetos, é que cabe, neste momento, justificá-la, tentando de maneira teórica comprovar o quanto é necessário e importante este tipo de estudo.

Cabe mencionar também, que a avaliação de programas e projetos é um tema bastante extenso, prestando-se a várias abordagens. Pode-se dizer que sempre, de maneira implícita ou explícita, realiza-se algum tipo de avaliação, ou mais precisamente, algum tipo de julgamento de valor sobre programas e projetos. A partir de tal julgamento, pode se tomar algumas decisões a respeito de sua continuidade, modificações, ou mesmo sobre sua extinção. A forma como isso é realizado é que faz diferença quando se trata de tomar decisões a respeito dos programas e projetos existentes. E, por isso, cabe a estes órgãos (responsáveis pela realização das avaliações) uma grande responsabilidade, a de serem cada vez mais idôneos e responsáveis na veracidade dos resultados encontrados.

Um dos maiores objetivos para realmente realizar uma avaliação de impacto, é que a mesma tenha como seu maior objeto de trabalho, uma dada intervenção na realidade social ou uma política pública, entendida então como a que se desenvolve em esferas públicas da sociedade, e não no plano privado e interno das instituições ou organizações. Um trabalho deste porte requer que não se restrinja, portanto, apenas às políticas estatais ou de governo, podendo abarcar também a todas as outras esferas (organizações privadas ou não-governamentais), tentando sempre preservar o verdadeiro caráter público (a toda a sociedade).

Ao trabalhar com um tema ligado à área social, e neste caso específico, a Avaliação de Impacto de um Programa, é importante registrar um dos maiores paradigmas enfrentados frente a esta temática. Ou seja, as pessoas em sua maioria, sempre relacionaram esta atuação

“ligada à Área Social”, como serviços que não visavam lucros. Mas felizmente, esta teoria vêm sendo quebrada dia após dia. E, este novo entendimento, está surgindo através da nova maneira que os empreendedores estão percebendo essa área, enfim, hoje é considerada uma área lucrativa socialmente e comprometida com o Planejamento Estratégico, com métodos eficazes de Validação, Avaliação e Monitoramento das ações desenvolvidas. Com essa nova visão, os empreendedores sociais têm verificado que atuar na área social pode ser lucrativo, seja do ponto de vista financeiro, qualitativo, econômico ou social. Embora tenha-se avançado neste sentido, ainda esbarra-se em alguns dificultadores, principalmente no caso da não utilização de métodos eficientes de análise e pela falta de indicadores relevantes para aplicação das metodologias.

Com o novo entendimento sobre os paradigmas de avaliação, torna-se possível demonstrar o impacto social que esses programas estão promovendo. Caso o impacto social não seja o esperado, é possível replanejar toda a área de atuação. Além disso, o que deve ficar bem claro, dentro dessa nova visão, é a diferença entre Monitoramento e Avaliação, pois no Monitoramento os indicadores estão mais voltados para números alcançados no processo, enquanto que a Avaliação se volta mais para o impacto resultante das ações.

É importante ressaltar que nem todas as instituições que atuam na área social estão preparadas para adotar essa nova visão de atuação no mercado, pois não possuem Sistemas de Informações Gerenciais. Esses sistemas fornecem informações de forma consolidada para a realização de Análise de Impacto Social em programas e projetos, possibilitando aos empreendedores tomarem decisões em tempo hábil e baseadas nos resultados apresentados. Portanto, é preciso criar a consciência de que um Sistema de Informação Gerencial, utilizando as potencialidades da informática disponíveis atualmente no mercado (rede de computadores, internet, intranet, banco de dados, etc), favorecerá a verificação e veracidade dos resultados.



A avaliação é uma etapa imprescindível para a gestão de programas e projetos, portanto, é um instrumento que deve ser utilizado pelos profissionais de Serviço Social. No programa hoje pesquisado, ou seja, no Programa Jovem Trabalhador, ainda não realizou-se nenhum tipo de Avaliação de Impacto. Frente a isto, surge a crescente necessidade de mensuração, principalmente do grau de satisfação ou insatisfação dos sujeitos envolvidos e da sociedade. A avaliação não deseja mensurar apenas quantitativamente os benefícios ou malefícios de um programa ou projeto, mas sim, qualificar as decisões, processos, resultados e principalmente impactos.

Contudo, frente aos vários motivos apontados sobre a relevância de se realizar uma avaliação de impacto, cabe ainda acrescentar que através dela é possível verificar o retorno de imagem, a satisfação do público externo, o reconhecimento da importância do trabalho que é desenvolvido, entre outros.

Apesar de otimizar recursos, melhor controlar e avaliar resultados, ter clareza de compromissos e responsabilidades para avançar na efetividade de resultados, esta não tem fim em si, mas é fruto das exigências trazidas pelo comprometimento ético, subjacente a toda e qualquer ação que se queira transformadora no campo social. Assim afirma Cury ( apud ÁVILA 2001, p. 40, ):

*A dimensão técnica* – maior competência na busca de conteúdo e de estratégias **que nos** permitam aferir resultados eficientes e eficazes – não é suficiente. Existe uma outra dimensão, a *ético política*, que importa ressaltar, a qual organiza e sustenta esse processo, delimita-o em seu sentido e em seus fins, pois nada, um compromisso com a efetividade e, para isso, é preciso que tenhamos uma visão crítica **que** questione, a todo momento, o sentido desse nosso agir.

Contudo, é preciso ter clareza da importância da dimensão ética como responsabilidade de um Estado democrático e de uma sociedade civil organizada na busca conjunta de uma esfera pública cada vez mais fortalecida e ampliada.

Finalizada a fundamentação teórica deste estudo, descreve-se na sequência, a metodologia da pesquisa ora apresentada, contemplando a descrição dos procedimentos adotados.



### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Neste capítulo, são abordados todos os procedimentos utilizados para a concretização e efetivação dos objetivos inicialmente propostos pela pesquisadora.

Primeiramente, descreve-se a natureza da pesquisa e sua caracterização. A etapa seguinte se refere à trajetória e a população foco da pesquisa, e por fim, apresenta-se o relato das dificuldades e contratempos enfrentados durante o período de efetivação deste trabalho.

#### **3.1 Procedimentos Metodológicos**

No decorrer de um ano e meio de estágio no Programa Jovem Trabalhador, sentiu-se a necessidade de pesquisar de que forma o trabalho oferecido pelo Programa, acima citado, vem colaborando no processo de inclusão dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no mercado de trabalho, tendo em vista, principalmente, que o objetivo do programa está diretamente ligado ao processo de formação a favor da cidadania e participação direta no contexto social onde vive.

Esta etapa do estudo tem como propósito realizar a avaliação de impacto social a respeito dos processos de trabalho e resultados que o Programa Jovem Trabalhador vem oportunizando aos jovens que, por um período determinado, perpassaram pelo programa, bem como avaliar os efeitos desencadeados na sociedade, onde estes jovens estão inseridos.

Diante de um tema bastante extenso e importante, optou-se, enquanto trabalho acadêmico, versar sobre a Avaliação de Impacto Social do Programa Jovem Trabalhador, após

o desligamento e participação, neste processo de trabalho, dos sujeitos envolvidos, adolescentes e supervisores das empresas.

Sua elaboração justifica-se, também, por ser a primeira aproximação com o tema, considerando que até o presente momento não fora verificado nenhuma produção deste tipo, levando a questão através da focalização de trabalhos acadêmicos de Serviço Social durante a prática de estágio da pesquisadora.

Vale ressaltar, todavia, que já foram elaborados inúmeros trabalhos acadêmicos sobre o referido Programa, dentre eles: Contribuição do responsável na formação do adolescente da Promenor; A formação dos jovens trabalhadores da Promenor; A inserção dos jovens no mercado de trabalho, após o desligamento do Programa Jovem Trabalhador, entre outros. Mas nunca fora elaborado estudo para quantificar e qualificar estes resultados.

Como bases norteadoras do trabalho, estabeleceram-se os seguintes objetivos:

***Objetivo Geral:***

- » Avaliar o Impacto Social do Programa Jovem Trabalhador.

***Objetivos Específicos:***

- » Avaliar os resultados dos trabalhos desenvolvidos com os adolescentes que por um período determinado (1999 a 2001), passaram pelo Programa Jovem Trabalhador.
- » Verificar o entendimento que as empresas conveniadas tem sobre o Programa Jovem Trabalhador, em relação à inserção e a atuação dos adolescentes nos espaços organizacionais;
- » Apontar quais os resultados que a sociedade florianopolitana vem constatando na formação profissional destes jovens.



Estes objetivos foram delineados a partir da prática de estágio, quando observou-se as angústias e a falta de informação em relação as contribuições que o programa desencadeia na sociedade, bem como, as efetivas alterações ocorridas na vida dos usuários atendidos.

Cabe registrar, que além destas questões norteadoras da pesquisa, o que mais incentivou aplicar a mesma, foi a idéia de que um programa, ou até mesmo um projeto que deseja alcançar seus objetivos, deve impreterivelmente, avaliar suas ações, para que em situações consideradas problemas ou de ineficiência da proposta inicial, possa ser revisto ou até mesmo, modificado. Relacionando suas atividades com a ação dos sujeitos na sociedade, pretende-se produzir resultados que, no conjunto, contribuam para modificar a situação “problema”. Por isso, os resultados nunca são uma certeza, mas sim um investimento, ou seja, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de verificação que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue produzir.

### **3.2 Natureza e Caracterização da Pesquisa**

Nesta pesquisa, o método de abordagem utilizado foi o quantitativo e o qualitativo, tendo em vista, a obtenção de uma visão mais ampla do processo da pesquisa, dando ao resultado maior amplitude e fidedignidade possível, frente à realidade analisada.

Frente a esta abordagem e escolha, vale citar Minayo (1994, p. 21 – 22), que conceitua a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ainda reforçando a escolha pela análise qualitativa, será citado Lazarsfeld (apud HAGUETTE, 1992, p. 64), que em seus escritos, afirma ter três situações onde indicadores qualitativos se fazem extremamente necessários:

a) situação nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas; b) situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referencia, etc; c) situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

Já em relação à pesquisa quantitativa, vale citar Baptista (1994), pois a autora afirma que a abordagem quantitativa serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Ou seja, as informações quantitativas comumente utilizadas resultam de procedimentos dirigidos aos registros numéricos de fenômenos ou fatos, isto é, buscam identificar e localizar sua ocorrência num determinado local, tempo e frequência. São habitualmente expressadas por meio de tabelas, quadros, gráficos e outros instrumentos.

Na pesquisa quantitativa, procura-se quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações e no emprego de recursos de técnicas estatísticas. Estas por sua vez, são muito aplicadas nas pesquisas de âmbito social, econômico, de comunicação, mercadológica, e de opinião.

A pesquisa quantitativa é utilizada quando os resultados que serão obtidos desejam demonstrar as características da maioria da população em estudo. São utilizadas quando se deseja verificar a aceitação de um novo produto no mercado ou identificar o perfil do



consumidor já existente. Os resultados obtidos através de uma amostra, pertencentes ao universo pesquisado, divulgam a realidade de uma determinada população.

Durante o processo de produção do conhecimento deste trabalho adotou-se o estudo exploratório e descritivo, objetivando um maior detalhamento das características e resultados obtidos. Isto porque, quando um problema é pouco conhecido, ou seja, quando as hipóteses ainda não foram claramente definidas, se está diante de uma pesquisa exploratória. Desse modo, seu objetivo consiste numa caracterização inicial do problema, de sua classificação e definição. Para Gil (1999, p. 23):

[...] a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias [...] as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Cabe mencionar que tanto o estudo exploratório quanto o descritivo visam melhorar e tornar cada vez mais eficiente a veracidade dos resultados da pesquisa. Estas características, no entanto, foram utilizadas, pois acredita-se que somente observando todas estas características concomitantemente, se poderá obter um resultado mais próximo da realidade. Ou seja, estes instrumentais de análise, certamente possibilitarão ao pesquisador, melhores condições de conhecer e perceber a realidade que se propõe a estudar.

A opção por realizar uma pesquisa do tipo exploratória foi baseada também em Triviños (1987), pois para este autor, esta é a forma mais ideal para se aplicar em áreas nas quais existe conhecimento acumulado e sistematizado. Como já afirmado no decorrer do trabalho, o Programa Jovem Trabalhador possui muitas informações de suas ações, mas, porém, até o presente momento nenhum estudo em relação a avaliação dos impactos foi

realizado. Esta pesquisa exploratória proporciona uma visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinados fatos e constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla, dando possibilidades ao pesquisador, para conhecer melhor o assunto. Por tanto, a pesquisa torna-se relevante, pois podem existir várias explicações alternativas e isto proverá certamente, maiores informações e conseqüentemente contribuições para a ampliação do conhecimento frente ao assunto.

Enquanto pesquisa descritiva, baseado em Gil (1999), tem como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Isto por sua vez, facilita a apresentação de determinados fenômenos, obtidos através de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A respeito desta modalidade de pesquisa, cabe esclarecer que seu significado condiz com seu próprio nome, ou seja, visa descrever as características de uma dada população ou fenômeno, podendo estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza. Reforçando esta idéia cita-se Gil (1999, p. 44):

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais **solicitadas por organizações (grifo nosso)** como instituições educacionais, empresas, partidos políticos, etc.

Frente a estes instrumentais utilizados, cabe mencionar que o ideal para a realização de uma pesquisa, é que esta seja considerada um procedimento formal, com métodos de pensamentos reflexivos, que requerem um tratamento científico, constituindo-se no caminho para o conhecimento da realidade.



### **3.3 População/sujeitos**

Em relação a este tópico, pode-se afirmar que a população adotada foi composta pelos jovens e supervisores (citados acima), que prestaram trabalho durante um período de tempo nas respectivas empresas: CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento; ELETROSUL – Empresa Transmissora de Energia Elétrica; UNICRED e SENAI. Cabe mencionar que as empresas são de economia mista (pública e privada), e todas já mantinham convênios com a Instituição antes de 2001.

Em relação à população e critérios utilizados para a realização desta pesquisa, pode-se afirmar que se torna inviável fazer um levantamento do todo quando se tem um grupo numeroso e deseja-se obter informações sobre um ou mais aspectos, assim necessita-se investigar uma parte dessa população ou universo, que, para Gil (1999, p.35), “é um subconjunto definido de elementos que possuem determinadas características”.

### **3.4 Amostra**

Devido ao grande número da população que seria pesquisada, houve a necessidade de trabalhar com o estabelecimento de uma amostragem, que segundo Gil (1999), [...] consiste na seleção de uma parte representativa que compõe o todo.

A maior dificuldade de trabalhar com amostragem, é ter que escolher uma parte ou amostra, que conforme define Gil (1999):

[...] é o subconjunto do universo ou população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população, e que ela seja a mais representativa possível do todo, cujos resultados obtidos com essa amostragem sejam o mais legítimos e que sejam os mesmos se o todo fosse pesquisado.

Importante lembrar da existência de vários tipos de amostragem, os quais estão inseridos em dois grandes grupos: Probabilística, que, conforme Lakatos (1986), sua característica primordial é poder ser submetido a tratamento estatístico, em que se permite compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e significância da amostra. Já a Não-probabilística, que para Gil (1999), não apresenta fundamentação matemática ou estática, dependendo unicamente de critérios do pesquisador, tendo como vantagem o custo e o tempo dispensado.

Baseado nisto, a realização do presente trabalho, adotou-se do método de amostragem Não-probabilístico, pois demonstra ser o mais adequado, tendo em vista a escassez de tempo e o fato do tipo por acessibilidade ou por conveniência, que é a menos rigorosa. Conforme Gil (1999, p. 47) “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo”.

Assim sendo, a amostra utilizada foi composta por 65 jovens (hoje com idade igual ou superior a 21 anos), e de 27 supervisores, distribuídos nas empresas citadas anteriormente.

### **3.5 Trajetória da Pesquisa**

No que diz respeito à trajetória da pesquisa, pode-se afirmar que inicialmente a técnica utilizada foi o levantamento bibliográfico sobre o assunto ora abordado, buscando assim, um



melhor embasamento teórico a fim de qualificar o desenvolvimento e atuação frente à demanda que se propunha atender.

Enquanto técnica para a obtenção da coleta dos dados utilizou-se como instrumental um questionário semi-estruturado, contendo neste, perguntas abertas e fechadas, conforme (Apêndice A). Frente à decisão de utilizar este instrumental, cabe citar Roesch (1996), que afirma, “o questionário não é apenas um formulário ou um conjunto de dados que busca mensurar alguma coisa, ele requer esforço intelectual anterior de planejamento, com base na conceituação do problema de pesquisa”. Já para GIL (1999), as perguntas do tipo “fechadas” são aquelas que apresentam ao respondente um conjunto de alternativas de respostas, para que sejam escolhidas a que melhor representa sua situação ou ponto de vista. Assim, por sua vez, para as perguntas abertas, deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição. E, para dar suporte a análise utilizou-se um referencial pautado em Silva (1996, p. 52).

A entrevista é uma forma de interação social mais especificamente, uma forma de diálogo assimétrico, em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, objetivando obter mais dados que interessem à investigação. É uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais.

A entrevista por sua vez, permite que se ampliem outras questões no decorrer da investigação. Principalmente por ser adequada e flexível para, segundo Gil (1991, p. 13), servir de “obtenção de informações acerca do que as pessoas crêem, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer ou fizeram”.

Já em relação ao público pesquisado, este foi selecionado seguindo alguns critérios. O primeiro deles, buscou entrevistar jovens que teriam sido inseridos no Programa Jovem

Trabalhador, e que permaneceram neste pelo prazo máximo permitido, ou seja, só seriam entrevistados os adolescentes que foram desligados por terem completado a idade limite (17 anos e 11 meses), e não aqueles que por motivos diversos tenham saído antes deste prazo. Este critério por sua vez, visou pesquisar sujeitos que tivessem permanecido no Programa o máximo de tempo possível, para que assim, pudesse ter vivenciado experiências mais duradouras e completas.

Para efetivar este objetivo, foi inicialmente realizada uma pesquisa documental, para assim, levantar o universo real dos jovens até o ano de 2001.

O outro objetivo da pesquisa destina-se a entrevistar os respectivos supervisores, que no ano referido (2001), tivessem acompanhado os adolescentes nas empresas, enfim, que tivessem realizado um acompanhamento do trabalho destes, bem como seus desenvolvimentos e contribuições para o setor que trabalhavam na época. Objetivou-se também compreender, através da pesquisa, o verdadeiro grau de entendimento destes supervisores frente ao trabalho destes jovens, e a relevância desta formação para a sociedade como um todo.

Importante mencionar que sempre antes de iniciar a entrevista, independente de ser com os supervisores ou com os adolescentes, a pesquisadora esclarecia os objetivos da pesquisa, a fim de deixar explicitar a relevância do estudo. Ao longo dos contatos feitos com os prováveis entrevistados, deixou-se livre a opção de escolha, ou seja, o sujeito não sofreria nenhum tipo de constrangimento ao não aceitar participar desta pesquisa.

Apesar das diversas dificuldades encontradas para obter contato com os jovens e alguns supervisores, houve uma aceitação de 100%, em relação aos contatos realizados.

A pesquisa só não atingiu um percentual maior de entrevistas em função das dificuldades e incompatibilidades na veracidade (dados não mais condizentes com a atual realidade dos envolvidos) de alguns dados que constavam na ficha cadastral (Anexo E) e



prontuários dos adolescentes. Vale lembrar, porém, que o prazo trabalhado na pesquisa é longo (2001 – 2004), e que, portanto muitos dos dados disponíveis referentes a esta época já são eram mais condizentes com a realidade atual.

Inicialmente o universo da pesquisa, constituiu-se de 271 adolescentes e paralelamente 104 supervisores. Vale explicar que o número de supervisores é menor que o número de jovens, uma vez que há casos de rotação dos jovens no Programa (um é demitido, outro é admitido no lugar), permanecendo o mesmo supervisor. Outro caso também em relação a estes índices, é que pode ocorrer, em algumas empresas, que o mesmo supervisor seja responsável por mais de um jovem.

Devido a estas dificuldades elencadas anteriormente, a amostra que inicialmente seria pesquisada era de 50% do número total de jovens e supervisores. Mas frente aos contratemplos, reduziu-se para 40%, ou seja, 65 jovens (hoje com idade igual ou superior a 21 anos). O número de supervisores pesquisados foi de 27, sendo que este índice foi determinado para padronizá-los em proporção ao número de adolescentes pesquisados, ou seja, utilizou-se um percentual de 40% para ambas as categorias pesquisadas.

Dando continuidade a trajetória da pesquisa, foram estipuladas determinadas etapas que objetivavam o seu adequado e viável desenvolvimento, dentre elas:

#### **Pesquisa com os adolescentes:**

\* Construção do questionário (Apêndice A) norteador da entrevista, elaborado mediante necessidades e características a serem evidenciadas. O questionário continha 26 perguntas, dentre elas 24 eram fechadas e que poderiam tornar-se abertas dependendo da vontade do entrevistado, as duas perguntas restantes eram abertas, objetivando uma maior amplitude nas respostas.

\* A efetivação destas entrevistas foi realizada em sua maioria nos atuais locais de trabalho dos sujeitos participantes da pesquisa, ou quando não fez-se possível, foi realizado na própria instituição. Dentre os pesquisados, apenas à 3 deles, devido a incompatibilidade de horários e locais adequado para a aplicação da mesma, foi encaminhado o questionário via e-mail. Vale lembrar, que mesmo nestes casos, o primeiro contato foi feito via telefone.

Ainda sobre este contato, cabe evidenciar as grandes dificuldades encontradas, pois como já citado anteriormente, muitos dados, principalmente o número de telefone, já não era mais o mesmo, tornando em alguns casos, a procura mais longa e demorada.

\* Recebimento dos questionários preenchidos encaminhados via e-mail, que por sua vez, foram entregues da mesma maneira.

\* Após os recebimentos destes, foi realizado a tabulação dos dados coletados.

#### **Pesquisa com os supervisores:**

Para a pesquisa com os supervisores, foram utilizados os seguintes procedimentos:

\* Encaminhamento de um questionário (Apêndice B) contendo 17 perguntas, e dentre elas 14 fechadas, sendo possível, abrí-las para complementação. Apenas 3 perguntas foram completamente abertas, dando amplitude na contribuição dos sujeitos envolvidos neste processo.

\* Primeiro contato: o primeiro contato foi realizado via telefone, e neste mesmo contato foi colocado todos os procedimentos e objetivos da pesquisa, bem como também do questionário que seria enviado. Ficou programado então, que os questionários seriam todos encaminhados via e-mail, para facilitar o andamento do trabalho desejado.

\* Anteriormente ao envio destes questionários, fora enviado uma carta explicativa (Apêndice C), a fim de deixar mais claras todas as intenções deste estudo, ressaltando a grande relevância desta pesquisa.



\* Envio do questionário: estes foram feitos todos via e-mail, pois segundo relatado anteriormente, houve uma incompatibilidade de horários, entre pesquisador e pesquisado. Cabe lembrar que, a iniciativa deste procedimento foi sugerido pelos próprios supervisores, que destacaram a agilidade e a facilidade no preenchimento e na contribuição neste trabalho.

\* Recebimento dos questionários preenchidos: estes foram entregues através da mesma maneira do envio, ou seja, todos via e-mail. Não foi constatado nenhum problema em relação ao recebimento, apenas nos casos de alguma demora, quando percebido esta situação, foi realizado rapidamente um contato via telefone, e sanou-se o problema.

\* Tabulação e análise dos dados coletados: em posse de todos os questionários devidamente respondidos, iniciou-se o processo de tabulação e análise dos dados, conforme estão descritos no próximo capítulo.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA EMPÍRICA**

O capítulo que se inicia destina-se fundamentalmente a apresentar e analisar dos resultados obtidos na pesquisa empírica. Para tanto, num primeiro momento, descreve-se a respeito da lógica utilizado pela pesquisadora para analisar os dados obtidos junto aos adolescentes e seus supervisores.

E, para finalizar este trabalho, serão apresentadas sugestões e propostas frente a temática abordada, que poderão, futuramente ser utilizadas pela própria Instituição foco da pesquisa, a fim de facilitar e aprimorar o atendimento prestado pela mesma.

Os dados obtidos com as entrevistas, mais precisamente, foram agrupados da seguinte forma: primeiro foram trabalhadas as respostas oriundas da pesquisa com os jovens (extrabalhadores), tentando de uma forma mais objetiva agrupá-las de maneira paralela, ou seja, primeiramente com as questões fechadas, buscando construir a partir desta análise, gráficos que demonstrassem uma padronização nos índices das respostas. Já frente às questões abertas às mesmas foram transcritas e analisadas.

Outro procedimento utilizado foi à junção dos dados obtidos através da pesquisa com os supervisores das empresas. As primeiras respostas trabalhadas foram as fechadas, buscando através delas, a compactação e possível representação em gráficos. Já as abertas, exigiram-se uma interpretação e análise. Por fim, agruparam-se todos os resultados, apresentando-os no próximo sub-item, intitulado Interpretação dos dados.

Para facilitar a análise dos dados, as questões de pesquisas foram agregadas em cinco categorias, quais sejam:



\* Dados de identificação pessoal (nome, idade, empresa que trabalhou, data de nascimento, sexo, estado civil, filiação, endereço (residencial/bairro)), telefones (residencial e trabalho), com quem mora atualmente, e dados de escolaridade (se está estudando, qual série, por que não estuda mais e se repetiu algum ano). Estes dados por sua vez, garantem ao pesquisador, subsídios empíricos para se interpretar a realidade atual do jovem.

\* A outra categoria trata sobre as contribuições que o envolvido na pesquisa aponta como sendo proveniente de sua experiência obtidas através do Programa Jovem trabalhador, bem como, o que este vem fazendo para seu aperfeiçoamento profissional. Dentre estes objetivos, buscou-se analisar as seguintes indagações: perceber se atualmente o jovem está fazendo algum curso profissionalizante, ou se está trabalhando, e qual função vem desenvolvendo, buscou-se também com estes questionamentos, verificar a carga horária hoje trabalhada por estes jovens e qual suas medias salariais, pois acredita-se que assim, poder-se-á visualizar de uma maneira mais eficaz, o tipo de trabalho a que estes vem se submetendo e o reconhecimento alcançado no mercado de trabalho.

\* Outra categoria, porém analisada, se refere ao tempo e facilidade de inserção que estes jovens tiveram para adentrar no mercado de trabalho, após o desligamento do programa. As perguntas feitas a respeito deste assunto foram as seguintes: quanto tempo depois de ser desligado do PJT, você conseguiu se inserir no mercado de trabalho? Já teve outro registro na sua Carteira Profissional? Ou seus trabalhos foram informais?

\* A outra categoria analisada, foi em relação aos aspectos familiares e sociais, visando apontar as contribuições que a experiência profissional desencadeou na vida destes sujeitos. E, neste sentido, as perguntas realizadas foram: Você tem ou teve irmãos no Programa? Como é o hoje seu relacionamento familiar? Estabeleceu algum laço de amizade na empresa que trabalhou- PJT?.

\* E como última categoria analisada, achou-se necessário questionar o próprio Programa Jovem Trabalhador e ainda solicitar sugestões junto aos jovens, que por sua vez, fizeram parte do programa, e, portanto, possuem as melhores condições para avaliar as consequências acarretadas na prática profissional. Para alcançar estes objetivos, foi questionado aos sujeitos, as seguintes perguntas: O que você achou de mais positivo e/ou negativo em seu processo de trabalho, quando inserido no PJT? Gostaria de estar trabalhando na empresa que desenvolveu suas atividades do primeiro emprego? De uma forma geral, você acredita que os cursos/treinamentos e o próprio trabalho que obteve quando inserido no PJT ajudaram você a se qualificar para o mercado do trabalho? Como você vê a sua vida depois de sua saída do programa? O que você acha que poderia ser mudado no PJT e também na empresa que trabalhou? E, para finalizar os questionamentos, perguntou-se aos mesmos se indicariam o programa PJT para outras pessoas. Através destas categorias acredita-se que mais facilmente se realizará a Avaliação do Impacto Social do Programa Jovem Trabalhador, principalmente no âmbito da vida privada dos ex-jovens trabalhadores.

\* Frente aos questionamentos feitos com os supervisores, utilizou-se 4 categorias, dentre elas, as de ordem voltadas para os dados pessoais, ou seja: nome do supervisor, idade, sexo, empresa que trabalha, quanto tempo trabalha nesta empresa e a função desenvolvida na mesma.

\* Outra categoria trabalhada foi em relação ao relato de suas experiências enquanto supervisor e colaborador da empresa, neste quesito, foram aplicadas algumas perguntas, tais como: A empresa ainda mantém convênio com a PROMENOR/PJT? De quantos adolescentes você já foi supervisor? Você conhece bem os objetivos do Programa Jovem Trabalhador?

\* A seguinte categoria refere-se as reais contribuições que o jovem trabalhador proporcionou ou desencadeou na empresa, ou no setor que prestou seus trabalhos durante o



tempo pré-determinado (2001). Além desta abordagem, solicitou-se ao supervisor a sua interpretação sobre os reais crescimentos profissionais que o jovem adquiriu ou deixou transparecer durante a sua permanência na empresa, bem como, o que visualizou de mais positivo e/ou negativo em relação a permanência do jovem na empresa, quando inserido no PJT.

\* A última categoria pesquisada objetivou perceber quais as críticas e contribuições os supervisores identificaram como falhas ou importantes atividades desenvolvidas no processo de trabalho do Programa Jovem Trabalhador, e quais alterações que poderiam ser aplicadas no processo de profissionalização desenvolvido pela instituição ou até mesmo nas empresas conveniadas, a fim de alcançar os reais objetivos do PJT.

#### **4.1 Interpretação dos Dados**

Neste capítulo será trabalhada a interpretação dos dados obtidos nas pesquisas, tentando de forma organizada separá-los por temáticas ou por pontos que serão descritos a seguir.

##### **Dados de identificação pessoal dos adolescentes**

Pretende-se neste item, identificar o número de adolescentes homens ou mulheres que passaram pelo Programa Jovem Trabalhador, no período entre 1999 à 2001, evidenciando as facilidades ou dificuldades enfrentadas, em sua reinserção no mercado de trabalho. Visa também conhecer o estado civil de cada um deles e a localidade onde moram, possibilitando

assim, a obtenção de dados indispensáveis a construção de um estudo sócio econômico dos sujeitos foco da pesquisa.

Abaixo seguem as ilustrações referentes a estes pontos:

### Sexo

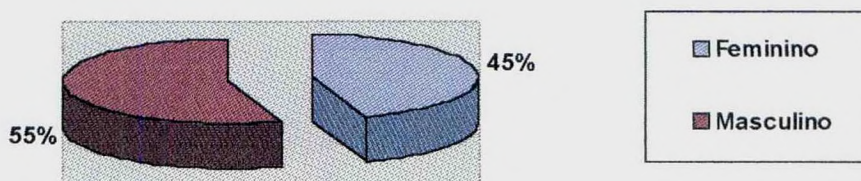


Ilustração 1: Sexo dos Adolescentes

Fonte: Dados primários (2004)

A respeito desta ilustração, cabe reforçar que mesmo estando vivendo em uma realidade onde predomina o sexo feminino, ainda enfrenta-se a estigmatização da mulher frente ao mercado de trabalho, bem como também uma igual, ou menor remuneração em relação ao homem.

Para melhor exemplificar esta realidade cita-se os índices do primeiro censo brasileiro (1872), onde nesta época, a proporção entre os sexos era a seguinte: homens, 51,5% e mulheres, 48,5%. Já a partir do censo de 1940, a população feminina passou a predominar sobre a masculina, embora com pequena diferença a favor das mulheres. Em 1991 (décimo censo), a proporção passou a ser a seguinte: homens, 49,4%; mulheres, 50,6%. Ou seja, em uma população total de 147.053.940 pessoas, havia 1.845.844 mulheres a mais em relação aos homens.



Em todas as grandes regiões brasileiras ocorre predomínio das mulheres sobre homens. As maiores diferenças a favor das mulheres são encontradas nas regiões Norte (elevada mortalidade masculina), Nordeste (maior saída de homens) e Sudeste (elevada emigração e mortalidade masculina).

No período de 1940-1990, a força de trabalho feminina passou de 2,8 milhões para 22,8 milhões de pessoas, aumentando sua participação na população ativa do país de 19% para 35,5%. Em 1940, quase a metade (48%) da população ativa feminina estava concentrada no setor primário da economia. Em 1990 mais de dois terços (74%) da população ativa feminina estava concentrada no setor terciário, principalmente em algumas atividades, como serviços comunitários, serviços de educação, serviços de saúde e serviços domésticos.

Os dados acima mencionados resumem as principais características da força de trabalho feminina: embora crescente, é proporcionalmente pequena e inferior ao trabalho do homem.

Mesmo frente a esta superior população feminina, vê-se que a atuação desta é proporcionalmente pequena porque, apesar de a mulher constituir maioria na população do país, sua participação no mercado de trabalho é de apenas 35,5%. Possuindo ainda uma marginalização da sua força de trabalho, ou seja, a grande maioria das mulheres que participam do mercado de trabalho exerce atividades de média e baixa remuneração e qualificação profissional.

## Estado Civil

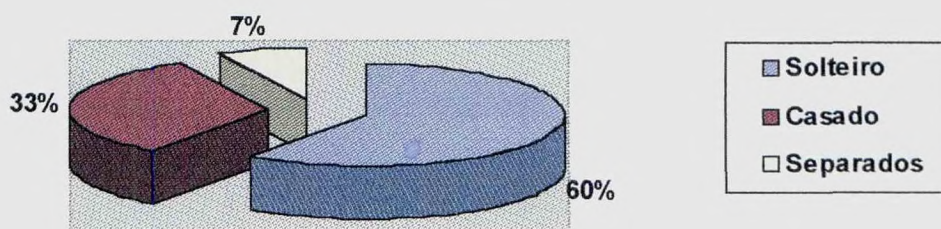


Ilustração 2: Estado Civil dos Adolescentes

Fonte: Dados Primários (2004)

Sobre este item cabe registrar que ainda vive-se um crescente índice de casamentos na adolescência, chegando a atingir 33% da amostra total pesquisada, porém, é importante também apontar que dentre este índice, 7% já estão separados e 60% continuam solteiros.

Mesmo sendo superior o índice de pessoas que ainda não estabeleceram uma união estável, frente à pesquisa realizada foram levantadas algumas questões sobre este assunto. A primeira delas é sobre a gravidez na adolescência, que segundo relatos de alguns pesquisados, este fato muitas vezes contribui para a sua já difícil inserção no mercado de trabalho.

A adolescência caracteriza-se como uma fase que ocorre entre a infância e a idade adulta, na qual vivencia-se muitas transformações tanto físicas como psicológicas, possibilitando o surgimento de comportamentos irreverentes e desafiantes, bem como, o questionamento dos modelos e padrões infantis que são necessários ao próprio crescimento.

As mudanças físicas ocorrem devido ao aumento da produção hormonal neste período, o que pode provocar uma alteração das emoções, portanto, explicando a perda de controle e desequilíbrio psicológico do adolescente.



No entanto, para a análise do comportamento, a alteração das emoções no adolescente pode ser explicada através do papel do ambiente em sua vida, ou seja, seus comportamentos podem ser fruto de uma interação com um ambiente punitivo que não possibilita o aumento e a adequação do seu repertório comportamental. Muitos destes comportamentos são esquivas de um ambiente aversivo. E que segundo Banaco, (1995) “Os problemas dos adolescentes, muitas vezes, está em sua relação com o mundo”.

Esta postura é compartilhada com a teoria da aprendizagem social, defendida pelo autor Muuss, (1996), que em um de seus livros, defende que: “acredita que o comportamento é primeiramente determinado pelos fatores sociais e ambientais, operando com o contexto situacional particular”.

Evidentemente, as modificações biológicas são importantes, mas o desenvolvimento psicológico dos adolescentes é mais influenciado pelo ambiente sócio-cultural em que vivem, portanto, este é o foco da análise do comportamento.

Embora em alguns casos, a gravidez possa trazer consequências reforçadoras, como o casamento precoce entre adolescentes, muitas vezes traz consequências punitivas a curto e longo prazo, como o convívio com condições econômicas precárias, devido ao despreparo social e psicológico dos adolescentes para exercerem a paternidade e o abandono aos estudos. Este ponto por sua vez, foi vastamente argumentado pelos pesquisados, principalmente as mulheres, que como mencionado no relato abaixo:

“Tive que parar de estudar logo depois que sai da Promenor, não pela falta de vontade, mas é que acabei engravidando na época do meu namorado (hoje não estamos mais juntos), e por isso, minha mãe falou que eu deveria assumir as minhas responsabilidades de mãe, e ficar em casa cuidando dele. No momento achei que ela estava errada, queria continuar estudando, mas o filho era meu, e não dela. Mas hoje, vendo meu filho com 3 anos, percebo como aprendi novas coisas, principalmente a maneira de lidar com minha mãe. Sei que perdi muitas fases da vida, mas na época era muito infantil, e não me cuidei. Espero poder voltar estudar, quando meu filho estiver maior” (S. F., 2004).

Outro relato obtido em uma entrevista, é da jovem C. V (2004), esta fala que: “Devido ao seu casamento precoce, perdi algumas oportunidades de emprego, e o pior é que tive que assumir junto com minha mãe, todas as despesas de meu filho, o pai (irresponsável) foi embora logo que o bebê nasceu”.

Por essas razões, entre outras, a gravidez na adolescência causa preocupações à sociedade, haja visto que os jovens muitas vezes encontram-se despreparados para enfrentar o mercado de trabalho, o que muitas vezes, torna-os marginalizados, agravando o quadro de pobreza do país, e ainda prejuízos para a própria criança, que geralmente é envolvida em um sistema de cobranças e responsabilização por prejuízos causados.

Para Sarmento (1990), a vivência da maternidade durante a adolescência torna-se mais complicada, pois as exigências que aparecem na busca da identidade do adolescente, acrescentam-se à grande exigência do "tornar-se mãe".

Em 1998, no Brasil, foi registrado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quase 700 mil partos de mães com idade entre 10 e 19 anos, tendo gasto cerca de R\$153 milhões em gestações de adolescentes; isso deve-se à completa falta de informação, de educação sexual e a insegurança do adolescente em utilizar métodos contraceptivos (ÓRGÃO OFICIAL DO CREMESP, 1999). E que, de acordo com Carvalho (1999), “[...] a gravidez, que na maioria dos casos não foi planejada, aparece em destaque entre os problemas sociais e de saúde pública”.

No entanto, apesar do representativo índice de casamentos e gravidez na adolescência observados na pesquisa, cabe afirmar, que vêm se mudando esta realidade, pois, sabe-se que nos dias atuais existe um crescente número de mulheres que optam por ter poucos filhos, ou tê-los em idade mais avançada, ou não tê-los, em alguns casos.



A realidade acima apontada, vem muitas vezes ao encontro do aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, e isto pode ser visto como um evento socializador, o que há alguns anos atrás ocorria somente entre os homens. Essa transformação da mulher aconteceu em função do custo de vida elevado da atualidade, levando-a a trabalhar fora, deixando, de cuidar apenas dos filhos e da casa como antes fazia.

### Local de Moradia

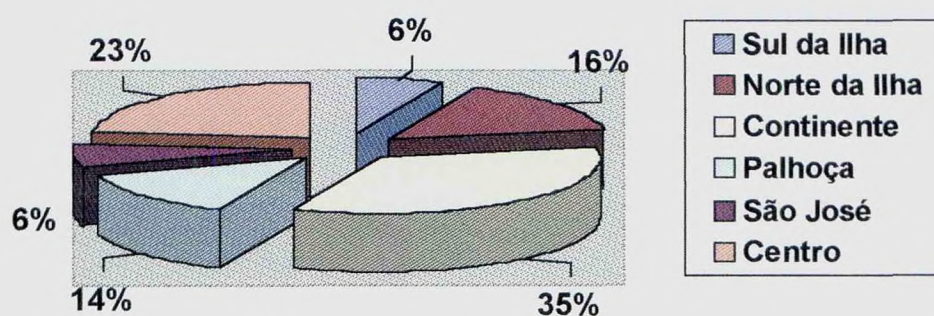


Ilustração 3: Local de Moradia dos Adolescentes  
Fonte: Dados Primários (2004)

Sobre este tópico, vale apenas registrar que o Programa Jovem Trabalhador, bem como também os outros diversos programas desenvolvidos pela instituição pesquisada, não estabelece nenhum critério de seleção a respeito da localidade da moradia, apesar de muitas vezes, priorizar algumas localidades de risco. Ou seja, em casos de possíveis danos aos usuários, a instituição busca atendê-los com mais urgência. No caso do Programa Jovem Trabalhador, este é um dos critérios para sua inserção no emprego, objetivando-se assim, a garantia de melhores condições de vida e desenvolvimento, oportunizando contato com realidades diferentes das vivenciadas em suas regiões (crimes, drogas, violência e etc).

A região intitulada como “Centro”, engloba também as regiões vizinhas, bem como: Agrônômica, Trindade, Morro do Orácio, Pantanal e Carvoeira.

### Com Quem Residem Atualmente

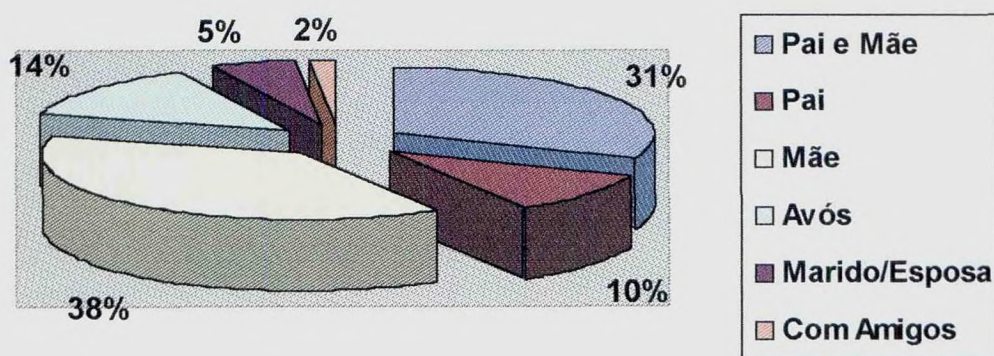


Ilustração 4: Com Quem Residem Atualmente  
Fonte: Dados Primários (2004)

Mesmo vivenciando uma realidade onde predomina as famílias monogâmicas e patrilineares, calcada no princípio natural da filiação e no fato cultural da transmissão hereditária de bens, cabe mencionar que igualmente a esta realidade, obteve-se com a pesquisa, um índice considerável (31%) de famílias que tem esta composição, ou seja, pessoas que ainda convivem em sistemas composto por pai, mãe e filhos. Mas, contudo, apesar deste grande índice, cabe registrar que a composição da maioria das famílias pesquisadas (38%) demonstram a realidade familiar dos jovens pesquisados. Esta afirmação, vem comprovar, segundo mostra a ilustração acima, que a família brasileira vem apresentando uma nova configuração (mais precisamente a partir dos anos 90), com composições diferentes das ditas, antigamente, “normais”, ou seja, composta por pai, mãe e filhos. Hoje, ela apresenta em sua grande maioria, um número reduzido de filhos, aumento significativo das famílias



monoparentais, com predominância das mulheres como chefes da casa, bem como, o aumento também das famílias recompostas, este dado por sua vez, refere-se ao significativo crescimento das separações e dos divórcios nos últimos anos, e entre estas características do novo entendimento de família, ainda existem outros aspectos que com o passar dos anos acabam se inserindo aos já citados.

Todavia, frente aos dados alcançados com a pesquisa, o número de famílias nucleares ainda é marcante. Ou seja, atingiu-se neste item, um percentual de 31%. Cabe registrar que dentre os 65 pesquisados 18 moram com seus pais em relação a 22 pessoas que moram com suas mães as quais, não afirmam que as mesmas foram abandonadas ou passaram por um processo de separação, mas em alguns casos, mais precisamente 3 pessoas, que seus pais haviam falecido. Isto comprova por sua vez, que a teoria relacionada com o aumento significativo de separações, divórcios e situações de abandono, não são as únicas situações vivenciadas pelos jovens pesquisados, mas que outros contratempos, no desenvolvimento familiar, podem vir a acontecer.

Ainda em relação à questão familiar, ficou claramente evidenciado que nos casos, principalmente quando os jovens moram sozinhos (dividem despesas com amigos), ou moram com suas mães, estes tem uma participação efetiva na contribuição da renda familiar.

Frente a esta confirmação, vale citar um entrevistado (J. S. Jr, 2004):

Quando estava trabalhando como Office-boy, eu já ajudava minha mãe, claro que de uma forma pequena (vale alimentação que recebia da empresa), ajudava pelo menos a fazer as compras do mês. Mas agora me sinto no dever de contribuir mais, até mesmo porque não tenho pai, e ainda por cima, tenho mais três irmãos, logo, sei que é bem difícil para minha mãe manter as despesas.

Outro item relevante base no exposto, é a constatação da efetiva participação dos jovens pesquisados na renda familiar.

### **Dados de escolaridade, trabalho e aperfeiçoamento profissional.**

Um item que merece bastante destaque na interpretação e relevância frente ao processo de formação profissional, e aponta certamente uma grande contribuição na mudança de realidade dos envolvidos neste programa, é sobre a questão “educação”, sendo que frente aos dados abaixo divulgados, percebe-se que ainda se enfrenta a problemática da inadequação série/idade.

Para melhor compreensão deste assunto, antes de se entrar na argumentação teórica, cabe demonstrar a ilustração que abaixo, bem melhor apresenta a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.



## Escolaridade

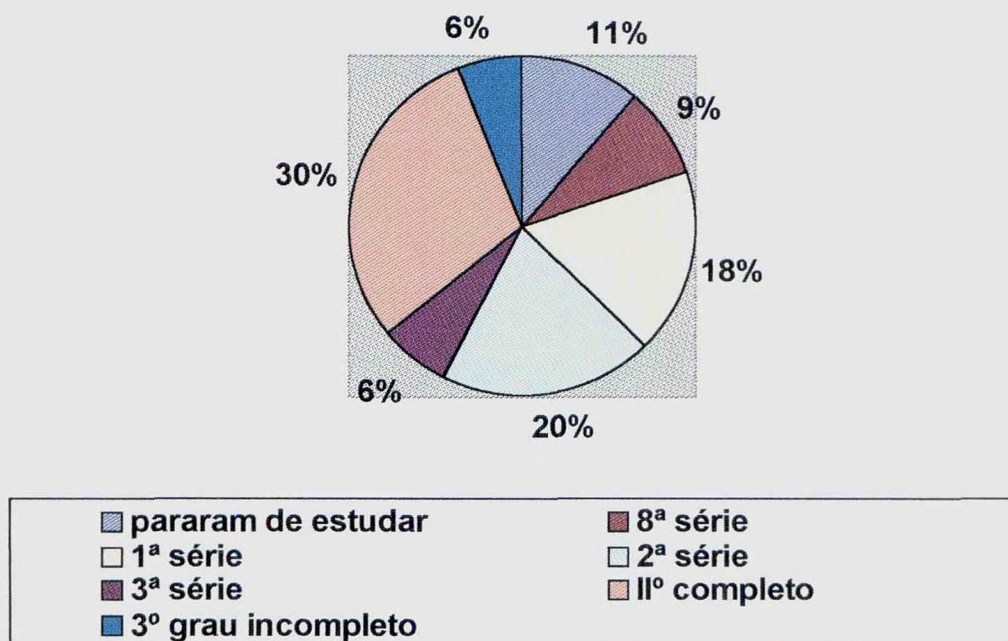


Ilustração 5: Nível de escolaridade dos pesquisados  
Fonte: Dados Primários (2004)

Dentre o universo pesquisado (65 adolescentes), contata-se que o índice de pessoas que completaram o Ensino Médio 24 pessoas. Vale citar que entre estes 24, apenas 5 deles estão cursando uma faculdade (Administração, Contábeis ou Serviço Social). Este dado por sua vez reflete a grande batalha que ainda se enfrenta frente à escolaridade.

Historicamente, sabe-se que no início do século passado à pressão para reduzir o analfabetismo provinha da indústria, carente de mão-de-obra especializada. Em seguida, a ditadura militar tentou abafar iniciativas como Centros Populares de Cultura e o Movimento de Educação de base, entre outros, propondo o movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAF.

Já com a abertura política, a sociedade voltou a organizar-se, e o Brasil, iniciou sua participação nas conferências internacionais, reforçando o compromisso com o fim do analfabetismo.

Hoje, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística e CENSO Demográfico de 2000, são mais de 65 milhões de jovens e adultos que não concluíram o ensino básico. Desses, 30 milhões não freqüentaram nem os quatro primeiros anos escolares.

Alguns estudos do Banco Mundial evidenciam a presença de graves problemas de abandono, de repetência e de qualidade da educação nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Revelando ainda que o total de pessoas sem escolaridade aumentou significativamente (16%) nos últimos 30 anos e assinalam que os níveis de repetência são um dos mais altos do mundo em desenvolvimento.

Estes dados foram apresentados, pois sobre a temática escolaridade, percebeu-se que apesar dos jovens em sua maioria ainda continuarem estudando, poucos haviam completado o ensino médio durante o período tido como o ideal (18 anos). Frente a esta estatística, o número de jovens que durante o período da pesquisa já haviam completado o ensino médio contabilizou 24 (vinte e quatro), o restante dos pesquisados entram nas seguintes estatísticas: 16 (dezesesseis) cursando a 2ª série do Ensino Médio, 14 (quatorze) cursando a 1ª série do Ensino Médio, 07 (sete) cursando a 8ª série do Ensino Médio e 09 pessoas pararam de estudar completamente. Sobre esta colocação, cabe explicar que segundo relatos nas entrevistas, 03 (três) pararam de estudar somente neste ano, faltando assim entre 1 a 2 anos para completarem o Ensino Médio, ainda em relação aos 9 (nove) entrevistados que pararam de estudar, 06 deles desistiram logo que saíram do Programa Jovem Trabalhador e, para completar esta colocação cabe apresentar o seguinte depoimento obtido durante uma entrevista “após a minha saída da



Promenor tive que trabalhar para ajudar minha família, não conseguindo assim, conciliar uma carga horária maior de trabalho com o estudo” (M. R. F, 2004).

Apesar da difícil situação e da precarização do ensino hoje no Brasil, vale registrar que frente a esta demanda pesquisada, pode-se observar que houve de uma certa maneira uma continuidade na educação, uma vez que 5 (cinco) jovens, seguiram em frente, e atualmente estão cursando uma faculdade.

Diante destes resultados surge o seguinte questionamento: Por que a cada ano que passa vê-se mais crianças e adolescentes com dificuldades escolares?

Esta pergunta abre um imenso leque de conjecturas, e, dentre as possíveis causas, algumas são freqüentemente citadas:

- \* instabilidade da estrutura familiar atual;

- \*transformações nos padrões de relacionamentos dos papéis sociais (homem-mulher, pais-filhos, professores-alunos) que geram inseguranças e angústias;

- \* e o quadro econômico-social do país.

Este descompasso educacional pode ser a parte tangível de movimentos mais gerais da sociedade, que também expressam-se nos problemas de relacionamento familiar.

Analisando este indicador, cabe mencionar alguns autores, que em seus escritos apontam as dificuldades escolares como consequência do trabalho precoce, por produzir danos, que podem ser físicos, psíquicos, sociais e morais e os efeitos mais visíveis do mesmo que estão na área da saúde física, na baixa escolaridade e na qualificação profissional.

Para reforçar esta teoria, reportamo-nos a Oris (1994 p. 20), quando afirma que:

O trabalho é um direito, nunca, porém, antes da idade mínima, fixada pelo próprio direito exatamente para prevenção de outros valores: desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, a pré-escolaridade, o folguedo, o brincar,

enfim, o valor “ser criança e adolescente”. Valores que não podem ser privilégios de alguns.

As ilustrações apresentadas a seguir demonstram o número exato de jovens que estão no mercado de trabalho, abordando as condições destes (formais ou não), valores salariais, atividades que vêm desenvolvendo, se os mesmos continuam com seu aperfeiçoamento profissional (cursos complementares, ofícios, etc), e principalmente o prazo que demoraram para serem inseridos no mercado de trabalho.

#### Número de Jovens Atualmente Empregados

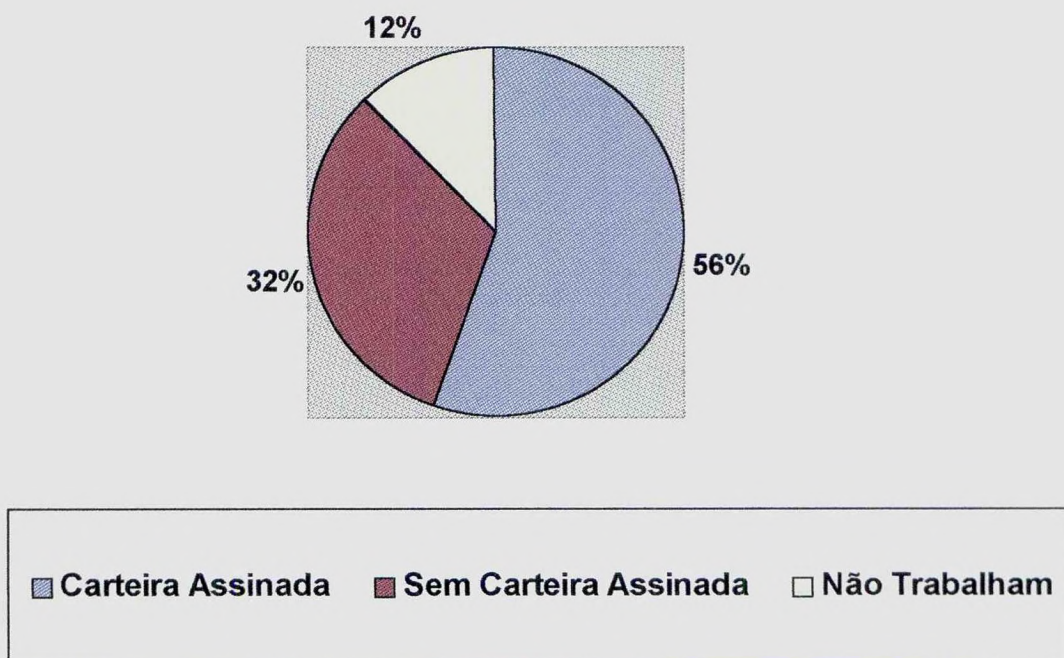


Ilustração 6: Número de jovens atualmente empregados  
Fonte: Dados Primários (2004)



**Quanto Tempo Levaram (após o desligamento do Programa) para se Inserir no Mercado de Trabalho**

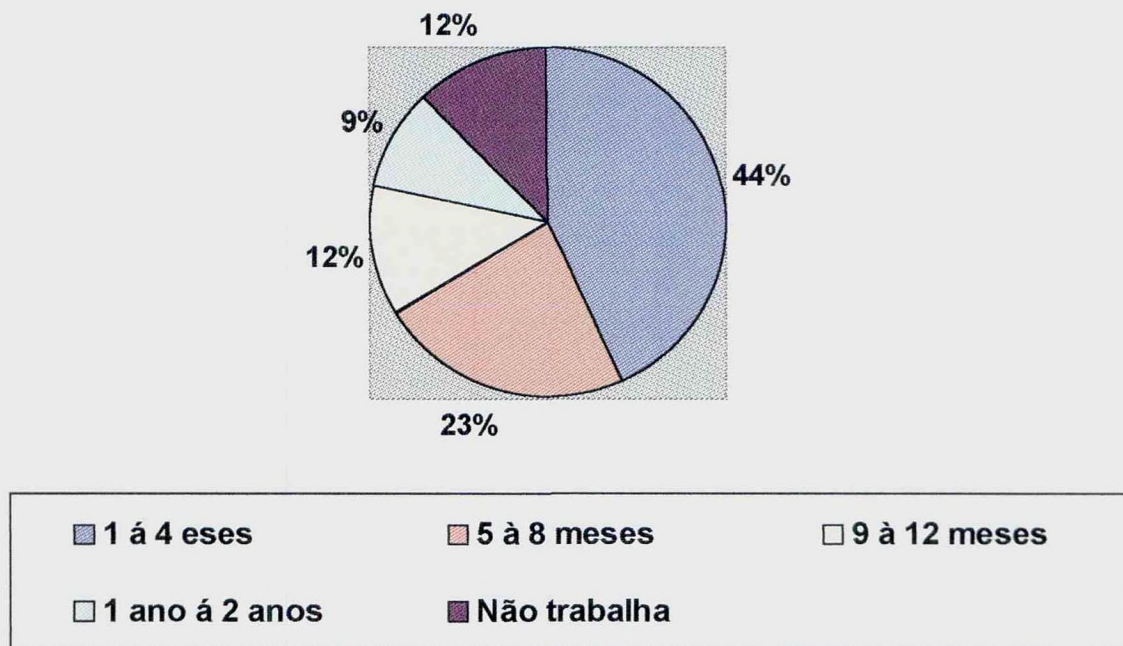


Ilustração 7: Quanto Tempo Levaram (após o desligamento do Programa) para se Inserir no Mercado de Trabalho  
Fonte: Dados Primários (2004)

### Tipo de Trabalho Desenvolvido

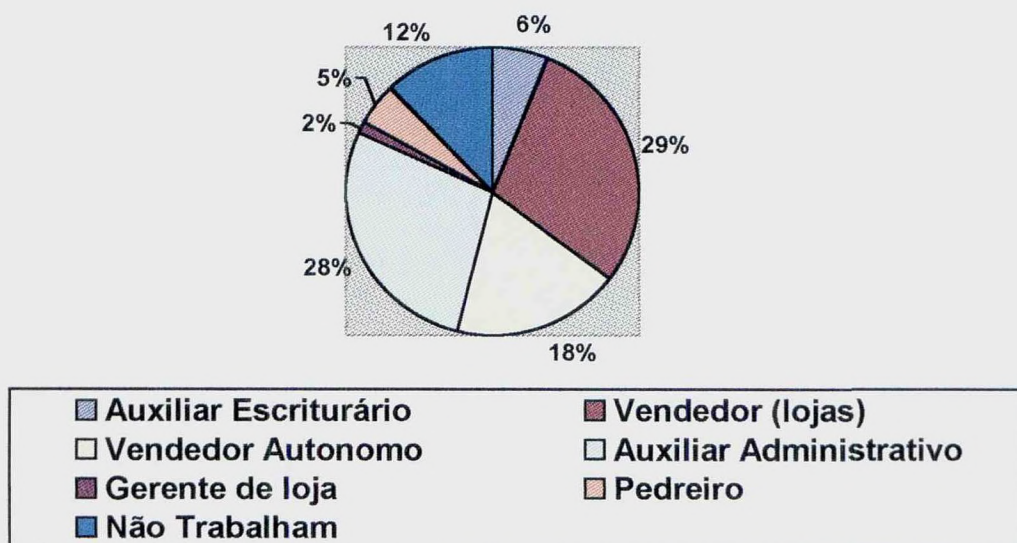


Ilustração 8: Tipo de trabalho que hoje desenvolvem  
Fonte: Dados Primários (2004)

### Remuneração Mensal

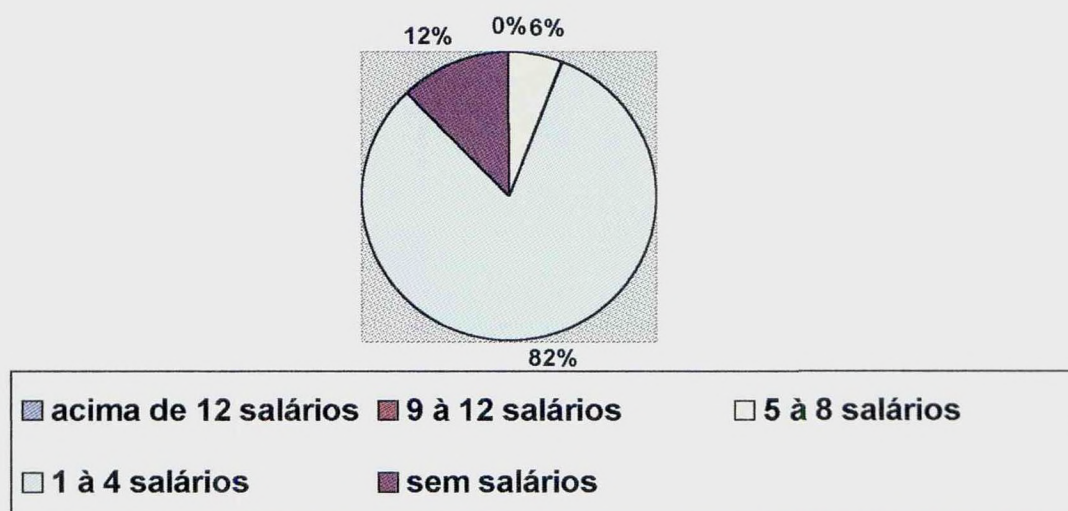


Ilustração 9: Rendimento mensal atualmente recebido pelo trabalho executado  
Fonte: Dados Primários (2004)



### Continuidade no Aperfeiçoamento Profissional



Ilustração 10: Que tipo de continuidade de aperfeiçoamento os pesquisados vem realizando.  
 Fonte: Dados Primários (2004)

### Possui outro registro na carteira profissional

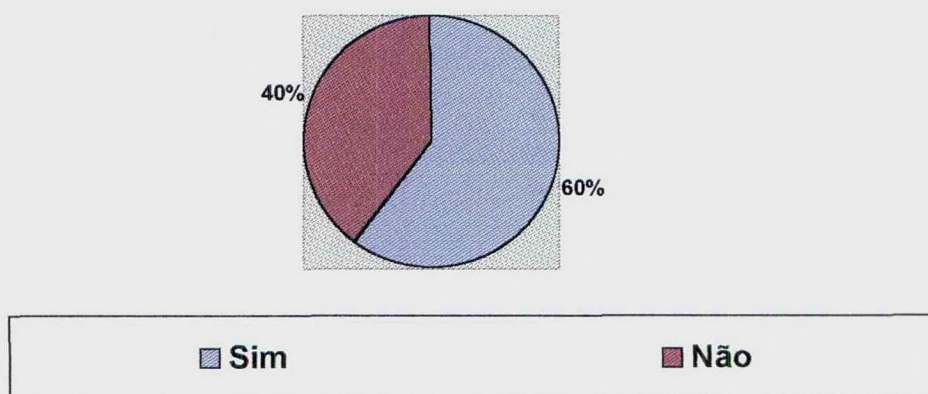


Ilustração 11: Possui outro registro na carteira profissional.  
 Fonte: Dados Primários (2004).

Sobre as ilustrações acima demonstradas, acrescenta-se algumas reflexões realizadas acerca dos assuntos trabalhados na pesquisa, onde através de algumas respostas, fica evidenciado que 60% da amostra utilizada possui carteira de trabalho assinada em seu novo contrato de trabalho, 12% deles não estão trabalhando e 28% trabalham, mas infelizmente, fazem parte do grande índice de trabalhadores informais existentes hoje no Brasil e também no mundo, atingindo assim, um índice de 40% sem registro na carteira.

Com o intuito de explicitar melhor este dado cabe mencionar que as altas taxas de desemprego contribuem para o rebaixamento do padrão de vida do trabalhador brasileiro, aumentando assim, a iniquidade da repartição de renda no país. Essa situação obriga o trabalhador a procurar o mercado informal para que o mesmo possa garantir às suas famílias condições mínimas de sobrevivência, enquanto procura outro emprego. No caso específico de alguns entrevistados, mas precisamente 7 (sete) afirmam em seus relatos, que estão neste mercado por suas próprias opções.

Tive propostas melhores de emprego, mas gosto de me sentir livre, hoje vendo produtos trazidos de São Paulo, e tenho em cima deles uma renda bem melhor do que se estivesse trabalhando com carteira assinada. Consigo pagar minhas contas, e sou feliz assim. (H. V., 2004).

Estas pessoas segundo algumas pesquisas realizadas pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (2000), felizmente conseguem visualizar e aproveitar esta oportunidade, pois mesmo sabendo das diversas perdas existentes neste setor “informal”, verifica-se que, devido à crise do setor trabalhista, a informalidade acaba configurando-se numa nova estratégia de sobrevivência. Este fato pode ser confirmado através da fala do adolescente J. F., (2004)



“é que mesmo não tendo direito a várias garantias de trabalho, como repouso diário, número máximo de horas de trabalho permitidas por semana, compensação obrigatória por horas extras, restrições sobre feriados semanais, férias e feriados remunerados, e salários mínimos, no meu caso é bem lucrativo” .

O importante, porém, é lembrar que estes serviços informais estão englobando diversos campos de trabalho, não somente aqueles ditos autônomos. Pode-se perceber então, que até mesmo na parte de auxiliar escriturário (trabalho citado por alguns pesquisados), alguns deles trabalhavam, só que não possuíam carteira assinada ou outras garantias do gênero.

Um outro fato apontado nas ilustrações acima, e que ressaltou a contribuição do Programa Jovem Trabalhador na vida destes sujeitos, foi em relação ao tempo em que os mesmos conseguiram se inserirem no mercado de trabalho. Muitos deles registram que permaneceram nas mesmas empresas, especialmente nas de economia privada, ou mantendo por um bom período um contrato de estágio, e que no término deste foram contratados. Logo, 44% da amostra apontou o tempo de 1 à 4 meses para se inserirem em novo emprego, ou em novo contrato de trabalho. Relevante apontar esta reflexão, pois mesmo a empresa querendo contratar o jovem trabalhador (antes de 18 anos), este deverá impreterivelmente ser desligado do programa (e assim rescindindo seu contrato com a Promenor) pode ser admitido diretamente na empresa.

Já em relação ao índice (12%) de pessoas que não trabalham, identificou-se algumas justificativas afirmadas pelos pesquisados, sendo que, dentre este índice 6% estão fora do mercado de trabalho por sua própria opção e necessidade. Segundo a jovem M. C. A. (2004):

Hoje cuido de meus dois filhos, da casa e do meu marido. Ele ganha razoavelmente bem, e consegue atender nossas necessidades básicas. Mas

tenho certeza, que se precisasse pagar uma babá, aí ficaria muito apertado, então achamos melhor, ele ir trabalhar e eu cuidar desta parte. Ainda por cima, estou fazendo um cursinho básico de informática, pois sei que quando meus filhos estiverem maior, vou ter que trabalhar.

Mesmo baseando-se em algumas reflexões realizadas ao longo das entrevistas, cabe mencionar a problemática daqueles cidadãos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ocasionando assim, uma crescente baixa de auto-estima.

Em relação à remuneração destes sujeitos, evidencia-se que 82% dos pesquisados vêm recebendo por mês uma renda que chega em média de 1 à 4 salários mínimos. Nos casos de pessoas que ainda não constituíram família, ou não precisam contribuir de forma incisiva nas despesas familiares, esta pode até ser considerada uma média boa de remuneração, mas no caso dos que são responsáveis pela sobrevivência de mais de 3 membros, imagina-se o quanto ineficiente se torna esta renda, para principalmente suprir as necessidades básicas familiares (saúde, educação, moradia e lazer).

Uma outra ilustração que deve ser detalhada é em relação à continuidade no processo de aperfeiçoamento profissional (cursos, ofícios, etc) após o desligamento do Programa Jovem Trabalhador. Nesta por sua vez, foi constatada que os jovens pesquisados apesar de levantar e reforçar a importância que tem esta continuidade no aperfeiçoamento Profissional, para alcançar cada vez mais uma ampliação das chances de inserção frente ao mercado de trabalho cabe apontar que apenas 48% da amostra vem realizando um aprofundamento técnico operativo de suas qualificações, focando este em sua grande maioria em cursos básicos de computação, importante apontar sobre este índice que os que optam por nem realizar esta ou outra modalidade, chegam ao percentual de 21% dos pesquisados. Uns alegam que por falta de condições financeiras, e outros por não acharem tão importantes no momento.



Buscando compreender as reais contribuições e influências que a vivência do Programa Jovem Trabalhador desencadeou na vida dos sujeitos pesquisados, aborda-se a seguir as apresentações, interpretações e posteriormente as tabulações das questões abertas realizadas ao público alvo, para que assim se possa atender um dos objetivos específicos da pesquisa, que constitui-se em: avaliar os resultados dos trabalhos desenvolvidos com os adolescentes que por um período determinado (1999 a 2001), passaram pelo Programa Jovem Trabalhador, bem como também suas reais influências, e reflexos, no contexto familiar.

A primeira ilustração desta sequência, intitulada como ilustração nº 11 destaca o relacionamento familiar, logo após, vem à apresentação das conseqüências do Programa Jovem Trabalhador na sua vida, demonstrando os aspectos positivos e negativos desencadeados nos sujeitos envolvidos. Outro questionamento realizado indagou como o jovem “vê” hoje sua vida (após a experiência no programa) e se, indicaria este a outras pessoas, evidenciando ainda nesta resposta, o que os levariam a tal ação.

**Relações Familiares, Contribuições (positivas e/ou negativas), mudanças em sua vida e outras questões ligadas ao Programa Jovem Trabalhador.**

**Como está hoje o relacionamento familiar do jovem pesquisado**

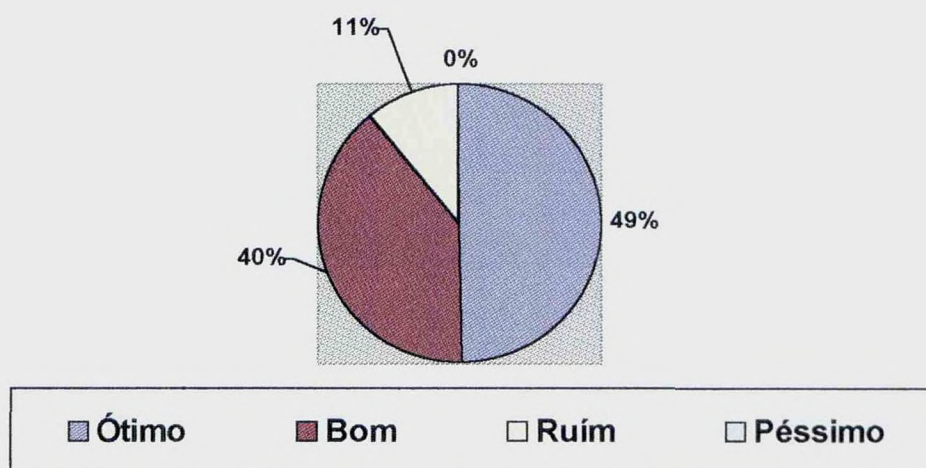


Ilustração 12: Como está hoje o relacionamento familiar do jovem pesquisado.

Fonte: Dados Primários (2004).

Com base na ilustração constata-se que, 89% qualificam seu relacionamento familiar como sendo entre ótimo e regular. Cabe mencionar, porém, que muitos vincularam esta melhora a autonomia financeira, que ao se inserirem no Programa Jovem Trabalhador já começaram a adquirir. Relataram ainda, que além deste fato, hoje são mais velhos, e que o relacionamento acaba sendo mais fácil e construtivo, diferentemente da época da adolescência onde os conflitos se fazem mais presentes. Mesmo frente a este elevado grau de entendimento familiar, vale ressaltar o índice (11%) obtido na parte que se refere a um relacionamento familiar “ruim”. Conclui-se, portanto, que mesmo estando todos os membros da família em uma “harmonia aparente”, existem e continuarão existindo os conflitos familiares, onde



paralelamente a este fato, podem-se citar as incompatibilidades de gênios, diferenças de ideais entre outras.

**Consequências (positivas ou negativas) que trouxe o Programa Jovem Trabalhador na sua vida**

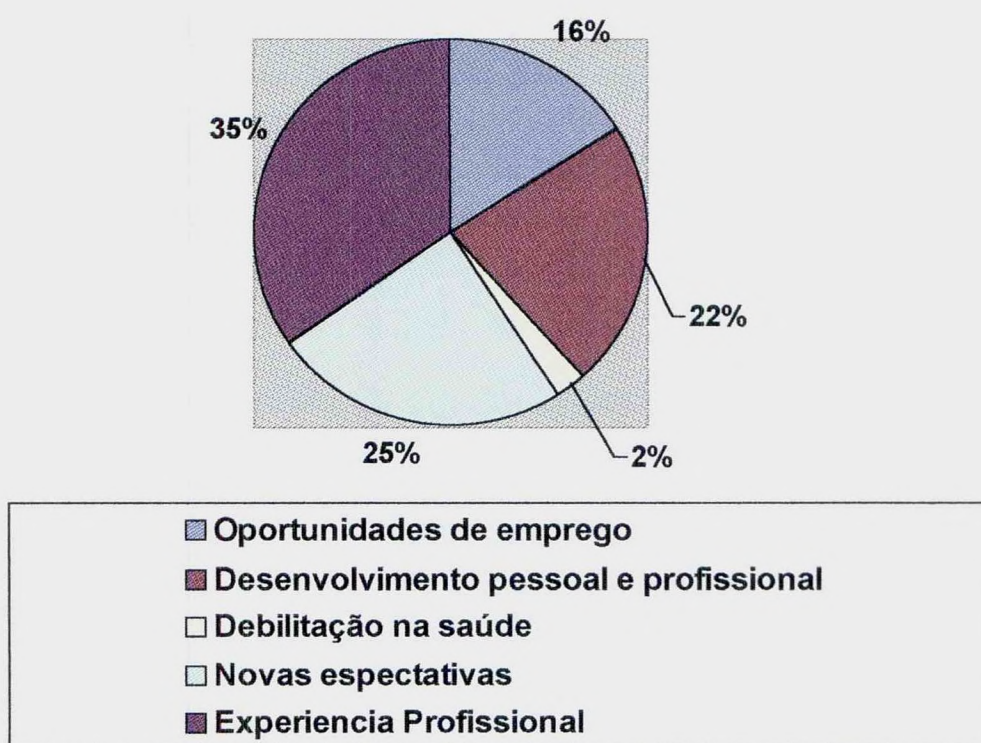


Ilustração 13: Consequências (positivas ou negativas) que trouxe o Programa Jovem Trabalhador na sua vida.

Fonte: Dados Primários (2004).

Ao analisar a ilustração acima, convém lembrar, que os pesquisados caso desejassem, poderiam estar elencando mais de uma alternativa, tendo em vista que o Programa Jovem Trabalhador pode desencadear mais de uma influência no indivíduo. Muitos registraram que

concomitantemente que a experiência profissional, obtida através da experiência com o Programa Jovem Trabalhador, serviu para que adquirissem novas e maiores experiências, ampliando, suas expectativas profissionais para uma futura inserção ao mercado de trabalho. Um dos pesquisados por sua vez acrescenta dizendo que foi a partir de seu contato com a área bancária (UNICRED), que resolveu entrar para faculdade, e cursar Contábeis na UNISUL; acrescenta ainda que hoje está trabalhando neste local, e que recebe mensalmente uma ajuda para custear seus estudos.

Todavia 3 (três) pessoas registraram além dos ganhos, alguns prejuízos, dentre eles, o esgotamento físico e mental, entrando uma destas, em estado de depressão. Com relação a este fato, estas pessoas deixaram registrados na entrevista, que isto certamente ocorre em função da sobrecarga de horário, e das tarefas paralelas ao trabalho.

O depoimento abaixo confirma o exposto

“Eu naquela época tinha que trabalhar 8h/d, e estudar a noite, para uma jovem, e principalmente no meu caso, que já tinha imunidade baixa, meu estado foi se agravando com o passar do tempo, tanto que fiquei afastada por um período do trabalho me tratando da doença (depressão), mas mesmo assim, acho que a experiência foi muito positiva, só sugiro, porém, que não se permita esta carga horária de trabalho para um a **criança** (grifo nosso)” (P. F., 2004).



### Como o jovem percebe sua vida após a experiência no programa

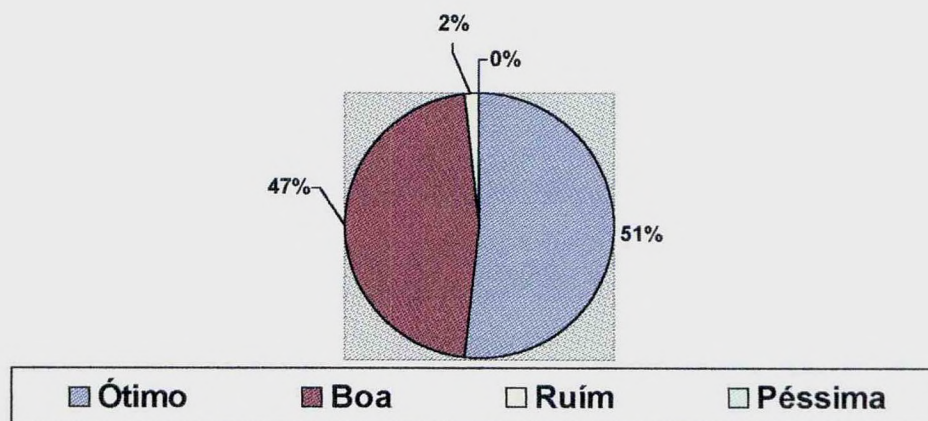


Ilustração 14: Como o jovem percebe sua vida após a experiência no programa  
Fonte: Dados Primários (2004).

Apesar de constar o índice de 6% dentre os entrevistados que consideram sua vida após o desligamento no programa como uma vida ruim, é importante apontar os argumentos registrados em várias entrevistas. O que mais apareceu dentre estas, foi à vinculação do seu atual estado com o próprio mundo em que se está vivendo, onde cada dia ocorre o aumento do desemprego, da violência, da precarização do sistema de saúde e da educação. Enfim, estas pessoas afirmaram que, infelizmente após a passagem pelo programa, estes problemas não diminuíram, apenas continuaram a se repetir, e em outros casos até houve um aumento das dificuldades. A fala de A. C. D. (2004) exemplifica o exposto: “agora não tenho mais 17 e 18 anos, posso trabalhar, mas infelizmente não tem emprego”.

### Indicaria o programa Jovem Trabalhador a outras pessoas? Por que?

À priori; Este questionamento possibilitou perceber o grau de confiabilidade que os antigos ex-jovens trabalhadores têm em relação ao Programa, bem como também, as melhorias desencadeadas na vida de cada um deles.

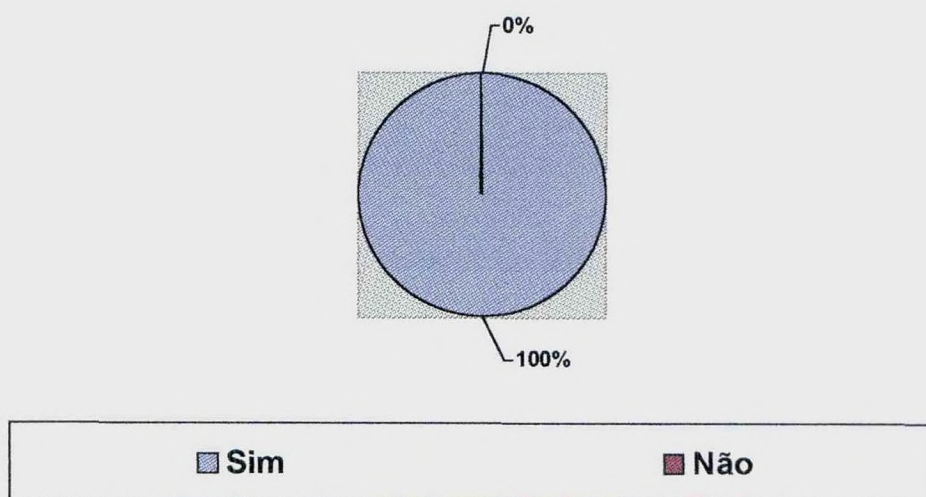


Ilustração 15: Indicaria o programa Jovem Trabalhador a outras pessoas? Por que?  
 Fonte: Dados Primários (2004).

Ainda em relação à ilustração acima, cabe registrar que 100% dos entrevistados indicariam o PJT a outras pessoas. Isto mostra, todavia, que apesar de conter algumas ineficiências, é ainda considerado positivo, principalmente em relação ao encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho, e da absoluta prioridade de lhes garantir seus direitos de cidadãos.

Um dos argumentos mais evidenciados durante a pesquisa, que os levaria, a indicarem o PJT a outros adolescentes, refere-se principalmente a grande possibilidade de encaminhamento posterior aos 18 anos, ao mercado de trabalho, proporcionando-lhes um amadurecimento profissional, pessoal e social.



Por fim, conforme proposta inicial deste capítulo, apresenta-se a seguir a análise dos dados obtidos com os supervisores dos jovens que freqüentaram o Programa Jovem Trabalhador, acreditando, porém, que esta categoria poderá colaborar para a identificação das contribuições para o setor onde os adolescentes prestavam serviços. Esta característica por sua vez, faz parte de um dos objetivos específicos da pesquisa que nada mais é do que: “Verificar o entendimento que as empresas conveniadas tem sobre o Programa Jovem Trabalhador, em relação à inserção e a atuação dos adolescentes nos espaços organizacionais”.

Para alcançar este objetivo, partiu-se da seguinte estratégia, conhecer o perfil socioeconômico destes, ampliando também, para o conhecimento de algumas características pessoais que se achou relevante, e outras, que se abordará a seguir.

A primeira categoria analisada foi dos dados pessoais, tentando através desta identificar o perfil dos supervisores da época.

Abaixo, serão apresentados as seqüências das ilustrações que detalham com uma maior clareza os dados obtidos através da pesquisa realizada com os respectivos supervisores, buscando primeiramente, identificar o perfil socioeconômico dos mesmos, bem como também outras características relevantes para o trabalho em questão.

## Dados de identificação pessoal dos supervisores.

### Sexo

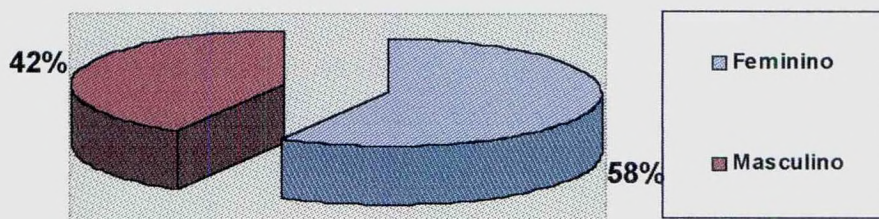


Ilustração 16: Dados de identificação pessoal dos supervisores

Fonte: Dados Primários (2004).

### Escolaridade

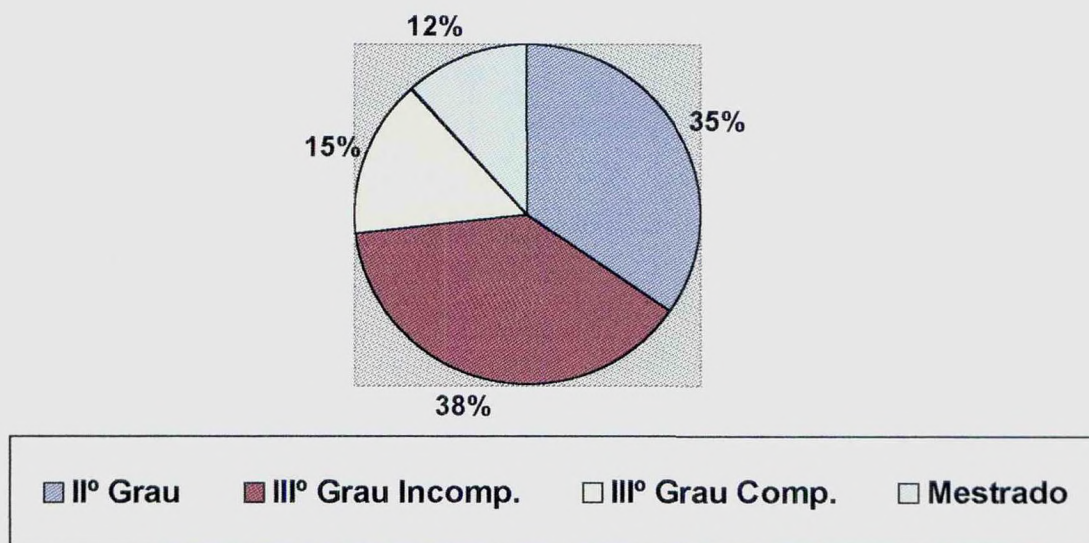


Ilustração 17: Escolaridade dos supervisores

Fonte: Dados Primários (2004).



### Pesquisados por empresas

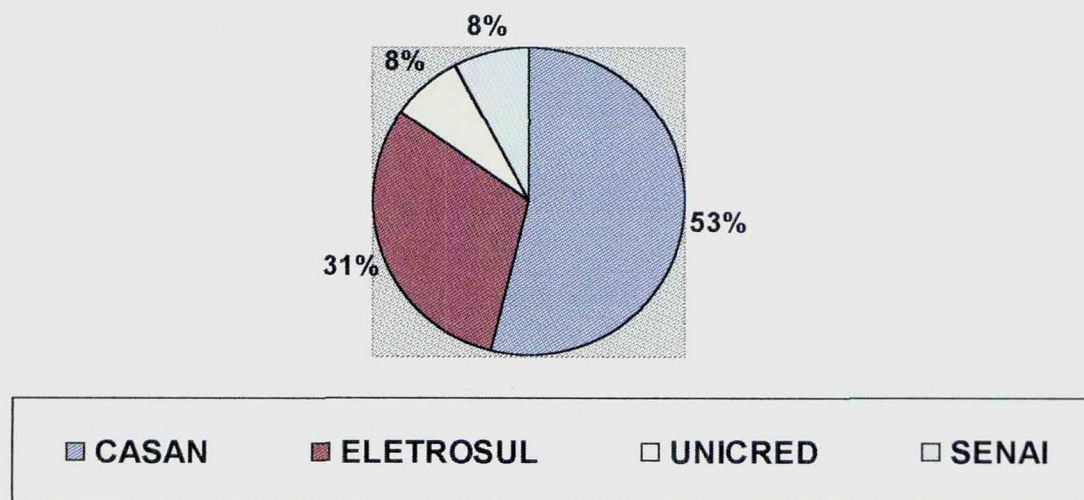


Ilustração 18: Pesquisados por empresas.  
Fonte: Dados Primários (2004).

### Quanto tempo trabalha na empresa

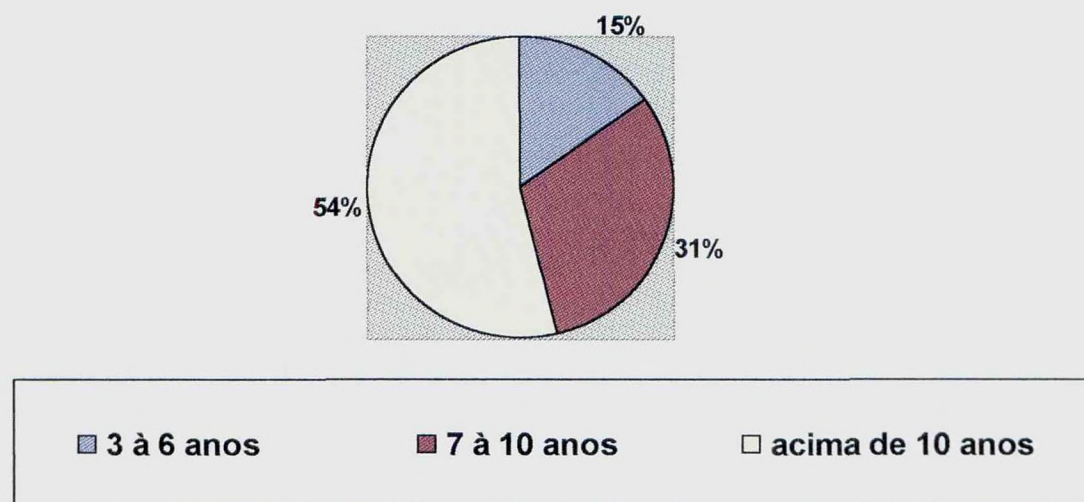


Ilustração 19: Quanto tempo Trabalha na empresa  
Fonte: Dados Primários (2004).

Após a exposição dos índices obtidos a partir das entrevistas realizadas, cabe neste momento, detalhá-los, pois paralelamente as respostas dos pesquisados, outros dados foram ainda acrescentados às respostas dos supervisores. Isto por sua vez, remete a seguinte análise, de que quase todos os entrevistados, segundo depoimento, consideraram e afirmaram achar de imprescindível relevância esta pesquisa, pois em muitas vezes, durante este período (1999 a 2001) desejaram colocar alguns destes questionamentos à própria instituição, mas precisamente ao Programa Jovem Trabalhador, mas devido à correria do dia-a-dia, acabavam deixando para outro momento. Em alguns casos também foi registrada a vontade de terem tido a oportunidade de falar algumas coisas aos jovens trabalhadores, mas que devido ao mesmo motivo anteriormente mencionado, acabou ficando no esquecimento.

Inicialmente, faz-se necessário mencionar que sobre a primeira ilustração apresentada, o que chama muito a atenção da pesquisadora é que mesmo tendo trabalhado com empresas de economia mista, houve um certo equilíbrio em relação ao sexo dos supervisores, tendo em vista que a uns anos atrás, de acordo com pesquisas realizadas em documentos da própria instituição, o maior número de supervisores nas empresas era do sexo masculino, e hoje como se pode verificar tem-se um índice inverso, ou seja, atualmente existem 52% de mulheres assumindo cargos de supervisores, e muitas vezes cargos de chefias. Já os homens atingem um percentual de 48% neste ranking.

De acordo com a ilustração 16, referente à escolaridade dos supervisores, cabe mencionar que em sua análise final, foi destacado, que em sua maioria, estes supervisores pesquisados, são atualmente profissionais que possuem no mínimo o Ensino Médio de escolaridade completo, em relação ao nível de Ensino Superior, 38% da amostra utilizada (26 supervisores), estava em vias de completá-lo, ainda em relação ao nível de Ensino Superior,



outros 15% já haviam completado, e os outros 12% já possuem mestrado ou especialização em alguma área. Deve-se mencionar o índice obtido de 35% de entrevistados que somente possuem o Ensino Médio, sendo que a maioria está lotado em empresas públicas, ou seja, são contratados por concursos e em função dos cargos ocupados nas empresas, nem todos possuem a exigência de nível superior. Neste sentido, é relevante ressaltar que em empresas privadas o grau de exigência na formação é muito mais presente.

Em relação à lotação dos supervisores por empresas, constatou-se o percentual de 53% na empresa CASAN, 31% na ELETROSUL, 8% na UNICRED e 8 % na empresa SENAI. Este número reduzido de supervisores encontrados nas empresas UNICRED e SENAI comprovam que nestas, ainda existem poucas vagas para os jovens, ou seja, devido ao seu porte empresarial a abertura de vagas é bem inferior ao das outras empresas pesquisadas. Enfim, atualmente 36 adolescentes trabalham na empresa CASAN, 78 na ELETROSUL, 5 na UNICRED e 5 no SENAI. Este índice por sua vez, mesmo tendo em algum período sido reduzido, nunca foi muito diferente, mantendo assim, este equilíbrio durante os anos.

Em relação a esta colocação, pode-se acrescentar ainda que, o convênio estabelecido com as empresas CASAN e ELETROSUL foi firmado anteriormente ao convênio com as empresas SENAI e UNICRED, que são recentes. A outra facilidade que levou a pesquisadora abordar e trabalhar com um maior número de sua amostra lotadas em empresas públicas, foi o fato de que nestas, era mais fácil encontrá-los depois de tantos anos (2001), tendo em vista que nas de economia privada, a rotatividade dos mesmos também é maior, todavia, muitos dos supervisores das empresas, neste caso as privadas, já não encontravam-se nos setores, e muitas vezes, na própria empresa, ficando assim, muito difícil de estabelecer contato.

De acordo com esta constatação, ainda pode-se justificar o grande índice de supervisores com mais tempo de serviço, tendo em vista, porém, que os mesmos trabalham em empresas públicas (54% de funcionários trabalham na empresa por mais de 10 anos).

Um outro dado pesquisado refere-se ao tempo que os supervisores já exerciam a função dentro da empresa, e todos por sua vez (100% da amostra, ou seja, 26 supervisores), responderam que ocupam este cargo (supervisor) entre 1 a 10 anos.

No que diz respeito aos objetivos do Programa Jovem Trabalhador obteve-se os seguintes resultados:

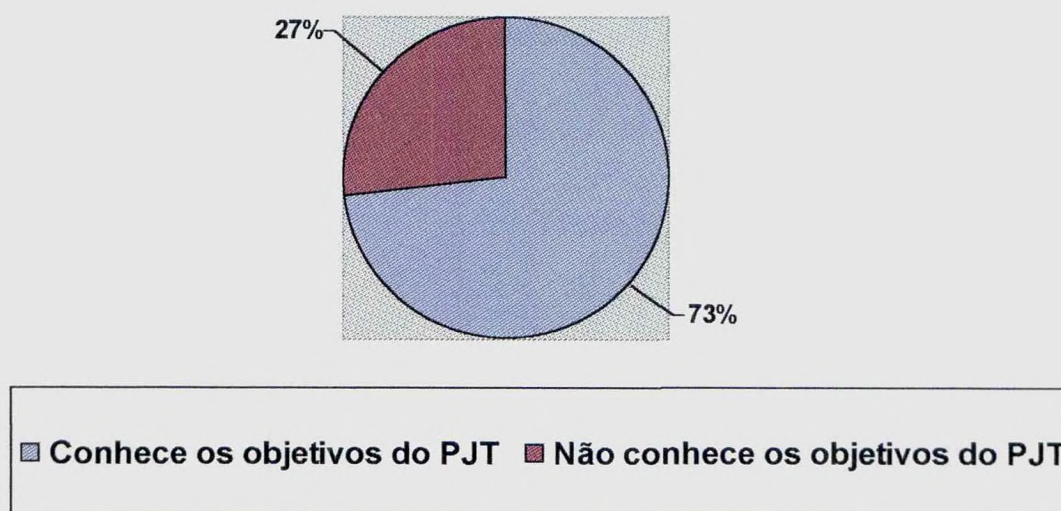


Ilustração 20: Conhece a política do Programa Jovem Trabalhador  
Fonte: Dados Primários (2004).

Frente a estes dados, deve-se registrar que apesar de significativo o percentual (73%) de supervisores que entendem o objetivo e relevância do Programa Jovem Trabalhador, deve-se também atentar aos que ainda não tem este entendimento. Ou seja, deve-se realmente fazer um trabalho de conscientização da temática, que apesar de muito discutida, acaba tornando-se



rotineiras, e nunca abolida totalmente do sistema das empresas. Muitos dos supervisores são alocados em seus cargos, e não recebem preparação para tal função, assim, o Programa bem como já vem atuando, deve atentar mais enfaticamente para este assunto, uma vez, que os supervisores acabam contribuindo diretamente na formação profissional dos adolescentes.

A seguir apresentam-se as ilustrações elaboradas a partir da análise e interpretação das questões abertas direcionadas aos supervisores, buscando através destas, o agrupamento das idéias proferidas pelos mesmos.

A escolha e a utilização desta forma de questionamento (perguntas abertas), surgiu pela grande necessidade que a pesquisadora detectou em relação a receber o maior número possível de detalhes, vivências, entendimento e reflexões, que os próprios supervisores, fonte maior de contato com os jovens (foco da pesquisa), haviam percebido ao longo da permanência e atuação profissional dos jovens trabalhadores (lotados em empresas diferentes, e que no ano de 2001 foram desligados por terem completado a idade limite do Programa Jovem Trabalhador).

1ª Ilustração interpretada da pesquisa com os supervisores:

**O PJT e/ou o jovem trabalhador, trouxe alguma contribuição para o setor e/ou para a empresa?**

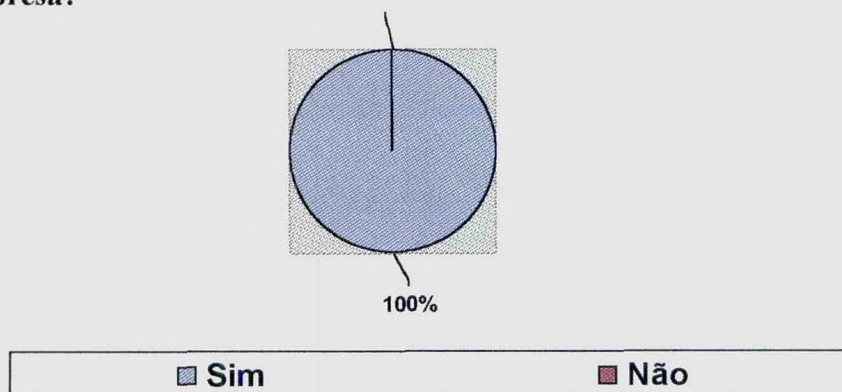


Ilustração 21: Contribuições do Programa Jovem Trabalhador para a empresa  
Fonte: Dados Primários (2004).

Conforme exposto, pode-se perceber que todos os pesquisados identificam, e evidenciam as inúmeras contribuições que os adolescentes trabalhadores desenvolvem nas empresas. E para melhor exemplificar este fato faz-se necessário destacar alguns dos relatos dos entrevistados a respeito destas contribuições.

O trabalho que eles exercem são fundamentais para o bom funcionamento da empresa, como organização de documentos, voltas em bancos, cartórios, entrega de documentos entre outros..., Sem o trabalho dos menores<sup>12</sup> não teríamos como prestar vários serviços aos nossos cooperados. (A. P. S. 2004)

Em outra empresa, porém, foram apontadas diferentes contribuições, tais como:

O jovem trabalhador desenvolve na empresa vários serviços, que se caso não estivesse no setor, certamente complicaria a rotina da empresa como um todo, o jovem A. S (na qual estamos falando, contribuiu muito para o bom desempenho da empresa), este em pouco tempo de trabalho, conseguia resolver

<sup>12</sup> Termo utilizado pela supervisora da empresa – UNICRED/Florianópolis



vários assuntos bancários, era dinâmico, ágil e bastante responsável. E por tudo isto, e mais outras coisas, hoje o jovem está trabalhando na empresa, e vem a cada dia nos surpreendendo. Felizmente ele teve esta oportunidade. (A. F. – SENAI, 2004).

Em resumo a este questionamento, importante demarcar que todos os supervisores, sem nenhuma exceção, acreditam na importância do trabalho destes jovens, bem como também reforçam a real relevância deste programa para a sociedade, tendo em vista que conseguem ao longo do tempo, inserir um número razoável de adolescentes no mercado de trabalho, buscando através desta inserção, garantir-lhes seus direitos e exigindo também, que os mesmos cumpram seus deveres.

Referente ao crescimento profissional dos jovens, os supervisores mencionaram a conquista e o aprimoramento da responsabilidade, o conhecimento em áreas diversas (dependendo da empresa e suas necessidades), a melhora também no relacionamento interpessoal e nas maneiras de lidar com as adversidades do dia-a-dia, que se fazem presentes em qualquer empresa ou setor que o mesmo venha a trabalhar.

Quando questionados sobre o que perceberam de mais positivo e/ou negativo em relação à permanência do jovem na empresa, durante o período em que permaneceu inserido no PJT, obteve-se os seguintes resultados.

### Quais contribuições e/ou perdas o jovem trouxe para a empresa?

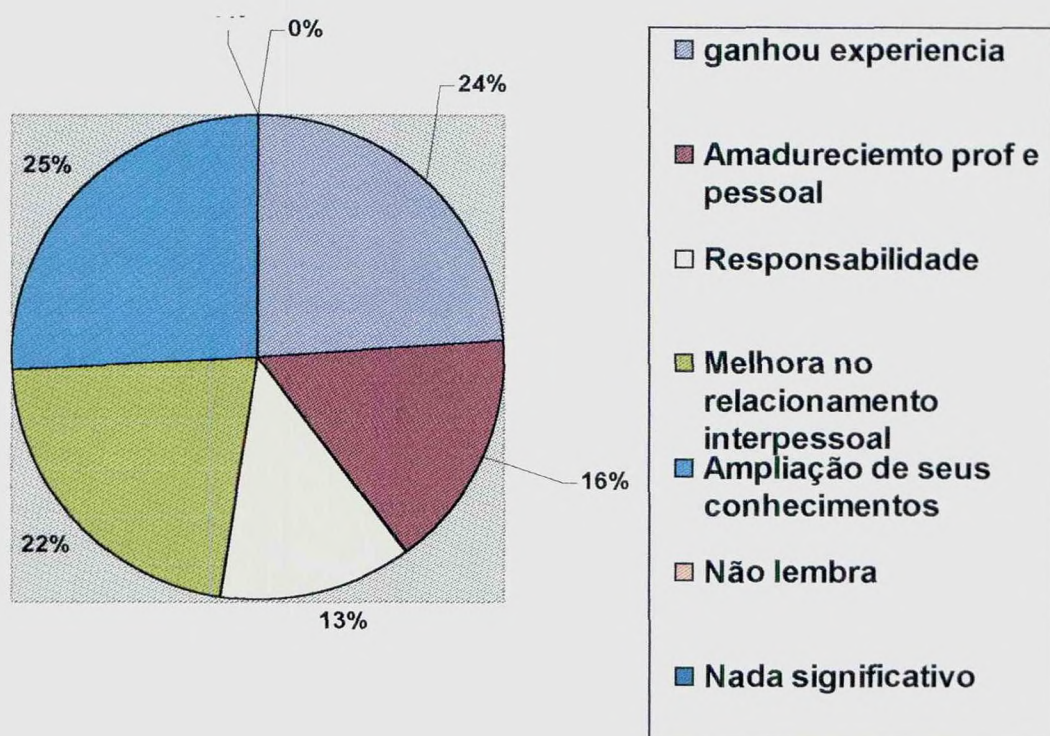


Ilustração 22: Que contribuição e/ou perdas o jovem desencadeou na empresa

Fonte: Dados Primários (2004).

De acordo com as necessidades levantadas pelos supervisores sobre este questionamento, onde muitos em suas respostas gostariam de estar apontando mais de um item, cabe mencionar que a análise desta ilustração foi desenvolvida seguindo esta ordem, ou seja, os respectivos supervisores poderiam estar selecionando mais de uma resposta caso sentissem necessidade. O que ficou antecipadamente acordado entre as parte (pesquisado e pesquisadora), é que mesmo tendo o jovem apresentado contribuições positivas e/ou



negativas, as duas poderiam ser concomitantemente assinaladas. Pois cabe registrar que o intuito maior da pesquisa é apontar o que efetivamente o jovem durante sua permanência na empresa, trouxe para a mesma.

Para reafirmar a argumentação acima mencionada, cabe citar a supervisora M. C (2004), “Para mim todos os itens acima devem ser considerados, pois o crescimento destes, é facilmente percebido constantemente em todos os aspectos acima”.

Ao serem questionados a respeito dos laços de amizades surgidos através do contato com estes jovens, tem-se que 56 % da amostra afirmam terem estabelecido com o ex-jovem trabalhador um bom relacionamento de amizade e até de uma certa forma de proteção. Segundo a supervisora A .M. (2004)

[...] fiz de tudo para conseguir um emprego para o nosso boy (antigo ex-jovem trabalhador), e felizmente consegui botá-lo em uma empresa, hoje já está a 3 anos em uma empresa de amigos, e vem desenvolvendo suas funções muito bem, e isto me dá muito orgulho, até mesmo por que certamente seria muito difícil ter conseguido um emprego, sem antes ter tido esta experiência.

Ainda referente a esta questão, cabe registrar que o posicionamento dos supervisores surpreendeu a pesquisadora, pois em vários momentos, para não dizer em todos os momentos, os supervisores se reportavam aos jovens com uma completa recordação, chegando inclusive a relatar características, situações, crescimentos e conquistas dos respectivos jovens.

A reflexão e/ou análise sobre outras “questões abertas” direcionados aos supervisores, reportou a novas e importantes compreensões dos fatos abaixo elencadas:

**De uma forma geral, você acredita que os cursos/treinamentos e o próprio trabalho que o PJT vem realizando hoje na sociedade, estão realmente contribuindo para uma futura inserção e qualificação para estes jovens no mercado de trabalho?**

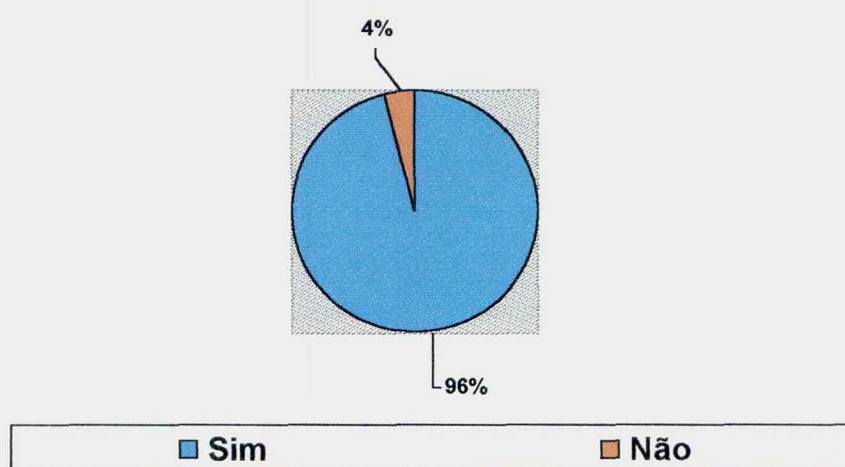


Ilustração 23: Contribuições do trabalho e dos cursos para a formação e futura inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Fonte: Dados Primários (2004).



**Quais alterações poderiam ser inseridas no processo de profissionalização desenvolvidos pela própria instituição – IDES/PROMENOR?**

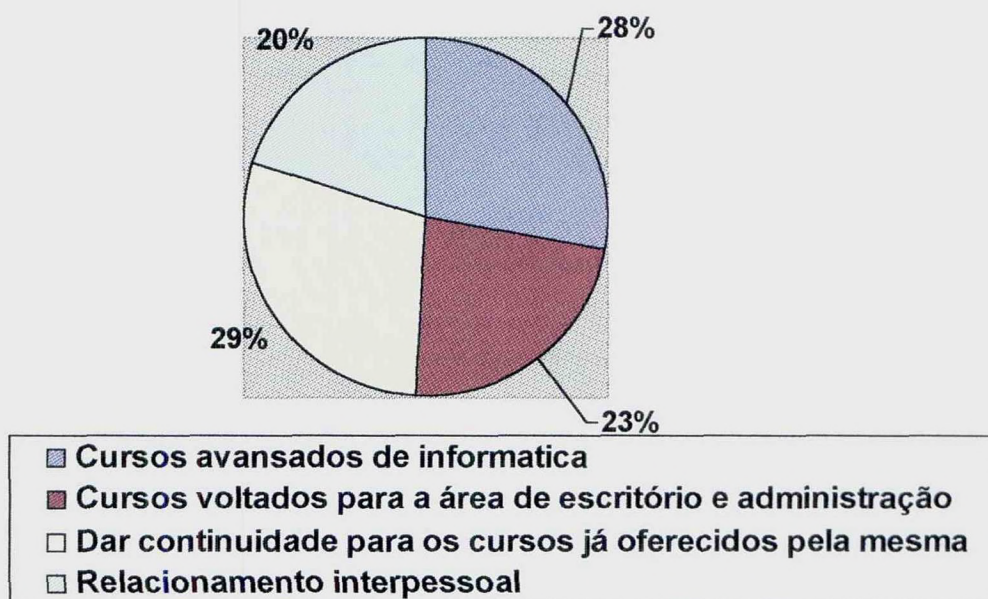


Ilustração 24: Quais alterações poderiam ser inseridas no Programa Jovem Trabalhador.  
Fonte: Dados Primários (2004).

**E a empresa conveniada, no que poderia contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos jovens?**

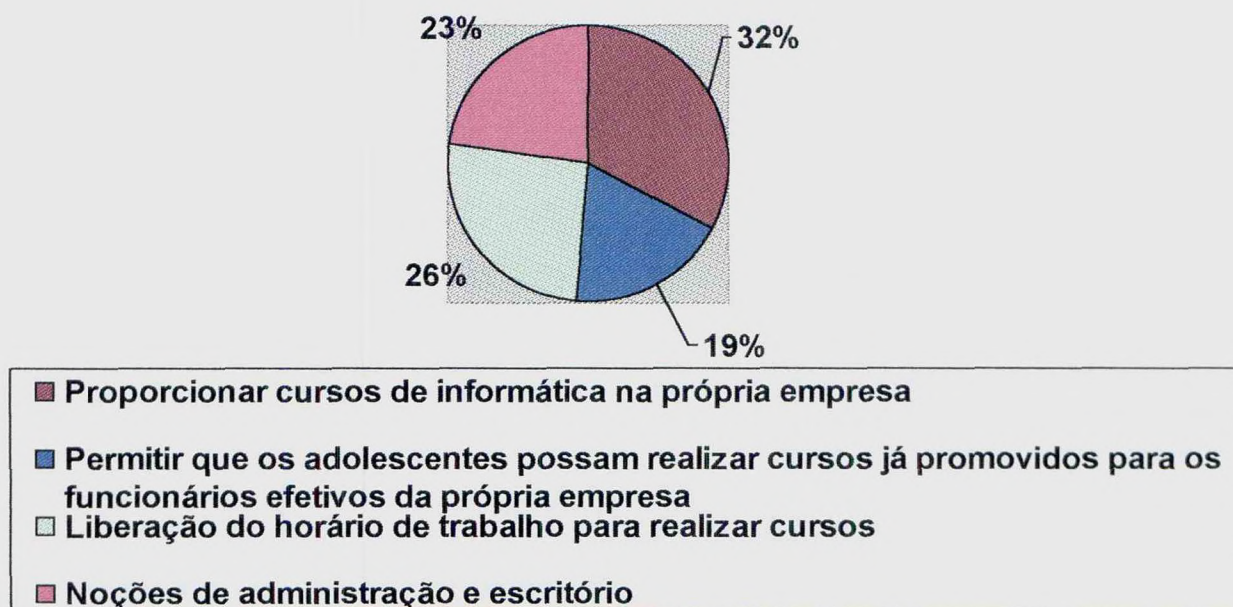


Ilustração 25: Que contribuição a empresa poderia conceder aos jovens para melhorar sua futura capacitação.

Fonte: Dados Primários (2004).

**Indicaria o Programa Jovem Trabalhador para outras empresas se conveniarem?**

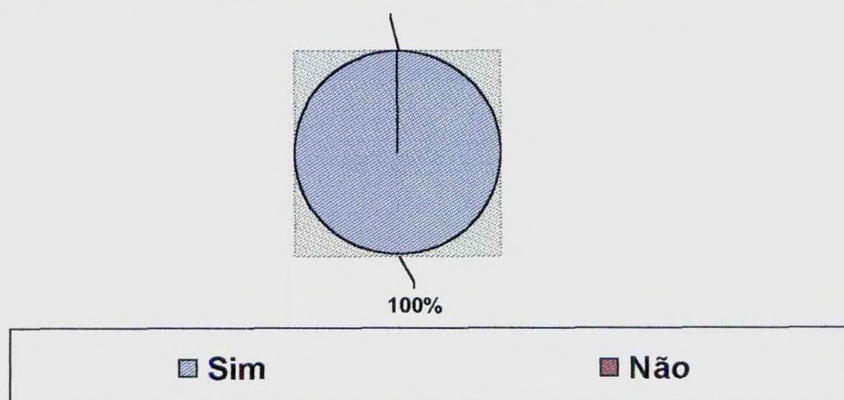


Ilustração 26: Indicaria o Programa Jovem Trabalhador para outras empresas

Fonte: Dados Primários (2004).



Frente às ilustrações, cabe complementar que na primeira reflexão sobre a qualidade e a efetivação dos cursos e treinamentos desenvolvidos pelo próprio PJT – Programa Jovem Trabalhador, os supervisores em sua grande maioria (96%), afirmaram que ocorre uma melhora na qualificação profissional dos jovens, tendo em vista, que os mesmos participam durante toda a permanência destes no programa, de cursos, encontros, treinamentos e capacitação em várias áreas, valorizando alguns temas, tais como: auto-estima, relacionamento interpessoal, e assuntos solicitados pelos próprios jovens.

Ao analisar esta pergunta, teve-se a necessidade de se pesquisar pautados principalmente em documentos, prontuários, da referida época (1999 à 2001), para identificar quais destes temas eram tratados naquela época, com isto, obteve-se o seguinte resultado, que em sua grande maioria, eram voltados para assuntos, tais como: drogas, gravidez na adolescência, e conflitos familiares. Sabe-se que estas temáticas são relevantes, pois permeiam a vida destes, não somente na época da adolescência mais certamente para todo o sempre.

Em resumo, os supervisores em geral acreditam e conseguem visualizar a real efetividade do Programa em questão para a sociedade. Pode-se confirmar este dado através do relato da supervisora H.V (2004).

Eles entram muito tímidos e inibidos, não sabem muitas vezes nem se colocar em público, mas com o passar do tempo, observa-se uma grande e significativa melhora na forma como se comportam na empresa, ficando rapidamente aptos a resolverem muitos probleminhas surgidos no dia-a-dia do setor. Adquirem uma certa autonomia em suas ações, e isto certamente lhes proporcionará uma melhor atuação após sua saída da empresa. Todo mundo quer alguém treinado, e conseqüentemente capacitado para trabalhar em suas empresas. E por isso vejo tanta relevância deste programa para a sociedade.

Quando se questionou os supervisores em relação a possíveis melhoras no atendimento e cursos prestados no Programa Jovem Trabalhador, solicitou-se aos mesmos que relatassem algumas sugestões, tendo em vista que o programa vem tentando a cada dia ampliar seu atendimento e também a qualificação de seus serviços. Acerca deste questionamento, faz-se necessário registrar que os supervisores elencaram inúmeras melhorias expressas diante de uma variedade de temas. Em função deste fato, considerou-se melhor tabular os dados obtidos de forma a agrupar os temas afins. Contudo, atingiram-se os respectivos percentuais: 28% de supervisores indicaram a criação de cursos avançados para os jovens, argumentando que assim eles poderão estar ainda mais capacitados para o mundo do trabalho, que a cada dia fica mais exigente e informatizado. Outra sugestão, porém, foi para se realizar cursos voltados para a área de escritórios e administração, pois segundo a argumentação dos supervisores, além de ser importante para um futuro emprego, servirá também para o jovem se desenvolver dentro das empresas contratantes. Um ponto que merece destaque é em relação ao superior índice que reforça a boa qualidade dos cursos e capacitação já existentes no programa, vindo assim por sua vez, a registrar o nível de qualificação dos profissionais envolvidos. É evidente que as sugestões elencadas pelos supervisores devem ser no mínimo estudadas, mas no momento, o que mais torna este questionamento importante, diz respeito as ações do serviço social do programa, que buscam proporcionar diariamente, uma melhor qualidade e aprendizado aos seus usuários.

O índice que apresentou frente ao questionamento, qualificação profissional, o mais significativo resultado, foi o curso de informática, segundo os supervisores, este aperfeiçoamento além de ser da responsabilidade do próprio jovem, deve também ser da responsabilidade da empresa, tendo em vista que muitas solicitam esta capacidade de trabalho, mas não os capacita para tal ação. Cabe registrar, porém, que isto não é uma regra, sendo que



já existe empresas que possuem estratégias diferentes, ou seja, algumas empresas já estão inserindo os jovens em cursos e ou especialização promovida para seus funcionários, cabe mencionar por sua vez, que este não era um procedimento da época (1999 à 2001). Mas que neste momento (2004), já vem sendo realizado. Um destes cursos hoje oferecidos à alguns jovens que prestam serviços a uma determinada empresa, é voltado para o tema “montagem e manutenção de computadores”, este por sua vez, é oferecido pela empresa SENAI, já cursos de “informática básica”, são oferecidos pela empresa UNICRED além de outras empresas não abordadas nesta pesquisa. Mesmo assim, sabe-se que ainda poder-se-ia ampliar estas parcerias, principalmente porque o lucro maior seria para a própria empresa e futuros contratadores desta mão de obra, que nesta perspectiva sairiam mais qualificados para as atividades.

Importante demonstrar o grau de satisfação destas respectivas empresas, que através do questionamento feito sobre a indicação do Programa Jovem Trabalhador a outras empresas, todos, sem nenhuma exceção, confirmaram a indicação, demonstrando que apesar de algumas falhas, e impossibilidades da própria instituição, o mesmo possui uma relevante e importante representação na garantias de direitos dos adolescentes na sociedade, proporcionando-os por conseguinte qualificação para o mercado de trabalho. Mesmo ciente da real dificuldade enfrentada hoje a respeito deste assunto, deve-se registrar que se estes sujeitos não tivessem no mínimo esta chance de trabalho, certamente sua inserção no mercado formal de trabalho seria ainda mais difícil, principalmente pelo fato da instituição atender basicamente jovens com algum tipo de vulnerabilidade econômica ou social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do trabalho tem-se a possibilidade, embasada no referencial teórico estudado e nos dados obtidos na pesquisa, de tecer alguns comentários.

Tendo em vista o tempo de existência do Programa Jovem Trabalhador (mais de 33 anos prestando serviços à sociedade), considera-se extremamente relevante à efetivação desta pesquisa, uma vez que será através deste trabalho que a própria instituição poderá quantificar e qualificar seus resultados, e caso seja constatado alguma questão problema cabe também a esta rever sua política de atendimento. Desse modo cabe salientar que todas as ações desenvolvidas repercutem diretamente no desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

Ao buscar compreender a dinâmica do mercado de trabalho e suas implicações ocasionadas pelos avanços tecnológicos e pelas novas formas de organizações do trabalho, procurou-se situar as mudanças do mercado no contexto dos trabalhadores com ênfase aos jovens, com idade superior a 21 anos.

De início apontou-se alguns indicadores que demonstram as realidades socioeconômicas, acompanhadas da política neoliberal, revelando as profundas transformações e desigualdades que os trabalhadores vêm passando.

A partir deste contexto, viu-se a necessidade dos trabalhadores estarem se qualificando, aprimorando seus conhecimentos, em busca da própria qualificação para o mercado de trabalho, principalmente com a garantia de seus direitos, e este nada mais é do que o objetivo principal do Programa Jovem Trabalhador.

Ao se realizar a pesquisa e analisar os dados obtidos, foi possível constatar diante das categorias estudadas que os sujeitos que freqüentaram o Programa Jovem Trabalhador



apresentam significativas mudanças. No campo da educação os jovens entrevistados passam a dar a importância necessária aos estudos, dando continuidade ao mesmo, no intuito de realizarem seus sonhos, e atenderem mais diretamente suas necessidades básicas de sobrevivência.

Através da pesquisa realizada, pode-se apontar as reais e presentes considerações surgidas ao longo de sua aplicação. Cabe justificar aqui, a forma diferente de aplicação dos questionários frente às duas populações abordadas. Ambas foram aplicadas da seguinte forma: a primeira a ser detalhada, com os jovens, foi utilizada através da forma que mais se achou conveniente, até mesmo para que se tornasse possível identificar com maior clareza, as reais contribuições provenientes da experiência obtida com a vivência dos adolescentes no trabalho, e paralelamente com a participação destes no Programa Jovem Trabalhador (no período do ano de 2001).

Já a segunda abordagem, com os supervisores, devido a outros fatores já elencados acima, não foi possível a realização direta com os mesmos, tendo em vista principalmente a dificuldade de horário destes. Sendo assim, encaminharam-se os questionários via e-mail, e as respostas foram obtidas pelo mesmo procedimento.

No decorrer da pesquisa, foram focados alguns dados que a pesquisadora achou relevante, estes por sua vez, se referem a dados pessoais dos entrevistados, seguidos posteriormente, dos resultados obtidos a partir da percepção dos participantes através dos indicadores e de alguns critérios básicos de avaliação de políticas públicas, que são: eficiência, eficácia e efetividade. Além desses, foram também construídos alguns critérios operacionais de avaliação, que segundo Gil (1999), significa “relevância e adequação, coerência e compatibilidade, descentralização e parceria, exequibilidade e, finalmente, o plano ou

programa enquanto manifestação ou concretização de uma política pública”. Com efeito, os critérios básicos buscam traduzir a avaliação do desenvolvimento e execução da política pública como um todo, enquanto os critérios operacionais buscam apontar, de forma específica, a ocorrência ou não dos parâmetros avaliativos básicos, a saber: eficiência, eficácia e efetividade social das ações realizadas junto à população-alvo.

Percebeu-se dos jovens pesquisados que todos elevam a importância do PJT dentro de sua realidade e também para a sociedade como um todo, ainda que nem todos estejam empregados. Reforçam, todavia, que seria muito mais difícil adentrar o mercado de trabalho, caso não tivessem tido esta experiência, e neste sentido o Programa Jovem Trabalhador ampliou certamente as chances para alcançar este objetivo. Além destas colocações, os jovens conferem ainda grande relevância em continuar com os trabalhos desenvolvidos, pois segundo alguns, a experiência adquirida com o trabalho, influenciou diretamente em várias mudanças em suas vidas, tanto do lado econômico como do social.

Tendo em vista esta colocação, cabe acrescentar que 56% dos ex-jovens trabalhadores<sup>13</sup> atualmente estão empregados, com carteira de trabalho e todas as garantias previstas em lei. Todavia, cabe registrar o tempo que estes levaram para se inserir no mercado de trabalho, atingindo o índice de 67% dos que conseguiram se inserir no prazo inferior a 1 ano após o desligamento do programa. Ou seja, estes jovens adentraram o mercado de trabalho com a idade um pouco inferior a 19 anos. Isto por sua vez acaba demonstrando o quão eficaz na vida destes jovens, foi o programa. Esta reflexão por fim, surge frente aos grandes índices de desemprego já trabalhados no corpo do trabalho, bem como também, as questões ligadas ao trabalho informal.

---

<sup>13</sup> Nomenclatura usual do Programa Jovem Trabalhador, ao se referir aos jovens que já se desligaram do mesmo.



Para demonstrar de forma mais clara e efetiva o tipo de atividades hoje desenvolvidas por estes ex-jovens trabalhadores, verificou-se que 63% da amostra total pesquisada vem desenvolvendo atividades voltadas para as áreas de auxiliares administrativos, vendedores de lojas e auxiliar escriturário. Ao longo deste trabalho, foi possível identificar, através de relatos, que muitos dos jovens (6%) que estão hoje cursando uma faculdade, afirmam que foi através do contato com as empresas que surgiu à vontade de seguir em frente em relação à educação, C. V (2004), relata que:

Antes nunca havia pensado em fazer faculdade, até achava que não iria conseguir passar no vestibular, mas depois da experiência e contato com algumas pessoas da empresa que trabalhei, acabei decidindo fazer Administração na UNISUL, e atualmente trabalho na empresa, e tenho certeza, que se não fosse a PROMENOR, não estaria aqui hoje.

Com base nas perguntas e conseqüentemente nos resultados obtidos através da aplicação do questionário com os respectivos jovens e supervisores, cabe registrar que o resultado final deste estudo apresenta um saldo positivo frente aos trabalhos desenvolvidos pela instituição. Vale citar todavia, que o período analisado compreende os anos 1999 até 2001 (ano de desligamento dos jovens). Esta informação se faz altamente relevante, pois ao se realizar qualquer tipo de avaliação, deve-se impreterivelmente delimitar o período da mesma, tendo em vista, que cada época reporta a uma situação econômica e histórica diferente. Mas, acredita-se que mesmo se reportando ao período referido as mudanças e características vividas naquela época muito se relaciona com a época atual.

Cabe reforçar ainda, que mesmo tendo vivenciado experiências diárias no Programa Jovem Trabalhador, o resultado final obtido com a análise dos dados, animou e certamente

servirá de estímulo para realizar melhorias no próprio programa, tendo em vista que foram elencadas sugestões e mudanças que se fazem necessárias.

Frente a este argumento, cabe citar Reis (1999):

A avaliação deve ser utilizada como meio de melhorar os programas e projetos existentes, aprimorar o conhecimento sobre sua execução e contribuir para seu planejamento futuro, tendo como pano de fundo sua contribuição aos objetivos institucionais.

Neste sentido a avaliação, é um exercício permanente e, acima de tudo, comprometido com as repercussões de um programa ou projeto ao longo de sua realização.

A análise final desta avaliação de impacto demonstra que realmente o Programa Jovem Trabalhador influencia de forma significativa e relevante a sociedade na qual atua, pois vem atingindo apesar dos limites institucionais, seus objetivos de mudanças numa situação considerada problema. Relacionando suas atividades com a ação dos sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, no conjunto, contribuem para modificar aquela situação. Por isso, os resultados nunca são uma certeza, mas um investimento, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de verificação que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se conseguem produzir. (VALARELLI, 1999, p.17).

No término desta pesquisa, cabe mencionar a dedicação e garantia de preservação dos dados pessoais dos entrevistados. Reforçando a última análise feita sobre o trabalho, conclui-se que o objetivo geral da pesquisa, ou seja, a avaliação do Impacto Social do Programa Jovem Trabalhador foi alcançado, tendo em vista que durante todo o processo de trabalho que permeou o estudo e mais especificamente sua análise final, constatou-se que efetivamente o



Programa Jovem Trabalhador possui um importante e eficiente papel na contribuição e formação de seus sujeitos, influenciando diretamente na sua realidade de vida.

Por não ter esgotado a discussão sobre o assunto, fica a necessidade de que novos frutos venham a se desenvolver por parte de outros acadêmicos de Serviço Social, tendo em vista principalmente, a constante e periódica elaboração de novas avaliações e estudos frente a diferentes Programas Sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de projetos e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ÀVILA, Célia M. (org). **Gestão de projetos sociais**. 3. ed. São Paulo: AAPC – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária. 2001.

BRASIL. Constituição (1988): **Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais**. Ed. Atual. Em 2000. – Brasília: Senado Federal, Gabinete do 4º Secretário, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério Público do Trabalho. **Abordagem sobre o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil - 12 de junho**. Disponível em <<http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/pub73.html>>. Acesso em 04 de maio de 2004 às 23:00h.

\_\_\_\_\_. LEI 8.662, de 13 de março de 1993. **CODIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSAO**. Brasília: CFESS, 1997, 3ª ed.

BURIOLA, Marta A Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

CESAR, M. J. A reestruturação e as políticas de Recursos Humanos: um estudo de caso no setor químico. **Revista da Faculdade de Serviço Social UERJ**. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, n. 9, nov/1996.

**Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (SC)**, Coletânea de leis – 2ª. ed. Santa Catarina: CRESS, 2001.



DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. Formação, ou qualificação, ou competência. **Revista Veritas**. Porto Alegre: Veritas, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortes, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KARSCH, Úrsula M. Simon. **O Serviço Social na área dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1987.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologia qualitativa na sociologia**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 8 ed. Petrópolis: Vozes 1994.

MONTEIRO, Regina. **A Formação médica na construção de competência e da cidadania**. In. Revista Veritas. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

NETO, José Paulo. **A construção do projeto ético – político do serviço social frente à crise contemporânea**. Brasília: CEAD, 1999.

PANCERI, Regina. **Instituição assistencial e cidadania**. 1995. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

Pesquisa Estatística Aplicada. Disponível em <<http://www.pesquisaestatisticaaplicada-ipecc.gov.br>>. Acesso em 10 de junho de 2004 às 10:0h.

Psico Pedagogia. **Gravidez**. Disponível em <[www.uol.com.br/psicopedagogia/artigos/gravidez.htm](http://www.uol.com.br/psicopedagogia/artigos/gravidez.htm), 1999>. Acesso em: 07 de junho de 2004 às 18:40h.

REIS, Liliane G. Costa. **Avaliação de Projetos**. Apoio à gestão. Disponível em <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 14 de abr., 2004.

SILVA, Inês Amaro da. **Competência e cidadania no mundo do trabalho**. Porto Alegre: Veritas, 1997. p. 247 – 264.

SILVA, Marta Gomes. **A formação profissional dos jovens trabalhadores da Promenor no CIASC. UFSC**, 1996. p. 88 (Trabalho de Conclusão de Curso Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina).

SOUZA, Janice T. Pontes. Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, nº 26, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALARELLI, Leandro Lamas. Indicadores de resultados e projetos sociais. **Apoio à gestão**. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 9 de jun., 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: **esboço de uma interpretação histórica – metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. O serviço social na contemporaneidade: **trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.



## APÊNDICE

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Consta na ficha do aluno dos cursos:

1-Nome do adolescente:

2-Data de Nascimento:

Idade:

Sexo:

3-Estado Civil:

4-Filiação:

5-Endereço Residencial:

6-Telefone:

Entrevista com perguntas abertas e fechadas:

1-Com quem você mora? ( ) Pai ( ) Mãe ( ) Pais ( ) Tios ( ) Avôs  
( ) Outros – quem?.....

2-Está estudando? A- ( ) Sim Série? ..... Escola?.....

Período? ( ) Matutino ( ) vespertino ( ) Noturno

B- ( ) Não , Porque parou?.....

Repetiu algum ano? ( ) Sim ( ) Não Quantos? .....

3- Qual o curso do CeAP você realizou? ( ) capacitação ao 1 emprego ( ) inglês  
( ) espanhol ( ) informática básica ( ) Montagem em Manutenção e  
Equipamentos de Informática ( ) Empreendedorismo ( ) Outro – Qual? .....  
Quando? .....

4-Considera que o programa trouxe contribuições para sua vida? ( ) Sim ( ) Não  
Quais?.....

5-Você freqüentou outro programa depois que saiu do CeAP? ( ) Sim ( ) Não  
Qual?.....

6- Atualmente você está fazendo algum curso? ( ) Sim ( ) Não Qual?.....

7- Está trabalhando? A- ( ) Sim, Onde?..... Função.....

Quantas horas semanais e quais os dias da semana?.....

Tem Carteira Profissional? ( ) Sim ( ) Não

B – ( ) Não, Já trabalhou alguma vez? ( ) Sim ( ) Não Onde?.....

8-Você tem ou teve irmãos no Programa? ( ) Sim ( ) Não Quantos?.....



- 9- Como é o seu relacionamento familiar? ( ) ótimo ( ) Bom ( ) Ruim ( ) Péssimo
- 10- Os seus familiares incentivam você na escola e cursos? ( ) Sim ( ) Não
- 11- Você tem tempo para estudar em casa? ( ) Sim ( ) Não Porque?.....
- 12- Você teve algum envolvimento com drogas? A- ( ) Sim, Prejudicou nos cursos ou na sua inserção no mercado de trabalho? ( ) Sim ( ) Não Você continua fazendo o uso de drogas? ( ) Sim ( ) Não. A quanto tempo você usa drogas?..... Qual tipo de drogas?.....
- B- ( ) Não
- 13- Alguém muito próximo a você lhe ofereceu? A- ( ) Sim, Qual sua reação ?.....
- B- ( ) Não
- 14- E sobre violência o que você pensa?.....
- 15- Alguém já foi violento com você ou com alguém da sua família? ( ) Sim ( ) Não Como foi?..... Quando foi?.....
- 16- Você acredita que os cursos que realizou do CeAP ajudaram você para se qualificar para o mercado do trabalho? ( ) Sim ( ) Não Porque?.....
- 17- O que você achou de positivo no programa e o que deveria continuar ocorrendo?.....
- 18- O que você quer para o futuro?.....
- 19- O que você acha do CeAP continuar oferecendo atividades para jovens, de 14 anos aos 18 anos, depois de sua saída do programa? ( ) ótimo ( ) Bom ( ) Ruim ( ) Péssimo Porque?.....
- O que poderia ser oferecido?.....
- 20- Quais os cursos você considera mais importante? ( ) capacitação ao 1 emprego ( ) inglês ( ) espanhol ( ) informática básica ( ) Montagem em Manutenção e Equipamentos de Informática ( ) Empreendedorismo ( ) Todos ( ) Nenhum ( ) Outros – Quais? .....
- 21- Indicaria o programa a outro jovem? ( ) Sim ( ) Não
- 22- Você tem alguma sugestão para o programa? ( ) Sim ( ) Não Quais?.....

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS SUPERVISORES

1-Nome do supervisor:

2-Data de Nascimento:

Idade:

Sexo:

3-Empresa que trabalha:

4-Quanto tempo trabalha nesta empresa? ( ) 3 à 6 anos ( ) 7 à 10 anos ( ) acima de 10 anos

5-Continua trabalhando no mesmo setor? A- ( ) Sim, Onde?..... Função.....

6-Lembra do jovem trabalhador? ( ) sim ( ) não

7-A empresa ainda mantém convênio com a PROMENOR/PJT? ( ) Sim ( ) Não

8-De quantos adolescentes você já foi supervisor? ( ) 1 à 10 ( ) 11 à 20 ( ) acima de 21

9-Conhece bem a filosofia do Programa Jovem Trabalhador? ( ) Sim ( ) Não

10-O PJT e/ou o jovem trabalhador, trouxe alguma contribuição para o setor e/ou empresa que estavam conveniados?  
( ) Sim ( ) Não Quais?.....

Não, Por que?.....

11-Percebeu ao longo do contato com estes adolescentes, algum tipo de crescimento profissional? ( ) sim ( ) não  
Qual?.....

12-O que você achou de mais positivo e/ou negativo em relação a permanência do jovem na empresa, quando inserido no PJT? ( ) ganhou experiência ( ) amadurecimento profis. e pessoal ( ) responsabilidade ( ) melhorou relacionamento interpessoal ( ) ampliação de seus conhecimentos ( ) Não lembra ( ) nada significativo. Gostaria de falar o Por que?.....

13- Estabeleceu algum laço de amizade com o jovem que trabalhou nesta empresa? ( ) sim ( ) não

14-De uma forma geral, você acredita que os cursos/treinamentos e o próprio trabalho que o PJT vem realizando hoje na sociedade, estão realmente contribuindo para uma futura inserção e qualificação para estes jovens no mercado de trabalho?  
( ) Sim ( ) Não  
Porque?.....

15-Quais alterações poderiam ser inseridas no processo de profissionalização desenvolvidos pela instituição, para que assim pudéssemos alcançar ainda mais os objetivos do mesmo? “nada mais é do que inserir com qualificação e garantias de direitos estes jovens no mercado de trabalho!”  
Quais?.....

16-E na empresa conveniada (a que abre espaço para estes jovens)?

Quais?..... 17- Indicaria

o programa PJT para outras empresas se conveniarem? ( ) Sim ( ) Não



## APÊNDICE C

Florianópolis, maio de 2004.

**Prezada Supervisora,**

Estou na 8ª fase do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e para conclusão deste Curso é necessário à elaboração de uma Monografia, que deverá ser pautada numa pesquisa de campo.

Objetivando contribuir para a realização de uma Avaliação de Impacto Social do Programa Jovem Trabalhador, elaboramos uma pesquisa que tem por finalidade catalogar informações e detectar a real contribuição deste Programa para a sociedade, bem como também, para a comunidade empregadora - UNICRED. Para isto, elaboramos um questionário “semifechado”, com o intuito de extrair as informações necessárias, com relação à eficácia e efetividade do programa Jovem Trabalhador.

É importante registrar, que no final da pesquisa, não será apontado os nomes das pessoas entrevistadas, para assim, deixar as mesmas mais à vontade em relação as suas respostas. O resultado final da pesquisa será apresentado de forma geral, não possibilitando qualquer tipo de identificação (nem da pessoa e nem da empresa). O objetivo desta pesquisa não é somente apontar quais são as vantagens de se ter uma parceria com a PROMENOR, mas sim, evidenciar o real impacto que o mesmo programa vem desencadeando na sociedade.

Todos os supervisores serão convidados a participarem deste processo, visando uma resposta mais próxima possível da realidade. Para tanto, contamos com a colaboração de todos os supervisores, quanto à adesão no preenchimento do questionário, como também na fidedignidade das respostas.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

---

Carla Vieira  
Graduação em Serviço Social

OBS: Qualquer dúvida que tenham com relação ao questionário ou quanto ao trabalho que será realizado, estou à disposição no telefone 224-5008 - Setor Serviço Social, nos horários 13:30 às 17:30 horas.
--

## **ANEXO**



## ANEXO A

### IDES / PROMENOR FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O TRABALHO – PJT

#### IDENTIFICAÇÃO:

Nome: \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ data \_\_\_\_\_ de  
nasc.: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

CI: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ CTPS: \_\_\_\_\_

Motivo \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ solicitação: \_\_\_\_\_

#### SITUAÇÃO FAMILIAR:

Pai: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ de  
trabalho: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ civil \_\_\_\_\_ dos  
pais: \_\_\_\_\_

Nº de filhos: \_\_\_\_\_ Quantos trabalham: \_\_\_\_\_ Menores de 18 anos: \_\_\_\_\_

Quantos residem na casa: \_\_\_\_\_ Quantos ajudam na renda

familiar: \_\_\_\_\_

Com \_\_\_\_\_ quem \_\_\_\_\_ o \_\_\_\_\_ adolescente  
mora? \_\_\_\_\_

Obs.: \_\_\_\_\_

#### CONDIÇÕES HABITACIONAIS:

Casa: própria( ) Financiada( ) – R\$ \_\_\_\_\_

Coabitada( ) Cedida( ) Alugada( ) –

R\$ \_\_\_\_\_

Construção: Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( )

Nº de peças: \_\_\_\_\_ Condições de  
habitação: \_\_\_\_\_  
Obs.: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Ônibus: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_ de

Fone residencial: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_

Fone para contato: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

### SITUAÇÃO ESCOLAR:

Escola: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

Reprovações: ( ) Não ( ) Sim – em que série: \_\_\_\_\_ Quantas vezes repetiu: \_\_\_\_\_

Motivo: \_\_\_\_\_

Tem possibilidade de trocar o período em que estuda? ( ) Não ( ) Sim

O que representa a escola para  
você: \_\_\_\_\_

Possui outros  
cursos? \_\_\_\_\_

### CARACTERIZAÇÃO:

Quais as suas principais características? \_\_\_\_\_

Como você define trabalho? \_\_\_\_\_

O que significa família na tua  
vida? \_\_\_\_\_

Quais são suas pretensões  
profissionais? \_\_\_\_\_



Você tem ou já teve alguma doença respiratória , renal ou cardíaca?

\_\_\_\_\_

Na sua família existe algum caso de dependência química? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

E você, já fez uso de algum tipo de droga? Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Costuma fazer uso de bebidas alcoólicas? Quando? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você já teve alguma experiência profissional? (em que, duração, motivo da saída)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Como teve conhecimento sobre o Programa Jovem Trabalhador?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Parecer: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

~~Assinatura do~~ usuário

~~Assinatura do~~ entrevistador

## ANEXO B

### IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO / PROMENOR PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR

#### FICHA DE ADMISSÃO PARA O TRABALHO

##### 1-IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM:

Nome: \_\_\_\_\_

Data nasc.: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

CI: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

CTPS: \_\_\_\_\_

Endereço  
residencial: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Ônibus: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Fone para  
recado: \_\_\_\_\_

Data de admissão: \_\_\_\_\_ Nº de  
inscrição: \_\_\_\_\_

Local a ser  
encaminhado: \_\_\_\_\_

No lugar  
de: \_\_\_\_\_

Horário de  
trabalho: \_\_\_\_\_

##### 1- IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS:

Nome do  
pai: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Estado  
civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Renda  
mensal: \_\_\_\_\_

Local de  
trabalho: \_\_\_\_\_

Endereço  
comercial: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Tempo de  
serviço: \_\_\_\_\_

Nome da  
mãe: \_\_\_\_\_



Idade: \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
civil: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_ Renda \_\_\_\_\_  
mensal: \_\_\_\_\_  
Local de \_\_\_\_\_  
trabalho: \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
comercial: \_\_\_\_\_  
Fone: \_\_\_\_\_ Tempo de \_\_\_\_\_  
serviço: \_\_\_\_\_  
Responsável: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
civil: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_ Renda \_\_\_\_\_  
mensal: \_\_\_\_\_  
Local de \_\_\_\_\_  
trabalho: \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
comercial: \_\_\_\_\_  
Fone: \_\_\_\_\_ Tempo de \_\_\_\_\_  
serviço: \_\_\_\_\_

## 2- HISTÓRICO DO JOVEM:

Como foi o período de:

Gestação: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Infância: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Adolescência: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O que você gosta de fazer nas horas de  
lazer? \_\_\_\_\_

Participa de algum grupo na sua  
comunidade? \_\_\_\_\_

Quais as pessoas com quem você melhor se relaciona? \_\_\_\_\_

**3- SITUAÇÃO ESCOLAR:**

Escola: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

Participou de mais algum curso?

( ) Não (

) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

**4- SITUAÇÃO PROFISSIONAL:**

Enquanto Jovem Trabalhador o que espera do (a):

IDES/PROMENOR? \_\_\_\_\_

Empresa? \_\_\_\_\_

Como pretende agir  
profissionalmente? \_\_\_\_\_

Discorda de algum ponto dos regulamentos (pais e PJT)? Sim( )

Não( )

Especificar: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Ass. do Entrevistador

\_\_\_\_\_  
Ass. Jovem Trabalhador

\_\_\_\_\_  
Ass. do Responsável



## **ANEXO C**

### **PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR – PROMENOR**

**Ficha de acompanhamento do jovem na empresa.**

Empresa: \_\_\_\_\_

Adolescente: \_\_\_\_\_

Supervisor: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_

Tempo no setor: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

#### **Perfil do adolescente:**

Seu desempenho profissional (pontualidade, interesse, iniciativa, responsabilidade, dificuldades, quantidade de trabalho):

---

---

---

Quais os avanços que obteve profissionalmente e quais as dificuldades que ainda possui?

---

---

---

Quais atividades que executa:

---

---

---

De que forma o setor contribuiu para seu processo de formação durante a sua permanência no programa?

---

---

---

Qual a importância que o Programa Jovem Trabalhador teve em sua vida?

---

---

---

Sugestões e observações:

---

---

---

## ANEXO D

### INSTRUMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Por este instrumento, a **IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO**, daqui por diante denominada **PRESTADORA**, inscrita no CNPJ sob nº 82.508.649/0001-82, com sede a Av. Hercílio Luz, 1.249-A – Centro – Florianópolis-SC, representada neste ato por seu Provedor Senhor Washington Luiz do Valle Pereira e a (o) ....., inscrita no CGC/MF sob nº ....., com sede em .....a Rua .....representado neste ato por seu .....doravante denominado(a) de **TOMADORA**, celebram entre si esta avença, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### DO OBJETIVO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato tem por objetivo o aproveitamento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com idade entre 16 a 18 anos, para o desempenho de serviços auxiliares de atividades administrativas e comerciais.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Cabe à **PRESTADORA** preparar e encaminhar à **TOMADORA** adolescentes, para prestação de serviços auxiliares de atividades administrativas e comerciais, respeitando os seguintes critérios:

- Idade mínima de 16 anos e máxima de 17 anos e dois meses;
- Estar matriculado regularmente na rede de ensino, a partir da 5ª série;
- Enquadrar-se em situação de vulnerabilidade social, diagnosticada pelo Serviço Social da **PRESTADORA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se a **PRESTADORA** a firmar contrato-celetista com os adolescentes trabalhadores em consonância com as normas atinentes à matéria, responsabilizando-se pelas obrigações sociais e trabalhistas decorrentes do referido contrato laboral.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Da mesma forma, obriga-se a **PRESTADORA** pelo recolhimento de impostos, taxas e demais encargos ou despesas pertinentes ao contratado, assim



como zelar pela observância do disposto na legislação Federal, Estadual e Municipal relativas ao que versa esta avença;

**CLÁUSULA QUARTA** – Cabe, ainda à **PRESTADORA**, substituir, a pedido expresso da **TOMADORA**, no prazo mínimo de cinco dias e máximo de dez dias úteis, adolescentes que não estiverem correspondendo, no desempenho de suas funções, às expectativas da **TOMADORA**;

**CLÁUSULA QUINTA** – Incumbe à **PRESTADORA** a capacitação inicial do adolescente e o acompanhamento do desempenho do mesmo, tanto na escola quanto na empresa, ressaltando o cuidado relativo ao sigilo profissional, bem como, a continuidade do processo de formação, por meio da viabilização periódica de atividades pedagógicas, sócio-culturais e desportivas.

**CLÁUSULA SEXTA** – Cabe a **PRESTADORA** a aquisição e distribuição dos Vales Transportes e Vales Refeição / Alimentação, conforme artigo 3º da Lei que institui o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA TOMADORA**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Cabe à **TOMADORA** distribuir os adolescentes contratados pela **PRESTADORA** nos setores que compõem seu sistema organizacional, levando em conta as necessidades da **TOMADORA** durante o horário de xx (xxxx) horas diárias;

**CLÁUSULA OITAVA** – Obriga-se a **TOMADORA** a remanejar o adolescente de setor periodicamente e/ou diversificar suas funções, visando sua melhor capacitação e aprendizado, além da diversificação de suas habilidades;

**CLÁUSULA NONA** – Incumbe à **TOMADORA** a especificação das atividades a serem assumidas pelos adolescentes disponibilizados pela **PRESTADORA** e a orientação quanto ao desempenho destas atividades;

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Obriga-se a **TOMADORA** a solicitar por escrito a substituição de adolescentes na hipótese da **CLÁUSULA QUARTA**, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na comunicação referida nesta cláusula, a **TOMADORA** explicitará o motivo da intenção de substituição a fim de que reverta o fato em benefício do crescimento profissional e pessoal do adolescente em epígrafe.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A **TOMADORA** se compromete com a disponibilização para a **PRESTADORA** de espaço físico e horário predeterminado, a fim



de que sejam realizados periodicamente reuniões e debates sobre o processo de trabalho dos adolescentes em atividade na **TOMADORA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Em caso de existência de unidade de Serviço Social, Psicologia e/ou Pedagogia ligada organizacionalmente à **TOMADORA**, esta deverá ficar engajada às ações da **PRESTADORA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A **TOMADORA** deverá proporcionar aos jovens trabalhadores, segurança no transporte de valores e documentos, fornecendo pasta ou similar.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A **TOMADORA** deverá acompanhar e avaliar o desempenho das atividades dos adolescentes trabalhadores, destacando uma pessoa para tal finalidade que possua as características necessárias a esta função e que atue no mesmo setor a que o mesmo esteja vinculado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Incumbe à **TOMADORA** a responsabilidade de liberar os adolescentes para participarem de encontros de formação, organizados pela **PRESTADORA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Obriga-se a **TOMADORA** a observar as seguintes vedações em razão do disposto na legislação vigente: utilização do adolescente em trabalho noturno, perigoso, insalubre ou capaz de prejudicá-lo moralmente, ou que exija emprego de força muscular superior a 20 Kg. continuamente ou 25 Kg. ocasionalmente (trabalho penoso), em horas-extras (a não ser em acordo de compensação) ou no fracionamento de férias.

#### **DA REMUNERAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A **TOMADORA** pagará mensalmente à **PRESTADORA**, a título de participação nos custos exigidos pelo presente contrato, 186,21 % do Salário Mínimo vigente por adolescente trabalhador, garantidas as adaptações feitas em razão de políticas salariais variáveis, percentual este que satisfaz os itens discriminados na tabela de custos em anexo e que passa a integrar esta avença.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – a **TOMADORA** ressarcirá mensalmente a **PRESTADORA**, o valor das aquisições dos vales, referidos na Cláusula décima sétima, conforme Prestação de Conta.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A opção de que fala o parágrafo anterior se fará através de OFÍCIO ou FORMULÁRIO PRÓPRIO firmado pela **TOMADORA** que será anexado ao presente instrumento e dele fará parte; neste caso a **PRESTADORA** deverá mensalmente e, antecipadamente informar à **TOMADORA** os valores dispendidos com os referidos vales.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Quando a **TOMADORA** solicitar da **PRESTADORA** a substituição de adolescentes em razão de férias, saúde ou por qualquer outro motivo, os custos serão acrescidos na mesma forma do *caput* desta cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O pagamento deverá ser efetuado até o dia 30 (trinta) de cada mês iniciando-se no mês em que for firmado o presente contrato, mediante depósito na conta nº 008.580-7, agência nº 001-9 BESC S/A, sito a Rua Tenente Silveira, 51 – Centro; seguido do envio pela **TOMADORA** à **PRESTADORA**, por telefax ou qualquer outro meio de transmissão de informações, do comprovante de depósito resultante.

## **DOS BENEFÍCIOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Ficam assegurados gratuitamente aos adolescentes e correrão por conta da **TOMADORA**, sem qualquer custo para os adolescentes, os seguintes benefícios: Vale Transporte; Refeitório ou vale refeição; Ganhos auferidos através de Convenção Coletiva de Trabalho como produtividade, anuênios ou de qualquer outra natureza que vierem incidir na vigência deste em razão de lei específica ou acordo coletivo de trabalho, firmado por Entidade Sindical competente e homologado pela Justiça do Trabalho.

## **DA DENÚNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – O presente contrato se dará por tempo indeterminado, podendo ser denunciado, por qualquer das partes sem qualquer ônus, além do estipulado no item **DA REMUNERAÇÃO**, mediante aviso expresso e com antecedência de 60 (sessenta) dias.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – O presente contrato poderá ser alterado em suas cláusulas se assim acordarem as partes mediante termo aditivo que passará a integrar o presente se assim for firmado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis que será competente para dirimir questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente instrumento de dezenove cláusulas em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Florianópolis - SC, ..... de ..... de .....

---

**PRESTADORA**

---

**TOMADORA**

**TESTEMUNHAS:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## ANEXO E

Sociedade Promocional do Menor Trabalhador – PROMENOR  
Serviço Social  
Programa Jovem Trabalhador

### Ficha Cadastral

Nome	Foto 3x4
Empresa / Setor Atual / Telefone	
Responsável Empresa	

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Nascimento

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Admissão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Previsão Desligamento

## ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

ANO				
SERIE / FASE				
RESULTADO				

[illegible]

[illegible]




Irmandade do Divino Espírito Santo  
Sociedade Promocional do Menor Trabalhador – PROMENOR  
Programa Jovem Trabalhador – PJT

Ficha de Acompanhamento Escolar

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Escola: \_\_\_\_\_

Avaliação:      ( )Bimestral                      ( )Trimestral                      ( ) Semestral

Entrega do Atestado de Frequência Escolar:

Ano	Série	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

Entrega do Boletim Escolar:

Ano	Série / Fase	Série / Fase	Série / Fase	Série / Fase	Série / Fase

Resultado

Ano _____	Aprovado ( )	Aprovado com dependência ( )	Reprovado ( )
Ano _____	Aprovado ( )	Aprovado com dependência ( )	Reprovado ( )
Ano _____	Aprovado ( )	Aprovado com dependência ( )	Reprovado ( )